

Lizandra Vaz Salvadori

**O QUE PENSAM OS JOVENS:
SEU SISTEMA DE VALORES EM PERSPECTIVA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Beatriz Augusto Paiva

**Florianópolis
2012**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Salvadori, Lizandra Vaz

O que pensam os jovens [dissertação] : seu sistema de valores em perspectiva / Lizandra Vaz Salvadori ; orientadora: Beatriz Augusto Paiva - Florianópolis, SC, 2012.

151 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço Social. 2. Juventude. 3. Relações Cotidianas. 4. Comportamento. I. Paiva, Beatriz Augusto. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

Lizandra Vaz Salvadori

**O QUE PENSAM OS JOVENS:
SEU SISTEMA DE VALORES EM PERSPECTIVA**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Serviço Social”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 31 de Agosto de 2012.

Prof.^a Helenara Silveira Fagundes, Dr.^a
Coordenadora do PPGSS

Banca Examinadora:

Prof.^a Beatriz Augusto de Paiva, Dr.^a
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina - Presidente

Prof.^a Simone Sobral Sampaio, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina - Membro

Prof.^a Vânia Maria Manfrói, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina - Membro

Prof.^a Nadir Esperança Azibeiro, Dr.^a
Universidade do Estado de Santa Catarina – Membro Externo

AGRADECIMENTOS

O processo de construção do conhecimento, apesar de individual, é extremamente rico e seu longo trajeto passa pela contribuição e apoio de diversas pessoas, de formas diversas.

Agradeço inicialmente à Universidade Federal de Santa Catarina que me acolheu tanto na graduação como na pós-graduação, a qual tenho orgulho de citar como sendo uma universidade pública e com ensino de real qualidade, que sem esses dois adjetivos não seria possível me tornar a profissional que me tornei. Agradeço principalmente por todos os/as professores/as que tive o privilégio de conhecer durante esses anos de estudo, pelos ensinamentos e experiências repassadas, em especial as professoras da banca Vania Manfroi, Simone Sampaio, Nadir Esperança Azibeiro e a minha orientadora Beatriz Augusto Paiva, por tornar cada orientação uma verdadeira aula, por ser um dos maiores exemplos de assistente social que conheço, sendo sempre coerente nas suas ações com seus ideais.

Sem dúvida, essa caminhada não seria possível se eu não tivesse como apoio a compreensão e o carinho da minha família, a minha avó Dolores e meus tios Ilton e Luiz Carlos que muitas vezes abriram mão de seu momento de descanso para cuidar da minha filha enquanto eu frequentava as aulas de graduação. Agradeço ao amor incondicional de meu pai Nadir Antônio Salvadori, e o companheirismo e apoio da minha irmã e melhor amiga Liana Vaz Salvadori, sem esquecer da pessoa que mais incentivou o meu estudo e a minha formação, até seus últimos momentos físicos entre nós, minha amada mãe Maria da Glória. Sei que essa vitória é dividida com ela, e que com certeza me acompanha e celebra em outras dimensões.

Meu agradecimento se estende ao meu marido, que me incentivou e apoiou para que eu primeiramente acreditasse em mim mesma e prestasse seleção para o mestrado. Daniel Viégas Soares Barroso, agradeço-lhe por todo amor, paciência e apoio, principalmente nesses últimos meses. Agradeço também à minha grande paixão, minha filha Liziane Salvadori Domingues, pela compreensão e paciência, que apesar de ter apenas 12 anos demonstrou ser mais madura que a própria mãe em muitas ocasiões e foi também uma fonte de inspiração, pois reconhecia nesse início de adolescência características descritas por mim nesse estudo, o que me fez ver que essa fase da vida é simplesmente linda e cheia de surpresas. Não posso deixar de agradecer também à minha sogra e amiga Denise Viégas, por ser um exemplo de profissional dedicada e compromissada.

Agradeço também aos amigos que tenho feito ao longo desse trajeto, tanto aos novos, conquistados na cidade de Campo Grande/MS, onde me encontro morando no momento, pela acolhida e carinho, mas também aos mais antigos, da cidade de Florianópolis/SC, em especial Angela Canzi e Maria Júlia Canzi pelas diversas hospedagens em momentos tão importantes, Nira Pomar, que revisou meu texto, pela sua imensa paciência e dedicação, aos amigos Bianco, Juliana, Maia, ao meu querido amigo Gui, por todo seu carinho e cuidado comigo nesses anos, ao meu colega de graduação e grande amigo Deidvid de Abreu e principalmente a duas grandes amigas, irmãs de outras vidas, Fátima Ferreira por estar sempre pronta para me ouvir e me apoiar e principalmente por mostrar aos jovens um novo mundo, instigar neles o interesse pela universidade, pelas artes; e Sabrina Severo da Silva por sentar comigo para escrever meu projeto de mestrado, pelas inúmeras trocas de ideias e informações, e por ser um exemplo de mulher amorosa e ao mesmo tempo guerreira, que coordena com maestria um projeto tão delicado.

Agradeço também à Organização Cóndor Blanco, ao seu fundador Suryavan Solar e a todos os seus integrantes, pela transformação gigantesca realizada internamente durante esses anos.

Quero finalizar destacando pessoas que fizeram toda a diferença ao longo desse trajeto: a ONG Centro Cultural Escrava Anastácia, que me acolheu quando eu ainda era um “projeto de assistente social” através da pessoa do Padre Vilson Groh, e em especial a três pessoas que me ensinaram muito, aos quais serei eternamente grata, Elvio Bornhausen, por sua gigantesca sabedoria de vida, por ter confiado em meu potencial quando eu mesma ainda não confiava, Nadir Esperança Azibeiro, por todo ensinamento nesses anos de ONG, pelas orientações e conselhos e principalmente por me dar a honra de sua avaliação em minha banca de defesa, e Ivone Maria Perassa, a qual me ensinou a enxergar a essência de cada jovem que acompanhei nessa instituição, um grande exemplo de mulher servidora e líder.

RESUMO

O presente trabalho teve como preocupação conhecer o sistema de valores dos jovens em conflito com a lei a partir de suas narrativas. Este estudo buscou construir um modelo interpretativo atento às múltiplas dimensões da experiência destes sujeitos, observando qual o sentido dado por eles a valores universais como liberdade, solidariedade, igualdade e justiça; assim como também no âmbito das relações cotidianas, em espaços como a escola, a família e o trabalho. Pretendeu-se refletir sobre como esses jovens se identificam enquanto sujeitos de direitos e se seus horizontes éticos valorativos permitem alguma forma de protagonismo político. Como recurso metodológico, utilizamos a pesquisa empírica de natureza qualitativa, tendo como referência as análises das entrevistas com nove jovens que cumprem medida de semiliberdade. Por motivo de segurança, seus nomes, bem como o da instituição, permanecerão em sigilo. Essa pesquisa preocupou-se em dar centralidade aos relatos dos jovens, priorizando suas experiências de vida. Com relação à análise da pesquisa, optou-se por dividir em três eixos; o primeiro sobre a categoria de juventude e os dilemas que acompanham essa etapa da vida; o segundo sobre a concepção dos jovens em relação aos valores universais e o terceiro sobre suas relações cotidianas. Nesse último, analisa-se também o envolvimento deles em questões coletivas, problematizando seu lugar político na sociedade. A partir dessa investigação pretende-se contribuir para um maior debate sobre o tema juventude, na busca pela superação de preconceitos relacionados à juventude em conflito com a lei, acreditando que o/a profissional de serviço social, assim como profissionais de áreas afins, ainda tem muito para apoiar para essa transformação.

Palavras-chave: juventude, sistema de valores, relações cotidianas.

ABSTRACT

This work was concerned to know the value system of youth in conflict with the law from their narratives. This study aimed to construct an interpretive model tuned to the multiple dimensions of the experience of these subjects, noting that the meaning given to them by universal values like freedom, solidarity, equality and justice, as well as in relations everyday spaces such as schools, family and work. It was intended to reflect on how these youth identify themselves as subjects of rights and their ethical horizons evaluative allow some form of political leadership. As a methodological resource, we use the empirical research of a qualitative nature, with reference to the analysis of interviews with nine young people who meet semiliberty measure. For security reasons, their names, and the institution will remain confidential. This research was concerned to give centrality to the stories of young people, prioritizing their life experiences. Regarding the analysis of the research, it was decided to split into three axes: the first on the category of youth and the dilemmas that accompany this stage of life, the second on the design of young people in relation to universal values and the third on its relations everyday. In the latter analyzes also their involvement in collective issues, questioning its place in political society. From this research aims to contribute to a larger discussion on the theme of youth in pursuit of overcoming prejudices related to youth in conflict with the law, believing the / a social service professional, as well as professionals in related fields, yet has much in support to this transformation.

Keywords: youth, value system, daily relationships.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROPOSTA DE ESTUDO	16
1.2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	17
2 JUVENTUDE	21
2.1 A CATEGORIA JUVENTUDE E SEUS DILEMAS	21
2.2 O JOVEM COMO SUJEITO POLÍTICO	28
3 ÉTICA E JUVENTUDE: UMA APROXIMAÇÃO AO DEBATE SOBRE VALORES	49
3.1 REFLEXÕES SOBRE OS VALORES NUMA PERSPECTIVA ÉTICO-POLÍTICA.....	49
3.2 VALORES UNIVERSAIS: LIBERDADE E SOLIDARIEDADE.....	57
3.3 OS IDEAIS DE IGUALDADE E JUSTIÇA.....	71
4 VALORES COTIDIANOS E TRANSFORMAÇÃO: O HORIZONTE DOS JOVENS	81
4.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA DE VALORES DA JUVENTUDE NA COTIDIANIDADE	81
4.2 AS RELAÇÕES COTIDIANAS: FAMÍLIA, ESCOLA E TRABALHO	85
4.3 AS PERSPECTIVAS: CULTURA, POLÍTICA E TRANSFORMAÇÃO.....	117
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	141
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	149
APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS	151

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como propósito conhecer, desde a narrativa dos sujeitos, o sistema de valores da juventude em conflito com a lei, buscando, ao mesmo tempo, decifrar as diferentes expressões em que o protagonismo político se engendra. É uma tentativa de aproximação com a realidade desses jovens, analisando de que forma e com que princípios ético-morais baseiam suas relações, condutas e decisões, tendo em vista dimensionar os parâmetros de amadurecimento político que a vivência da juventude oportuniza, no contexto em que vivem.

Assim, a interlocução analítica privilegiará a reflexão teórica no campo da ética, mediada pelo debate do serviço social na sua trajetória de formulação do projeto ético-político profissional em sua matriz marxista.

Na experiência profissional vivenciada pela pesquisadora, percebeu-se que o sistema de medidas socioeducativas, em seu propósito de buscar uma “reeducação” e/ou “ressocialização”, pouco está desperto a conhecer e valorizar as potencialidades sociais e o que existe de especial e único em cada jovem, mesmo sendo essa uma diretriz pedagógica do SINASE (BRASIL, 2006, p. 54), onde orienta que:

Exigir dos adolescentes é potencializar suas capacidades e habilidades, é reconhecê-los como sujeito com potencial para superar suas limitações. [...] É preciso conhecer cada adolescente e compreender seu potencial e seu estágio de crescimento pessoal e social.

Pretende-se, portanto, resgatar o que primeiramente existe em comum entre eles: a sua condição social e política como juventude, inquirindo sobre o que pensam esses jovens em relação a valores universais como solidariedade, justiça, igualdade, e também questões mais pessoais, tais como quais são seus sonhos, seus planos para o futuro, como veem a juventude enquanto protagonistas de mudanças sociais. Esta é, portanto, uma perspectiva centrada na experiência dos sujeitos, preocupada com a forma que compreendem suas realidades, e não apenas sua condição de autor de ato infracional.

Muitos estudos na área das políticas de assistência social, mais especificamente de medidas socioeducativas, pesquisam sobre o jovem usuário desta política, mas tais investigações recortam de tal forma a realidade desses jovens que dificultam a sua compreensão como sujeitos

na sua totalidade. Não são frequentes os que se dedicam a ouvi-los como sujeitos do processo de pesquisa científica, iluminando a visibilidade destes sujeitos concretos. Em geral, esses estudos focam na relação desses jovens com a violência, com os índices de criminalidade, como se os jovens que estão cumprindo medida socioeducativa só pensassem, falassem e agissem de forma violenta, esquecendo que eles permanecem jovens, com os mesmos sonhos, vontades e desejos comuns desta etapa da vida.

Muitas vezes, são alvos também de preconceito e discriminação, comumente rotulados como violentos, destemidos e, até mesmo, frios e indiferentes aos outros. Mas o que realmente violenta é a sociedade e o sistema que os discriminam.

O senso comum, alimentado em grande parte pelo sensacionalismo midiático¹, tende a estereotipar os adolescentes em conflito com a lei como causadores e responsáveis por grande parte da criminalidade e violência vivenciada nessas últimas décadas.

Em função destes e de outros elementos, vê-se que os *adolescentes pobres e/ou autores de ato infracional* estão no cerne do debate atual sobre a questão social, violência, sociabilidade, cultura, justiça e direitos humanos. Sua performance transgressora isolada ou coletiva é quase sempre geradora de reações, ações sociais, políticas, e há muito no Brasil vem sendo também incensada em termos de visibilidade pela *mídia* (SALES, 2007, p. 31).

Não é qualquer adolescente que aparece na mídia como “jovem infrator”, mas sim o jovem pobre, normalmente morador de

¹ Sobre esse enfoque dado pela mídia às ações realizadas por esses jovens, Sales (2007, p. 231) comenta: “[...] subsiste ainda uma *super-representação dos casos de crime violento contra a pessoa*, e, em contrapartida, uma sub-representação de crimes não-violentos contra o patrimônio, os quais, todavia, constituem a maioria dos delitos cometidos por crianças e adolescentes. Se aqueles, de acordo com os registros das Secretarias de Segurança Pública, perfazem apenas 10% dos crimes graves cometidos por esses últimos, é desproporcional a ênfase dada pelo jornalismo brasileiro. Nisto reside uma das principais faces da visibilidade perversa dos adolescentes infratores assegurada pela mídia. Pinta-se um quadro que exponencia sem contextualização a performance dos adolescentes como agressores, como se pode ver, e cuja repetição cristaliza as suas figuras em metáfora da violência, o que é, em suma, uma realidade falsa”.

comunidades de periferia das grandes cidades. Esse jovem que aparece na mídia como sendo o grande “culpado” pela maioria dos problemas sociais relacionados à violência é também o que normalmente cumpre medidas socioeducativas e, mesmo não sendo o único a cometer atos infracionais, com frequência recebe medidas mais severas que os adolescentes de classe média, conforme pesquisa realizada por Batista².

Trata-se, portanto de uma condição de visibilidade perversa, seletiva e reprodutora de discriminações históricas contra os setores mais pauperizados e insubmissos das classes trabalhadoras urbanas, promovida, dentre outros, pela ideologia jurídica hegemônica, com seu viés positivista de interpretação e prática do direito, fomentador do racismo nos encaminhamentos da justiça criminal (SALES, 2007, p. 27).

Com esta pesquisa, espera-se contribuir para a superação de preconceitos que cercam a juventude em medida socioeducativa, conhecendo como realmente esses jovens pensam, procurando identificar práticas e valores que orientem sua percepção sobre suas experiências, sem vitimizá-los nem demonizá-los; ou, como coloca Dassi (2010), sem uma relação de extremos, nem o menor-delinquente-demonizado nem o adolescente-vítima-romantizado.

Este estudo buscou construir um modelo interpretativo atento às múltiplas dimensões da experiência destes sujeitos, seu sistema de valores, bem como sua capacidade de ação enquanto sujeitos que almejam e necessitam liberdade e autonomia.

A busca por estudar esse tema na pós-graduação em serviço social deu-se por compreender que essa pesquisa poderá contribuir para o aprofundamento das questões relacionadas ao adolescente, especialmente aquele que se encontra em meio ao ato infracional, desmistificando assim os diversos preconceitos que abrangem esse

² Em seu livro “Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro”, a autora analisa as decisões de Juízes da Vara da Infância e Juventude, nos casos relacionados ao tráfico de drogas com adolescentes na década de 1980 e mostra que, em situações onde o adolescente pertence a uma classe social mais privilegiada, sua penalidade é mais branda do que em relação aos da classe trabalhadora. Conforme a autora, “É a estes jovens, e não aos jovens de classe média e das elites, que se dirigem as leis, os tribunais e as instituições menores; é a esses jovens que se aplica a expressão “menor”” (BATISTA, 2003, p. 18).

público. Compreende-se que o profissional de serviço social tem, dentre seus princípios éticos que baseiam sua conduta profissional, a luta pela erradicação de qualquer tipo de preconceito ou injustiça social. Registra-se aqui o dever e o compromisso do profissional de serviço social com o constante aprimoramento intelectual e reflexão crítica das questões sociais enfrentadas na atualidade.

1.1 PROPOSTA DE ESTUDO

O tema estudado está diretamente relacionado com a área de concentração: Serviço Social, Direitos Humanos e Questão Social, já que esta pesquisa propõe ampliar a compreensão do sistema de valores desses adolescentes para uma concepção crítica, identificando nesse recorte social as contradições e limitações que perpassam os enfrentamentos dos adversos processos sociais no cotidiano, cujas dimensões morais e políticas têm peculiarizado os conflitos urbanos nas últimas décadas, contento no qual os sujeitos da pesquisa estão vinculados.

A crítica deste contexto, desde as mais abstratas reflexões no campo da ética até a análise sobre os valores na cotidianidade, pode ser reveladora das contradições ético-políticas que afetam a juventude.

O Objetivo geral desta pesquisa é conhecer os valores éticos e as referências morais dos jovens em medida de semiliberdade, tendo em vista a reflexão sobre seu protagonismo político;

Dessa forma, elegeu-se como objetivos específicos: a) Conferir centralidade aos sujeitos da pesquisa, priorizando as descobertas desde sua narrativa acerca dos valores universais como liberdade, igualdade e solidariedade; b) Analisar o potencial dos sujeitos nas diferentes dimensões da juventude, para além da experiência em conflito com a lei, na relação com os espaços como a escola, a família e o trabalho; c) Produzir subsídios, através de um conhecimento científico crítico, para a reflexão em relação ao tema juventude em conflito com a lei, com base na percepção dos sujeitos da pesquisa; d) Contribuir para a superação de preconceitos que cercam a juventude em medida de semiliberdade; e) A partir do debate sobre ética e moral, relacionando-o com o tema da juventude, problematizar seu lugar político na sociedade.

A partir desses objetivos e do tema da pesquisa foi delimitada uma hipótese central: O horizonte ético valorativo dos jovens da pesquisa permite a afirmação de um protagonismo político?

1.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho tem como proposta metodológica conhecer, através das observações e entrevistas, o sistema de valores existente entre a juventude em conflito com a lei, conferindo à vocalização dos jovens o principal insumo para análise.

Trata-se de uma pesquisa empírica, do tipo qualitativo³, que visa dar voz aos protagonistas pesquisados, através de suas opiniões, articulando-as aos temas elencados.

Os sujeitos da pesquisa serão os jovens que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade, delimitando o campo empírico à própria instituição onde esses jovens cumprem a medida. O sigilo referente ao nome dos jovens, assim como da instituição, foi necessário para que os mesmos não corressem nenhum risco de serem reconhecidos ou estigmatizados.

A metodologia da pesquisa empírica prevê entrevistas⁴ semiestruturadas⁵, onde o entrevistado tem liberdade para falar e se expressar da maneira que desejar e as perguntas cumprem o objetivo apenas de direcionar a entrevista para o assunto pesquisado.

A lista de questões desse modelo tem origem no problema de pesquisa e busca tratar da amplitude do tema, apresentando cada pergunta da forma mais aberta possível; em outras palavras, a entrevista será conduzida em grande parte pelo entrevistado, visando à valorização do seu conhecimento e de suas experiências de vida, mas ajustada ao roteiro do pesquisador.

Propõe-se um roteiro com 24 questões, sendo elas abertas, a fim de que os entrevistados tenham liberdade para dar a sua opinião e interpretação.

A pesquisa é oral, com o consentimento do entrevistado para gravá-la. No caso dos adolescentes, menores de 18 anos, que estão sob

³Por ser uma pesquisa qualitativa, visa-se mais a aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade, pela integração das informações e síntese das descobertas do que necessariamente o estabelecimento de conclusões precisas e definitivas.

⁴Compreende-se a entrevista como um recurso metodológico que visa recolher, do entrevistado, informações a partir de suas experiências subjetivas, sendo esta entrevista direcionada para o tema de interesse do pesquisador.

⁵Por ser um questionário semiestruturado, conjuga a flexibilidade da questão não estruturada com um roteiro de controle.

tutela do Estado, foi formalizado um pedido de autorização para a Casa de Semiliberdade (em nome da coordenadora da instituição), para o consentimento das entrevistas.

Outrossim, os jovens assinaram um Termo de Consentimento Livre (TCLE), autorizando sua entrevista.

A interpretação dos dados qualitativos se valerá ainda dos termos trazidos pelo campo da Ética. É importante registrar o compromisso com a socialização das análises junto a todos entrevistados e a instituição pesquisada, que contemplem as informações e reflexões realizadas nesta pesquisa.

O estudo iniciou-se em 2011 com a busca da autorização judicial para a abordagem dos jovens, assim como através da submissão do projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos - CEPH, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Esses procedimentos respondem às exigências da Resolução CNS 196/96 e suas complementares, por se tratar de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, sendo necessária a ciência e a autorização da Coordenação da Casa onde os/as jovens cumprem a medida socioeducativa.

O primeiro pedido ao CEPH sofreu restrições por não estar previsto o sigilo do nome da instituição, apenas dos jovens. A divulgação da instituição poderia causar um risco e estigmatizar os jovens que cumprem medida socioeducativa ou que posteriormente fossem encaminhados a ela. Dessa forma, o projeto foi reelaborado e reencaminhado para análise, sendo autorizado em abril de 2011.

Em detrimento da segurança dos jovens, pode-se dizer que o resultado dessa pesquisa teve perdas devidas à descaracterização e descontextualização desses jovens, tanto no âmbito pessoal como institucional, não sendo possível mostrar mais detalhes das suas histórias de vidas.

Ainda no início de 2011, a pesquisadora mudou-se do Estado de Santa Catarina, onde se localiza a instituição pesquisada, para o Estado do Mato Grosso do Sul, dificultando de certa forma o convívio da mesma com os jovens da instituição. Mesmo com essa distância, foram feitas visitas bimestrais à instituição para que os jovens fossem aos poucos conhecendo a pesquisadora e criando um vínculo, ainda que superficial, com a mesma.

Após a autorização da pesquisa pelo Comitê de Ética, foi realizada, juntamente com a equipe de coordenação da instituição, uma conversa com todos os jovens da Casa para esclarecimentos da finalidade das entrevistas. Explicou-se que a participação era voluntária

e que a entrevista poderia ser interrompida a qualquer momento, sem que isso trouxesse nenhum tipo de constrangimento para os jovens em relação à pesquisadora ou à instituição. Esclareceu-se também que os jovens poderiam se recusar a responder alguma pergunta que invadisse a sua privacidade.

As interações foram satisfatórias e, dos 13 jovens convidados, 9 aceitaram participar das entrevistas, sendo 3 do sexo masculino e 6 do feminino. As idades dos entrevistados variaram entre 14 e 18 anos. As entrevistas foram realizadas na própria instituição de Semiliberdade, localizada no Estado de Santa Catarina.

Inicialmente, os jovens encontravam-se bastante receosos e envergonhados, principalmente pelo fato da conversa ser gravada.

Mas após a recomendação do primeiro entrevistado, explicando para o restante do grupo como tinha sido sua experiência na entrevista, os outros jovens sentiram-se mais confortáveis em aceitar participar do processo.

Um fato que chamou a atenção foi a atitude do primeiro jovem. O mesmo, que já havia assinado o TCLE, releu todo o termo de consentimento após a entrevista, avaliando se ela estava respeitando os acordos escritos. Ao final da leitura, o jovem olhou para a entrevistadora e comentou que a mesma realmente tinha cumprido com o que se propunha. Após essa atitude do primeiro entrevistado, percebeu-se que a entrevistadora havia conquistado a confiança dos jovens.

No final das entrevistas, alguns adolescentes pediram à pesquisadora que fizesse mais perguntas, sobre temas diversificados, sugerindo até que os ajudasse a contar sobre suas histórias de vida. Os jovens comentaram que para eles seria muito mais fácil explicar por tudo que passaram de forma oral do que escrita, sendo que muitos possuem sérias dificuldades de se expressar de maneira escrita.

Sem dúvida, esse foi um momento especial das entrevistas. Foi possível observar a necessidade que muitos jovens sentem de se expressar e também de ser ouvidos, de terem suas opiniões respeitadas e valorizadas.

O presente trabalho encontra-se dividido em três sessões. A primeira está relacionada à categoria juventude, que faz parte de uma construção social ainda recente, consequência da complexidade do mundo do trabalho e de suas mudanças históricas dos últimos séculos. A juventude possui características específicas dessa etapa da vida, período de transitoriedade entre a infância e a fase adulta, quando o jovem passa a ser inserido no mundo do trabalho. Pretende-se ressaltar as diversas transformações biopsicossociais ocorridas com esse público e como elas

são fundamentais para a compreensão desse processo. Além disso, será mostrada nessa sessão o jovem enquanto sujeito político, seu envolvimento e importância na história mundial, através de atitudes que são características dessa fase, como a energia e a ânsia por mudanças, transformações, e até mesmo uma certa rebeldia ao convencional.

A segunda sessão trará algumas reflexões sobre o sistema de valores através de uma perspectiva ético-política, de maneira mais conceitual, sobre o campo da ética e da moral. Em um segundo momento, serão trazidas para análise as próprias entrevistas realizadas com os jovens, sua compreensão sobre os valores universais, especificamente, neste caso, a liberdade, a solidariedade, a igualdade e a justiça. Pretende-se nessa sessão conhecer o sentido desses valores universais para eles.

A terceira sessão trata sobre os valores da juventude na cotidianidade, como os jovens compreendem as relações dentro de seus espaços de convívio, sendo, neste caso, a família, a escola e o trabalho. Como resultado das entrevistas realizadas com os jovens, será apresentada a opinião deles em relação a assuntos cotidianos citados anteriormente, mas também como se veem e se reconhecem enquanto sujeitos políticos representados pela categoria juvenil, como percebem a importância de sua participação na construção de uma nova sociedade, com novos princípios e valores.

2 JUVENTUDE

Este item aborda a categoria juventude e seu significado ao longo das últimas décadas, através de uma breve contextualização histórica, mostrando o legado deixado às gerações recentes.

Serão trazidas nessa leitura algumas peculiaridades dessa etapa da vida, caracterizada pelo momento de transição entre a infância e a fase adulta, de uma maneira conceitual, com base em alguns autores como Janice Tirelli Pontes Souza, Maria Rita Kehl, Mione Apolinário Sales, Jurandir Freire Costa, Octavio Ianni e Darcy Ribeiro.

Também nesse primeiro item, serão trazidas algumas considerações a respeito do jovem enquanto sujeito político e sua participação em diversos momentos importantes da história mundial.

2.1 A CATEGORIA JUVENTUDE E SEUS DILEMAS

A condição juvenil remete a uma etapa de transição entre a infância e a fase adulta, porém, para o jovem, ela é o presente absoluto, o que explica as posturas fatalistas e destemidas. Se a infância é caracterizada pela total dependência e necessidade de proteção, nos termos que Abramo (2008) afirma, como a primeira socialização, a fase adulta é vista como a etapa de maturidade, que seria o ápice do desenvolvimento e plena cidadania, quando os indivíduos se tornam capazes de exercer as dimensões de produção, reprodução e participação na sociedade. Como salienta Heller (1985, p.18):

O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão. É adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade.

Mas o jovem nem é uma coisa nem é outra, e o que é mais complexo, pode ser os dois ao mesmo tempo, numa experiência também conflituosa. Autores como Maria de Lourdes Trassi e Paulo Artur Malvassi (2010, p. 23) trazem também contribuições sobre a categoria 'juventude' como um objeto de reflexão:

Nesse sentido, podemos analiticamente apontar três atributos que caracterizam o conceito de juventude, de um ponto de vista mais genérico: *faixa etária intermediária* que abrange extensa

etapa da vida; anos de *transição* ou passagem da vida infantil para a idade adulta: período em que se consolidam preferências, gostos, formação profissional, ou seja, uma série de predicados sociais que remetem à idéia de etapa da *formação*.

Mas a caracterização desta etapa de transição é algo recente na história, pois corresponde a uma construção da sociedade moderna burguesa. Sua conformação obedece a uma lógica não-biológica, portanto, social e econômica. Com o surgimento da sociedade industrial se tornou necessário um prolongamento no processo de preparação para o trabalho⁶ que, nas palavras de Abramo (2008, p. 41), “significou uma segunda socialização para a complexidade das tarefas de produção e a sofisticação das relações sociais que a sociedade industrial trouxe”.

Tendo em vista as mudanças e a complexidade do mundo do trabalho, a convenção da sociedade moderna ditou papéis sociais mais específicos, ou, nas palavras de Peralva (1997), “a cristalização social das idades da vida”, que para a fase da adolescência/juventude se configurou como o período de preparação para o mercado de trabalho, através de um número maior de anos de escolarização, demarcando a diferenciação entre seres adultos e seres em formação. Essa fase se tornou um período dilatado de espera, não pertencendo mais à infância, mas ainda não sendo incorporada à vida adulta, conforme nos mostra Kehl (2004, p. 91):

O aumento progressivo do período de formação escolar, a alta competitividade do mercado de trabalho nos países capitalistas e, mais recentemente, a escassez de empregos obrigam o jovem adulto a viver cada vez mais tempo na condição de “adolescente”, dependente da família, apartado das decisões e responsabilidades da vida pública, incapaz de decidir seu destino.

Assim, podemos afirmar que esse processo da juventude não se dá apenas pelo desenvolvimento biopsíquico dos indivíduos, mas também por processos históricos e culturais, que dilatam este período de transição da fase infantil para a adulta, numa grande variação, pois cada

⁶ Trata-se de repartir o tempo, para classificá-lo e controlá-lo, originalmente para a produção material da riqueza, desde a generalização social do tempo de trabalho produzido coletivamente pela classe trabalhadora, mas não pago pela classe capitalista.

indivíduo com seu ritmo próprio lidará com esse processo de forma diferenciada, amadurecendo mais precocemente ou tardiamente, com maior sofrimento e angústia ou maior desenvoltura e expansão.

Mas a dinâmica é conflituosa, social e individualmente. Os diferentes estímulos sociais são no geral contraditórios. A transição ditada pelos padrões de acumulação capitalista é assim reprodutora dos interesses antagônicos das classes sociais. Estratifica as expectativas e responsabilidades e distingue destinos em razão da origem de classe destes jovens. A sociedade de consumo - com dinâmica diversa do mundo da produção - camufla e apresenta esta transição como algo natural e generalizado, valendo-se da indústria cultural de massa para fixar este lugar, o de um consumidor imaturo e impulsivo. Mas o mundo do trabalho exige um trabalhador responsável e domesticado. São vetores socialmente conflitantes, que sobrecarregam os jovens de tensão e sofrimento, ainda mais se excluídos de ambos os contextos. Nem pertencem ao mundo da satisfação imediata do consumismo, nem podem se integrar no mundo do trabalho e “adulterar”, pois os empregos escassos os requisitam mais experientes e responsáveis.

Desta forma, por ser uma etapa da vida cuja principal característica é justamente essa transitoriedade, a juventude é visualizada como sinônimo de mudanças, de inovação, de rebeldia. De acordo com Abramo (2008, p. 41):

A existência desta segunda etapa da socialização produz um deslocamento entre as capacidades físicas de produção e reprodução e a maturidade emocional e social para a sua realização: por isso a noção moderna de juventude acabou aparecendo como um período de interregno, de transição, de ambiguidade, de tensão potencial.

Esta tensão e inadequação quanto ao que é juventude e como os jovens devem ser, conseqüentemente, são percebidas também no aparato legal. Existem conceitos confusos e polêmicos a respeito da diferenciação entre a adolescência e a juventude propriamente dita. Pela lei, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a adolescência é compreendida como a fase intermediária entre a infância e a fase adulta, sendo estipulada apenas pela idade biológica⁷. Sobre esse fato, Rossato e Lépre (2011, p. 54) comentam: “A idade é o fator determinante para

⁷ Conforme Art. 2º: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.” (BRASIL, 2002)

a fixação de quem é criança, adolescente ou adulto. Adota-se um critério cronológico absoluto, sem qualquer menção à condição psíquica ou biológica”. Segundo os mesmos autores, o Brasil criou duas categorias distintas de pessoas não adultas merecedoras de proteção especial, a criança e o adolescente, que estão em estágios diferenciados de desenvolvimento, devendo gozar de tratamento particularizado.

Mas é fato que o termo adolescência não dá conta de explicar toda a complexidade desta fase transitória, visto que nas últimas décadas tem sido cada vez mais difícil descrever o que significa alcançar a fase adulta, como nos mostra Souza (1999, p. 26):

Tais considerações permitem reconhecer as possibilidades dos jovens como agentes sociais, diferentes entre si ontem e hoje, sendo preciso entender que é crítica sua passagem para a condição de adulto. Na sociedade moderna especialmente, isto ocorre devido à complexidade das formas que assumem a organização social, a variedade de alternativas de vida e a conseqüente incerteza quanto ao próprio destino pessoal.

Nesse sentido, o conceito de juventude é mais amplo e representa uma categoria sociológica baseada no contexto histórico e social desses indivíduos; todavia, a própria faixa etária que abrange este conceito ainda não se tornou um consenso. Algumas legislações referem-se à faixa etária de 15 a 29 anos, como é o caso da Lei 11.129/2005, sobre a Política Nacional da Juventude, vigente no Brasil. Já outras, como a Convenção Ibero-americana e a OMS (Organização Mundial de Saúde) consideram a idade de 15 a 24 anos. Abramovay et al. (1999, p. 24) traz importantes esclarecimentos a respeito dessa diferenciação sobre a Adolescência e a Juventude:

Segundo as definições adotadas pela Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde – OPS/OMS, adolescência e juventude se diferenciam por suas especificidades fisiológicas, psicológicas e sociológicas. Para a OPS/OMS, a adolescência constitui um processo fundamentalmente biológico, durante o qual se aceleram o desenvolvimento cognitivo e estruturação da personalidade. Abrange as idades de 10 a 19 anos e é dividida em etapas de pré-adolescência (10 a 14 anos) e adolescência propriamente dita (15 a 19 anos). Já o conceito de

juventude resume uma categoria essencialmente sociológica, que indica o processo de preparação dos indivíduos para assumir o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, estendendo-se dos 15 aos 24 anos.

Diante de toda essa complexidade, o Estado brasileiro é levado a reconhecer a necessidade de conferir maior atenção à questão da juventude, com o ordenamento jurídico prevendo mecanismos normativos que assegurem os direitos também dessa parcela específica da população, principalmente dos jovens acima de 18 anos. Dessa forma, diante dos diversos protestos e movimentos da sociedade civil, principalmente da própria juventude, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 65, de 13 de Julho de 2010, que modifica o art. 227 da Constituição Federal no que diz respeito aos direitos também da juventude, além da infância e da adolescência. Como nos mostra Rossato e Lépre (2011, p.55), “[...] o jovem também passou a ser considerado como um sujeito carecedor de direitos especiais, assim como se dá em face de crianças e adolescentes”.

A redação do art. 227 da CF, passou então a incluir o termo jovem em todos os incisos e parágrafos onde se referia à criança e ao adolescente, sendo que o capítulo VII do título VIII passa a denominar-se “Da família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”. Essa mudança na Constituição consigna, nesses últimos anos, grandes conquistas políticas da juventude, certamente em resposta ao seu protagonismo político e luta coletiva.

Essas mudanças para a inclusão da categoria ‘juventude’ são frutos da organização e envolvimento dos jovens na luta por direitos específicos para a juventude, além de visibilidade deles enquanto sujeitos. Um movimento importante tem sido a mobilização para a aprovação do Estatuto da Juventude, projeto de Lei nº 4529/2004, que estabelecerá diretrizes de direitos para jovens de 13 a 29 anos. Esse projeto de Lei foi aprovado no dia 05 de outubro de 2011 pelos Deputados Federais e aguarda agora a aprovação do Senado.

Dentre os principais direitos reivindicados pelos jovens através do Estatuto da Juventude⁸ estão: O direito ao acesso à educação gratuita do ensino médio e superior; meia-entrada em eventos culturais e

⁸ O Estatuto da Juventude pode ser visualizado na íntegra pelo site da União dos Jovens e Estudantes do Brasil:
<http://www.uje.com.br/estatutodajuventude/not/02.htm>

esportivos; criação do ‘SUS da Juventude’ e o desconto no transporte coletivo urbano e rodoviário.

Com relação à faixa etária específica da juventude, nota-se que as idades entre os 15 e 18 anos estão sobrepostas entre os dois conceitos, ou seja, são ao mesmo tempo adolescentes e jovens. Já é mais um sinalizador de que a ideia da transição é complexa e conflituosa.

Apesar das diferenças e polêmicas existentes na definição de uma idade específica para o final dessa fase, pode-se dizer que existe um consenso em relação ao seu início: a puberdade - outra tentativa de conceituação -, que, de acordo com Trassi e Malvasi (2011), significa o período da vida em que ocorrem mudanças no corpo infantil, que correspondem a mudanças importantes na constituição da subjetividade. A puberdade, compreendida como o amadurecimento do corpo infantil para o corpo adulto, apto à procriação, é um processo universal, sendo um marco em todas as culturas. De acordo com Kehl (2004, p. 91):

Da Grécia clássica às sociedades indígenas brasileiras, o (a) púbere é reconhecido (a) como tal, e a passagem da infância para a vida adulta é acompanhada por rituais cuja principal função é reinscrever simbolicamente o corpo desse (a) que não é mais criança, de modo a que passe a ocupar um lugar entre os adultos.

Essa fase da vida, ao mesmo tempo em que é temida pelo seu caráter aventureiro, inovador, é também admirada e desejada, vista como um ideal de beleza e vitalidade, idealizada como a melhor fase da vida, nas palavras de Ribeiro (2004), “aquela que devemos antecipar e conservar, a que serve para os mais novos como para os mais velhos”.

Atualmente se vê um prolongamento dessa fase da vida, uma dificuldade cada vez maior do indivíduo encerrar a etapa da juventude e iniciar uma nova etapa, a fase adulta. Isso se dá por diversas questões, tanto econômicas, como já citada antes, onde cada vez mais é exigida pelo mercado de trabalho uma especialização maior, para o que são necessários mais anos de estudos, mas também de domesticidade. Esta dinâmica tem postergado a independência financeira, a saída do jovem da casa dos pais para a construção de uma nova família. Há custos pessoais e sociais em questão.

Além disso, ao longo dos anos foi construída no imaginário social – como constructo da sociedade imagética de consumo - a percepção do jovem como sujeito belo, fisicamente saudável, que não tem preocupações nem compromissos, ao contrário da imagem da fase

adulta, de indivíduos extremamente preocupados, tensos, que não tem mais tempo para diversão, apenas trabalho e cuidado com a família. Ao adulto está interdita a felicidade, por isso é comum identificar adultos com *Complexo de Peter Pan*⁹, ou seja, que não querem assumir este papel social e, sobretudo, psíquico. Estão presos ao desejo (em geral ilusório) de se manterem jovens para sempre.

A juventude é um estado de espírito, é um jeito do corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma fatia do mercado onde todos querem se incluir. Parece humilhante deixar de ser jovem e ingressar naquele período de vida em que os mais complacentes nos olham com piedade e simpatia e, para não utilizar a palavra ofensiva – velhice –, preferem o eufemismo “terceira idade”. Passamos de uma longa, longuíssima juventude, direto para a velhice, deixando vazio o lugar que deveria ser ocupado pelo adulto (KEHL, 2004, p. 90).

Apesar da grande diversidade existente sobre as interpretações e etapas da juventude, dependendo de fatores culturais, étnicos, religiosos, econômicos e temporais, compreende-se que essa etapa de preparação para a fase adulta possui algumas características universais. Por esse motivo, a expressão *juventude* será usada no singular, compreendendo que, apesar das especificidades existentes, a experiência de transitoriedade desse momento da vida dos jovens é comum, pois que imposta a todos. Baseamo-nos na colocação de Sales (2011, p. 199) para explicar com mais propriedade essa escolha:

Embora seja corrente no debate brasileiro mais recente a referência à existência de “juventudes”, a partir de uma influência, entre outras, das leituras da Unesco, prefiro insistir na terminologia clássica, enxergando nos novos usos conceituais uma tendência culturalista, que fragmenta uma experiência social, a qual, embora marcada por particularidades locais e de classe, é na modernidade dotada de universalidade. Seria

⁹ Referência da história de Peter Pan, do autor James Matthew Barrie, criado para uma peça de teatro em 1911, sofrendo diversas adaptações para filmes, inclusive gravado pela Disney em 1953. A história conta as aventuras de um menino (Peter Pan) que decide morar na “Terra do Nunca”, onde poderá ser adolescente para sempre.

expressão, portanto, da unidade na diversidade. Os estudos e pesquisas sobre a juventude urbana, especialmente após a consolidação do processo de globalização, apontam muito mais identidades culturais do que as clivagens sociológicas pretendem. A música, a moda e as redes sociais favorecem hoje a circulação nacional e internacional de hábitos, valores e modelos culturais.

Ainda que não seja objeto deste estudo esgotar o debate acerca da propriedade dos termos, se Juventude ou Juventudes, realmente é significativo compreender que existem grandes diferenças entre os diversos grupos de jovens do mundo todo, mas que mesmo de formas variadas todos passam por esse processo chamado *Juventude*, alguns permanecendo nela por anos, outros de maneira mais rápida, através dos “ritos de passagens”¹⁰, mas nas diversas culturas ela se faz presente. O mais importante aqui é refutar os estigmas sociais dirigidos aos jovens da periferia e pobres, decifrando seu conteúdo preconceituoso e sua lógica de segregação que perpassam as dinâmicas políticas das instituições e do poder econômico no contexto de tais contradições.

2.2 O JOVEM COMO SUJEITO POLÍTICO

A juventude, desde o diálogo teórico adotado, é reconhecida como período vocacionado para aventura, rebeldia, questionamentos e mudanças. Por isso, em muitos momentos, é uma fase caracterizada também por incompreensão.

Por seu espírito aventureiro e idealista, a relação com os adultos, assim como com as instituições de poder, passa por certo temor, sendo até estereotipada como irresponsável e inconsequente. Mas é fato que já mostrou ser protagonista, em grande parte, por mudanças significativas na história brasileira e da humanidade.

Cada período histórico possui características próprias do comportamento juvenil, relacionado com aspectos culturais, econômicos

¹⁰ O rito de passagem é, segundo Sarti (2004, p. 124), “[...] experiências socialmente compartilhadas, que permitam simbolizar coletivamente o período da adolescência como um momento de mudança no estatuto social do sujeito”. Esses ritos são comuns nas sociedades tribais e também tradicionais, como, por exemplo, é o caso das tradições judaicas. Nas sociedades tribais, esses rituais são verdadeiras provas de coragem e força, que a criança deve enfrentar para provar que já pertence ao mundo dos adultos.

e políticos que o país vivencia, mas todos mostram a rebeldia e a iniciativa como características dessa fase da vida.

A capacidade de se expressar por intermédio da política, das ideias de liberdade, democracia, revolução, da recusa da autoridade, da agressividade, do comportamento individualista, surge como uma “aventura” ousada nas relações que estabelecem com uma dada sociabilidade. É a partir dessa capacidade que devemos procurar entender seu comportamento (SOUZA, 1999, p. 34).

Libertados dos grandes conflitos mundiais, na década de 1950 e 1960, a rebeldia era marca e substância do envolvimento político e cultural dos jovens, imprimindo uma experiência incontestável de compromisso social, visível nos movimentos e lutas políticas realizadas em todo continente americano, àquelas libertadas dos mecanismos da política imperialista estadunidense. Aqui na América Latina essa rebeldia aparecia nas roupas, nos cabelos, nas gírias, mas, sobretudo, nas atitudes de contestação com o tradicional, numa necessidade de se construir algo novo, tanto no modo de se vestir e se comportar, como também nos ideais sociais e políticos.

Essa juventude crítica – objeto de estudos clássicos no Brasil – tinha como referência fundamental jovens de classe média, cujos questionamentos culturais e políticos deram relevância à juventude como ator social. Diferentemente da “juventude transviada” americana, ou dos “rebeldes sem causa” europeus dos anos 50, os movimentos juvenis da década de 60 representavam mais que uma ruptura entre adultos e jovens ou uma violência sem direção social definida. Eles foram vistos como expressão de uma certa politização que apontava ideais de construção de uma nova sociedade. (NETO; QUIROGA, 2000, p. 222).

Esse foi um período marcado por profundas transformações políticas e econômicas em toda a América Latina. Um exemplo disso foi a Revolução Boliviana de 1952 e posteriormente a Cubana, de 1959, onde a atitude e energia da juventude estiveram presentes, sendo até hoje motivo de admiração e motivação mundial, pelas personalidades marcantes de Ernesto Guevara (que ficou conhecido como “Che”) e por

Fidel Castro. Esses movimentos serviram de exemplo e inspiração para diversos países latinos, como é o caso do Brasil, na luta contra a ditadura militar, como será visto posteriormente.

Comemoram-se, em abril deste ano, os 60 anos da Revolução Boliviana, que serviu de grande exemplo para as diversas lutas emancipatórias em toda a América Latina. Realizada através da mobilização popular, foi liderada pelas classes trabalhadoras, principalmente por mineiros e camponeses.

Sobre essa emocionante história, Boron (2012, p. 1) compartilha:

Es decir, una profunda grieta en el estado burgués que, debilitado por la rebelión de “los de abajo”, pierde su capacidad para reclamar y obtener la subordinación a sus mandatos y que, por lo tanto, no puede impedir el surgimiento de un formidable antagonista, un poder real, efectivo, no formal ni constitucional sino un poder constituyente basado en el inmenso apoyo popular del bloque formado por los campesinos y mineros en armas.

Em 1952, milícias populares de camponeses e mineiros, armados com enxadas e cartuchos de dinamite, derrotaram os regimentos do exército boliviano e tomaram o poder.

Destaca-se a bravura mostrada pelo povo boliviano, resumida aqui por uma única frase “Ningún arma, ninguna fuerza es capaz de vencer a un pueblo que se decide a luchar por sus derechos” (BORON, 2012, p. 1).

A década de 1970 foi marcada por inúmeras mudanças em diversos aspectos: sociais, econômicos, políticos e culturais. A juventude, através do movimento hippie, representou uma revolução no estilo de vida; mudanças de comportamento e inovações musicais, como o rock, mostravam o descontentamento com a sociedade da época.

No Brasil, com o período da ditadura militar, os jovens foram os principais agentes de transformação, não só cultural como também política, mobilizando a sociedade na luta por um estado democrático. Ressurgem nesse período, por toda a América Latina, novos grupos juvenis com novos ideais políticos, em oposição ao sistema vigente. Darcy Ribeiro (1978) chama esses grupos de jovens iracundos¹¹, que

¹¹ Segundo Darcy Ribeiro: “Assim designamos aquela parcela de juventude oriunda em sua maioria dos setores intermediários que desperta para a ação política já predisposta contra as organizações tradicionais de esquerda; já

possuem a força e energia de não compactuar com o sistema da época, tendo uma atuação política voltada para a ação, para a mudança, para o novo. Jovens iracundos não era apenas um grupo de jovens rebeldes, mas sim jovens com ideais socialistas, com novas propostas de ação política.

Quanto ao paralelismo entre a rebeldia dos jovens iracundos dos países desenvolvidos e a dos subdesenvolvidos cumpre assinalar que, por um lado ele constitui uma rejeição geracional comum a uns e a outros, tanto à civilização como à sociedade e aos regimes sócio-políticos vigentes. E por outro lado, um despertar político da juventude que nos países desenvolvidos mobiliza multidões em manifestações de contestação e protesto; e, nos países dependentes, produz novas safras de revolucionários (RIBEIRO, 1978, p. 183).

O movimento estudantil¹² teve uma grande participação no processo revolucionário ocorrido das décadas de 1960 e 1970 em toda América Latina. Após o golpe militar de 1968, o Brasil conviveu com uma gradativa intensificação do autoritarismo por seus governantes, através do cerceamento de diversos direitos civis, que perdurou por 20 anos. O movimento estudantil, liderado pela UNE – União Nacional dos Estudantes, tornou-se um dos principais setores urbanos politicamente organizados da época.

Os estudantes se posicionavam em defesa das liberdades democráticas nos campos social e econômico; engajavam-se na resistência ao golpe; preparavam-se para a possibilidade de uma guerra civil; abriam o debate para a problemática da universidade; apoiavam todas as reivindicações populares contra a pobreza, baixos salários, políticas inflacionárias; e buscavam o trabalho político com base na cultura popular, criando o CPC (Centro Popular de Cultura), que disseminava, por meio do teatro e da propaganda,

desiludida com qualquer forma de ação liberal e já impugnando qualquer corpo ideológico convertido em doutrina” (RIBEIRO, 1978, p. 182).

¹² Conforme Souza (1999, p. 35), o movimento estudantil era composto majoritariamente por jovens da classe média urbana das grandes cidades da Europa e da América Latina.

os debates dos seminários estudantis (SOUZA, 1999, p. 39).

Na década de 1980, houve diversas mudanças estruturais que acarretaram sérios problemas econômicos para a população brasileira, através da elevação nos níveis de desemprego, aumento das condições de subemprego, terceirização dos trabalhos e a deterioração do padrão de vida da classe trabalhadora. Dessa forma, a juventude, também sofreu as consequências disso, tendo que se confrontar com o novo cenário em mudança, conforme Souza (1999, p. 46) nos mostra: “Junto com as classes populares, os jovens estudantes vão encontrando novas formas de articulação para responder ao autoritarismo, renovando seu território de intervenção, participando, por exemplo, dos movimentos populares urbanos”.

Os sindicatos, que na ditadura trabalharam muitas vezes na clandestinidade, tiveram grande força política no início da década de 1980. Um exemplo disso foram as greves no ABC Paulista, onde se mobilizaram os operários de grandes indústrias a fazer greve por melhorias de condições de trabalho e aumento de salários.

O avanço indiscutível das lutas sociais nesse momento pode ser testemunhado na ampliação de canais institucionais que se dão na organização e no crescimento da oposição sindical, nas greves de Contagem e Osasco, nas campanhas salariais do ABC Paulista, que passam a ter um significado mais amplo do que os das reivindicações econômicas e que culminam na formação de um novo momento para o sindicalismo brasileiro, em oposição ao sindicalismo burocrático conformado com o regime militar e com uma legislação que subordinava os sindicatos ao Estado (SOUZA, 1999, p. 81).

Com a crise econômica mesclada ao intenso processo de repressão, a juventude da época também se dedicou ao trabalho e aos estudos. Mas isso não significa que a rebeldia e o protesto tenham desaparecido nessa época. Um exemplo disso são os punks¹³, que também possuíam como característica a não aceitação do sistema

¹³ De acordo com Souza (1999), o movimento Punk surgiu na Inglaterra em 1976, numa contracultura, através de sua explosão visual e sua irreverência aos valores e padrões sociais da época. No Brasil, sua repercussão foi tardia e restrita a alguns núcleos suburbanos das grandes cidades.

econômico e político, propondo um sistema anarquista, ou seja, sem a interferência do Estado.

Os anarco-punks defendiam “o anarquismo ativista”, aquele que tem princípios e identidade com a cultura anarquista, a ideologia e a ação anarquistas. Suas principais bandeiras eram a propaganda pacifista contra a produção de armamentos no Brasil; a luta contra a obrigatoriedade do serviço militar; contra as verbas militares; enfim, eram contra a ideologia das forças armadas. [...] Além disso, eram contra o Estado, defendiam a autogestão e eram contra os partidos; conseqüentemente, durante os processos eleitorais sempre fizeram campanha pelo voto nulo (SOUZA, 1999, p. 113).

A questão cultural também foi de grande importância para essa geração. Conforme comentam Neto e Quiroga (2000), a juventude se organizava em torno de movimentos culturais que tinha na música, no lazer e em determinados itens de consumo, sua marca de identificação. Essa geração foi marcada culturalmente por diversos movimentos e estilos musicais, como, por exemplo, o rock, o punk, o dark, o heavy metal, entre outras subdivisões musicais.

[...] atraíram a atenção pela agressividade real e simbólica de seu comportamento, pela negatividade de suas representações do presente e do futuro, pelo investimento na própria imagem e pelo privilegiamento do lazer e dos produtos da indústria cultural como elementos articuladores de suas atividades (NETO; QUIROGA, 2000, p. 222).

Outro fato marcante da história da juventude brasileira aconteceu no ano de 1992, com o processo de *impeachment* do então presidente da época, Fernando Collor de Melo. A juventude novamente foi para as ruas protestar contra a corrupção na política, especificamente situações envolvendo o presidente da república. Os jovens estudantes - protagonizados em torno da UNE (União Nacional dos Estudantes) - vestiram-se de preto e pintaram o rosto de verde e amarelo, em sinal de repúdio à corrupção e reivindicando ética na política nacional. Essa manifestação ocorreu em todas as capitais do Brasil, sendo conhecida como “os caras pintadas”.

Ao contrário de vinte anos atrás, os estudantes ganharam, com sua irreverência moderna, a simpatia da grande maioria da população, abrindo caminho para a manifestação de outros setores, que aderiram ao movimento. Secundaristas e universitários tomaram a frente, em passeatas caracterizadas por um misto de repúdio, saudosismo e irreverência – ao som de músicas que já haviam sensibilizado os jovens dos anos 70 e carregando faixas com críticas mordazes ao Presidente e a seus assessores diretos. (SOUZA, 1999, p. 53).

Importante salientar, como nos lembra Souza (1999), que essa manifestação não significou o renascimento político da juventude estudantil, já que a década de 1990 já demonstra um perfil diferente da juventude militante do período da ditadura. Até mesmo por ser uma geração que não presenciou os anos de repressão política, suas manifestações foram esporádicas, desagregadas, sem uma articulação sólida - nem partidária nem no movimento estudantil - em defesa de projetos políticos democráticos. Essa é uma característica que a autora nos mostra em relação à juventude da década de 1990, consequência da influência neoliberal vivenciada por essa geração, o imediatismo e o individualismo se tornam predominantes entre a maioria da juventude.

Mas a resposta à desarticulação, como o envolvimento passageiro com causas episódicas, as escolhas individualistas e a naturalização do consumo são compatíveis com os tempos *cool* dos anos 90. A geração indefinida, chamada pela mídia de geração X, que é uma parte desse segmento de jovens, começa a se definir na relação com a tecnologia. As maiores evidências, no entanto, estão no campo cultural, na linguagem direta da música. (SOUZA, 1999, p. 54).

Mas isso não significa que essas novas gerações não tenham também senso crítico e indignação em relação às injustiças sociais. Nas últimas décadas, um exemplo de indignação com a realidade política e econômica do Brasil aparece retratado através do movimento hip-hop¹⁴,

¹⁴ A expressão hip hop, que significa movimentar os quadris (do verbo to hip, em inglês) e saltar (do verbo to hop), configurou-se como um conjunto de manifestações culturais, envolvendo música, arte e dança. (ARAÚJO; COUTINHO, 2008)

que abrange músicas como o rap¹⁵ e o funk, além da arte do grafite e da dança como o break¹⁶. Esse movimento, originário de comunidades de periferia/favelas das grandes cidades, expressa em sua arte situações vivenciadas pelos jovens pobres, além de denúncias às desigualdades vividas. Temas como violência, pobreza, mas também solidariedade, união e justiça predominam, com uma capacidade de expressão que os estudos interrogam cada vez mais.

[...] o hip hop é hoje uma forma de expressão comunitária, por meio da qual se comunicam e afirmam sua identidade habitante dos morros e comunidades populares. Assim como o samba foi e continua sendo uma linguagem capaz de expressar crítica social e de costume, o rap se constitui como uma fala política e, em alguns casos, como uma música de rebeldia e protesto (ARAÚJO; COUTINHO, 2008, p. 212).

Em diversos momentos da história, o jovem mostrou a sua insatisfação com o que já está posto, determinado. Trazem uma nova visão de sociedade e de mundo através de uma nova linguagem, de novas formas de se mostrar aos outros, e principalmente por novas expressões culturais.

Partindo do reconhecimento de que não existe ideologia socialmente neutra, pode-se dizer que a canção popular é política na medida em que expressa um conteúdo ideológico que age ética e

¹⁵ Sobre o surgimento do rap, Araújo e Coutinho (2008, p. 206) tem a dizer que: “Reverendo a trajetória de intelectuais e lideranças nas últimas décadas no Brasil, poder-se-ia considerar os rappers como uma espécie de porta-voz das periferias e favelas: após a crise das vanguardas artístico-intelectuais nos anos 70 no país, esses atores sociais emergiram como novos intelectuais locais, “orgânicos”, forjados ao longo dos anos 80 e especialmente dos anos 90, no bojo de uma cultura popular ou minoritária já não idealizada pelas vanguardas e com maior autonomia. Essas vozes alternativas oferecem um discurso reflexivo sobre o próprio grupo, o outro e, de modo geral, sobre a sociedade”.

¹⁶ De acordo com Araújo e Coutinho (2008), o *break* é uma dança inventada pelos jovens negros norte-americanos, baseado nos estilos musicais do *soul* e do *funk* através de coreografias que lembravam, ao mesmo tempo, uma luta e movimentos de um robô. Os b.boys (break boys) faziam uma espécie de protesto contra a Guerra do Vietnã e, por meio dos passos de dança, simulavam os movimentos dos feridos de guerra.

politicamente na transformação da história (ARAÚJO; COUTINHO, 2008, p. 222).

A realidade demonstra que grande parte dessa nova geração não faz da política¹⁷ seu objeto de expressão, pelo contrário, repudiam essa ideia. Isso se dá por uma construção social onde a política se torna sinônimo de roubo, corrupção e mentira. Como se costuma ouvir, “político é tudo ladrão”. O senso comum iguala o conceito mais amplo de política com a pequena política¹⁸, ou seja, tudo se torna política partidária e politicagem. Devemos inquirir como esta visão deturpada de fato atinge os jovens hoje e especular como seu resultado desmobilizador tem se propagado, a despeito das grandes exigências de luta popular que se mantêm.

Mas o fato é que, mesmo muitos não se envolvendo diretamente com partidos políticos, esses jovens contestam os problemas enfrentados pelas comunidades empobrecidas das grandes cidades, de maneira política por meio da cultura; nas letras de rap, nas coreografias do *break*, na imagem grafitada nos muros das cidades, ou seja, nas palavras de Souza (2005), “dão significado a uma cultura de resistência”.

A mesma autora nos mostra como é importante valorizar as ações políticas contemporâneas ao invés de apenas compará-las com as ações realizadas nas décadas anteriores. Para Souza (1999), ações coletivas realizadas pelos jovens hoje não significam nem retrocesso nem avanço, apenas o que é possível para sua geração historicamente realizar.

Essa abordagem está no compasso contemporâneo na medida em que percebe o jovem em sua criatividade e invenção sociais, mostrando que sua lógica, ao contrário do que ocorreu em outros tempos, não é discursiva, mas visual, suas referências não são utopias revolucionárias, e sua

¹⁷ O significado clássico e moderno de política – Derivado de adjetivo originado de *polis* (*politikós*), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social [...]. (BOBBIO et al., 2004, p. 954).

¹⁸ Gramsci, em Cadernos do Cárcere, escreve sobre a questão da política na sociedade, dividindo-a em grande política e pequena política. Para o autor, a pequena política significa a política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas. “A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política” (GRAMSCI, 2000, p. 21).

organização política é reinventada como nova tribalização (SOUZA, 1999, p. 22).

O movimento Hip Hop vem mostrando, ao longo dos últimos anos, que não se esgota apenas como uma manifestação cultural, mas que simultaneamente expressa uma natureza política, pois seu protesto retrata questões públicas, coletivas. “É um modo autêntico de os jovens encontrarem, cultivarem o elemento político, de mostrarem que ter necessidades não é o bastante e que, para a transformação da carência em direito, é preciso expressá-la” (SOUZA, 2005, p. 8).

Esse movimento deu e continua dando visibilidade aos jovens pobres, moradores de comunidade de periferia, ao contrário dos movimentos estudantis das décadas de 1960 e 1970, que eram realizados pela sua maioria por jovens de classe média urbana. Mas, atualmente, esse estilo cultural conquistou o gosto dos jovens de todas as classes sociais, e o hip hop, através da mídia, trouxe a cultura da periferia para os grandes centros urbanos.

Por se tratar de uma referência incontestável dos sujeitos da pesquisa objeto desta dissertação, devemos aprofundar os aspectos contraditórios que conformam este movimento em nosso país e também na cidade. Há uma relação do hip hop com a mídia extremamente ambígua, pois, ao mesmo tempo em que discrimina esses jovens relacionando suas músicas com o tráfico de drogas e conseqüentemente com a violência, também oferece a oportunidade de visibilidade e reconhecimento como atores sociais de direitos.

Assim, oscilando entre a condenação e sua glamorização no mercado, na passagem da música às imagens, do baile encravado no morro ou na periferia às telas da tevê e do cinema, temos a emergência de novos sujeitos sociais portadores de um discurso sociopolítico: “marginais midiáticos” que vem se afirmando de forma destacada na cena cultural contemporânea (HERSCHAMANN; BENTES, 2002 apud HERSCHAMANN; GALVÃO, 2008, p. 197).

É fato que existem questionamentos em relação à comercialização das músicas de rap e funk. Ao mesmo tempo em que os grupos de hip hop ganham visibilidade nacional, realizando um trabalho de conscientização e de denúncia que atinge uma grande parcela da população juvenil, a grande mídia também exerce o poder de homogeneizar e abafar as expressões mais subversivas, integrando-as

num estilo mais “pop”, enfraquecendo seu caráter rebelde. Importante esclarecer que o movimento hip hop não se tornou um grupo coeso e politizado, pois possui uma parcela de canções visivelmente comerciais e influenciáveis pelas tendências da moda, que valoriza bens de consumo e expõe o sexo como um produto a ser comercializado.

Não se trata, no entanto, de idealizar o hip hop como forma de conhecimento. O movimento, seguramente, não é homogêneo: possui tendências mais ou menos politizadas, mais ou menos engajadas e críticas. Há, por assim dizer, uma vertente cuja tônica é a denúncia, a agitação e o protesto. Outra, espontânea, sem uma linha política coerente e definida. E outra ainda, talvez hegemônica, já assimilada pelo mercado, que reproduz o modelo de comportamento, aspirações e ideais dominantes (consumismo, individualismo e exaltação da vida privada), como a maioria das canções ditas “de massa”. Os defensores da tradição marginal – herdeiros do Public Enemy, mas também do GOG, dos Racionais, do Thaíde, do DJ Hum, do Câmbio Negro – criticam essa tendência do rap (ARAÚJO; COUTINHO, 2008, p. 222).

O consumismo e o individualismo são correntes hegemônicas na sociedade atual, e se o movimento hip hop também valoriza e enaltece tais atitudes tende a influenciar negativamente uma grande quantidade de adolescentes e jovens. Essa é uma grande responsabilidade desses grupos: não deixar que o movimento “se perca” no ritmo do consumo de massa, enfraquecendo dessa forma sua principal característica, a luta pela conscientização da população na contracorrente dos movimentos hegemônicos. Será alvo de diálogo também com os jovens da pesquisa, como se verá mais adiante.

Apesar da juventude ter características como a rebeldia, o radicalismo e a vontade de mudar a realidade, isso não significa que estejam presentes em todos os jovens, pelo contrário, existem muitos que passam por essa etapa da vida sem demonstrar nenhum tipo de inquietação com a realidade em que vivem, como descreve Ianni (1968, p. 239):

Por outro lado, há aqueles que entram no período da adolescência sem apresentar qualquer tendência a desenvolver uma atuação política

radical. São indivíduos que não manifestam qualquer sintoma de inconformismo ou passam a assumir atitudes que ainda que socialmente reprovadas, não possuem a menor significação política. Em consequência do modo pelo qual são apanhados no processo de socialização, ou melhor, particularmente devido aos mecanismos de controle da sociedade “adulta”, uma grande parte da juventude não apreende, sob nenhuma forma, as condições fundamentais do sistema social.

É recorrente perceber no contato com os jovens, especialmente os que estão no sistema de medida socioeducativa, como é o caso da pesquisa em tela, que, como nos mostra Ianni, boa parte deles não expressa crítica e conscientemente o inconformismo ou atua com alguma explícita significação política. Foram talvez apanhados no processo de socialização das teias imagéticas do consumismo e do individualismo, desarmados de seu potencial de luta e contestação política que caracterizam os grandes feitos sociais da juventude.

Esta hipótese precisa ser melhor investigada e é a base deste estudo. Por isso, pesquisar as nuances socioeconômicas, sua repercussão no cotidiano real da periferia de uma cidade grande, por meio dos sonhos e dos desafios dos jovens, é o que justifica a relevância desta dissertação. Ao se valer do valioso diálogo com os sujeitos da pesquisa, repercutindo a fala dos jovens que tivemos o privilégio de conhecer e trabalhar, pretendemos contribuir assim na reflexão e quem sabe na apreensão mais fiel de como podemos interagir com a população jovem que é sujeita da nossa atuação profissional.

O que vemos no cotidiano da sociedade capitalista é o poder de compra como sinônimo de cidadania. Ou seja, aquele que tem poder aquisitivo para consumir é respeitado e valorizado; quanto aos que não têm, resta o desprezo da sociedade de consumo e o descaso do Estado.

O resultado desse processo tem sido o agravamento da exploração e das desigualdades sociais dela indissociáveis, o crescimento de enormes segmentos populacionais excluídos do “circulo da civilização”, isto é, dos mercados, uma vez que não conseguem transformar suas necessidades sociais em demandas monetárias. As alternativas que se lhes restam, na ótica oficial, são a “violência e a solidariedade” (IAMAMOTO, 2008, p. 123).

O autor Jurandir Freire Costa, em seu artigo “Perspectiva da juventude na sociedade de mercado”, consegue esclarecer o significado desse ‘consumo desenfreado’ da sociedade contemporânea, tão idolatrado e demonizado nos tempos atuais.

Segundo Costa, o termo *consumo* seria inadequado para designar o hábito econômico de comprar, já que consumimos, na realidade, apenas coisas metabolizáveis, como alimentos, remédios, etc.. Mas o uso desse termo para situações referentes à compra de bens materiais não foi utilizado por falta de outro mais propício, e sim de forma proposital, segundo Costa (2004, p. 76), para dar a entender que somos todos iguais diante da possibilidade de comprar mercadorias produzidas e vendidas em larga escala, como o mesmo autor comenta:

Por conseguinte, ao empregar a palavra consumir, querendo ou não, estamos salientando nossa condição de organismos físicos naturais. Desse ponto de vista, obviamente, somos todos razoavelmente iguais, dado que nossas necessidades biológicas são razoavelmente idênticas. Entretanto, se olharmos o consumo como equivalente a poder de compra, não é isso que acontece. Comprar não é uma ação regida por necessidades biológicas, mas um ato econômico com implicações sociais. Diante de atos desse tipo somos todos diferentes e desiguais. (COSTA, 2004, p. 77).

O fato é que esses objetos de consumo não estão igualmente acessíveis para todos os indivíduos, apenas para quem tem poder aquisitivo para comprá-los. Adquirir mercadorias por meio de compras define a importância e visibilidade do indivíduo no universo social.

O ato de comprar ou consumir na sociedade contemporânea, além de dar satisfação e bem-estar aos seus consumidores, também é uma referência de identidade e status social.

É entendível, assim, que a compra incessante de novos produtos se torne uma “demanda imaginária” tão coercitiva quanto qualquer “necessidade biológica”. Afinal, ninguém se contenta em sobreviver fisicamente, pelo consumo de nutrientes. Somos seres de cultura que não têm apenas fome de pão, mas também de prestígio social. A satisfação em se sentir aprovado e admirado é um item

indispensável para o equilíbrio emocional de todos nós. (COSTA, 2004, p. 80).

Através do ritmo ditado pela lógica capitalista, onde a fabricação de produtos é intensa e constante, o consumidor deve também acompanhar esse ritmo, já que o tempo de utilidade dos objetos tende a ficar cada vez mais curto. A finalidade é justamente manter o ritmo de consumo constante.

Consumo é uma metáfora que alude à rapidez com que adquirimos novos objetos e inutilizamos os velhos. Ou seja, tratamos os objetos industriais como tratamos substâncias que se prestam à reprodução dos ciclos biológicos, donde a assimilação do ato de comprar ao de consumir (COSTA, 2004, p. 78).

Essa ideologia tornou-se essencial na vida da população em âmbito mundial, onde a realização pessoal está diretamente relacionada com a questão da posse, da compra, do poder material. Onde os valores morais estão deturpados, a solidariedade e o respeito ao outro não são mais considerados fundamentais.

O predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças. Nessa perspectiva, a questão social é mais do que as expressões da pobreza, miséria e “exclusão”. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche. A subordinação da sociabilidade humana às coisas – ao capital-dinheiro e ao capital mercadoria -, retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social (IAMAMOTO, 2008, p. 125).

Dessa forma, a realização pessoal, está relacionada à condição de possuir ou ter condições para tal. E o que se vê através da mídia é a solução de todos os problemas em algum produto comercializável. Indiferente da faixa etária, da classe social ou até mesmo da particularidade do problema, com dinheiro é possível resolver qualquer coisa. Para a tristeza, existe antidepressivo, para o excesso de peso, os

remédios para emagrecer, e até para a aparência física em relação à idade biológica é possível usar produtos que rejuvenescem a pele, conferindo à pessoa uma aparência mais jovem.

Na *sociedade narcísica*, centrada na ideia (ilusão) da satisfação do eu, há a busca permanente de satisfação. Essa satisfação é apresentada pelo mercado, como a possibilidade de consumir objetos – materiais, culturais, artísticos, espirituais – que passam ininterruptamente “diante de nossos olhos” e estão longe de nossas posses, em qualquer lugar da pirâmide social. (TRASSI; MALVASI, 2010, p. 55).

O “ser” desaparece perante o “ter” e os antagonismos de classe se agudizam, agora também pela diferenciação crescente do poder de compra, agravado pelas demandas de consumismo. Com isso, há um estranhamento entre as classes sociais, onde já não se reconhecem como tendo questões em comum. Costa (2004, p. 77) nos explica a ideologia que baseia esse consumo exacerbado:

Consumismo, portanto, é o modo que o imaginário encontrou de se legitimar culturalmente, apresentando as mercadorias como objetos de necessidades supostamente universais e pré-culturais, e ocultando, por esse meio, as desigualdades econômico-sociais entre os potenciais compradores.

Esse distanciamento conduz à indiferença entre os problemas sociais enfrentados por uma grande parcela da sociedade e, conseqüentemente, a naturalização das desigualdades sociais. De acordo com Costa (2000), na perspectiva das classes dominantes, os pobres e miseráveis são cada vez menos percebidos como pessoas morais.

Os que estão no topo da hierarquia social não vêem os que desprezam como adversários de classe, interesses ou costumes. Vêem neles uma sorte de resíduo social inabsorvível, com o qual se deve aprender a sobreviver, à condição de poder puni-lo ou controlá-lo em caso de insubordinação (COSTA, 2000, p. 80).

Além do consumismo, são características da sociedade capitalista: o individualismo, a intolerância, a banalização da desigualdade social e a criminalização da pobreza. De acordo com o

pensamento burguês, o indivíduo é responsabilizado pelos problemas que vivencia, transfiguram-se os problemas sociais em problemas individuais, ou seja, a questão social é vista apenas no âmbito privado, e não no coletivo. De acordo com Neto (2006, p. 36):

Por uma parte, a ordem burguesa supõe necessariamente que, em última instância, o destino pessoal é função do indivíduo como tal; a consequência inelutável é que tanto o êxito como o fracasso sociais são creditados ao sujeito individual tomado enquanto mônada social. Por outra parte, a criação pela vias das ações públicas, de condições sociais para o desenvolvimento dos indivíduos não exclui a sua responsabilização social e final pelo aproveitamento ou não das possibilidades que lhe são tornadas acessíveis. Eis porque o redimensionamento do Estado burguês no capitalismo monopolista em face da “questão social” simultaneamente corta e recupera o ideário liberal – *corta-o*, intervindo através de políticas sociais, *recupera-o*, debitando a continuidade das suas sequelas aos indivíduos por elas afetados.

Desta forma, os valores que regem a sociedade capitalista atribuem importância ao poder de compra, e o direito à cidadania está diretamente ligado ao poder de consumo. Quem dita regras, posturas, comportamentos sociais é quem tem a opção financeira de escolher seu produto. Jurandir Freire Costa (2000, p. 78) contribui afirmando que “as elites brasileiras monopolizam a maior parte das riquezas materiais do país e os instrumentos que consagram normas de comportamentos e aspirações como recomendáveis e desejáveis”. Vivemos numa sociedade global onde tudo tem seu preço, onde a aparência e a exteriorização se tornam, para a sociedade burguesa, mais importante que princípios coletivos e humanitários.

No momento em que dependo dos objetos de consumo para construir o sentimento de identidade, abandono a crença na autonomia e na independência do sujeito moral diante de suas circunstâncias. Deixamos de lidar com a contingência do desejo do outro, problema clássico de nossa tradição cultural, para enfrentar o problema do que pode ser uma conduta intencional e venda de objetos. Antes éramos felizes e infelizes, bons ou maus; agora somos

obsoletos, imprestáveis, inutilizáveis, economicamente inviáveis ou, pelo contrário, algo que tem valor de venda, potencial de lucro, liquidez etc. (COSTA, 1994, p. 47).

Existe, de uma forma silenciada, mas já naturalizada pela sociedade, uma profunda segregação entre as classes sociais, como nos explica Birman (2009, p.78): “Além disso, a segregação se dissemina em diferentes classes sociais, perpassando de diferentes maneiras as classes ricas, médias e pobres, que vivem segregadas em diferentes níveis, nos condomínios de luxo e nas favelas.”

A mídia aparece na sociedade atual como a grande fomentadora de tendências e opiniões. Por ter acesso a todas as classes sociais, constitui-se como uma espécie de vínculo entre elas. Estimula nas classes mais empobrecidas a ilusão e fantasia do desejo ao consumo, pela fetichização das mercadorias, num mundo imaginário, mais feliz e bonito, diferente da realidade difícil da maioria da população, ou, nas palavras de Costa (2000, p. 86), “[...] a estratégia salvacionista do consumo de bens e serviços do ‘mercado da felicidade’”. Sobre esta questão, Sales (2007, p. 119) também comenta:

É mister constatar, ademais, sem prejuízo de qualquer percepção crítica, a frivolidade e a futilidade, em meio às práticas de consumo burguesas e à dinâmica individualista, formadoras de um gosto estético dominante ou estandardizado, copiado e desejado pelas massas.

Sobre o público juvenil, mais especificamente, esse fascínio por “ter” é facilmente perceptível. Indiferente da classe social, possuir um objeto da moda é sinal de pertencimento a um determinado grupo, significa ter uma “personalidade”¹⁹. Na transição para a fase adulta, à medida que os novos vínculos sociais se estabelecem, um conjunto de características passa a ser extremamente valorizado, com atributos necessários para a própria aceitação desse jovem dentro de um novo grupo social, sendo a imagem voltada para o que será representado para os outros, para o externo. Sobre a importância da identidade para esses adolescentes, Athayde et al. (2005, p. 206) comenta:

¹⁹ Personalidade vem do termo “persona”, que significa máscara em grego. A máscara, nesse sentido, representa o conjunto de características, importantes para o desempenho de determinados papéis sociais.

Numa direção ou noutra, a identidade para os jovens é um processo penoso e complicado. As referências positivas escasseiam e se embaralham com as negativas. A construção de si é bem mais difícil que escolher uma roupa, ainda que a analogia não seja de todo má, uma vez que o interesse por uma camisa de marca, pelo tênis de marca, corresponde a um esforço para ser diferente e para ser igual, para ser *diferente-igual-aos-outros*, [...] Roupas, posturas e imagens compõem uma linguagem simbólica inseparável de valores. Aquilo que na cultura *hip-hop* se chama *atitude* talvez seja a síntese de uma estética e de uma ética, que se combinam de modo muito próprio na construção da pessoa.

Para ser “alguém” é preciso ostentar, aparentar, e possuir produtos valorizados pelo grupo. O “ter” nesta sociedade, é fundamental para o processo de aceitação social, sendo este baseado nas aparências e no consumismo. Nas palavras de Costa (1994, p. 48), “A posse de objetos passa a ser o foco da disputa imaginária da individualização ou da promessa da felicidade e do bem-estar individual”.

Tudo na sociedade passa a ter um valor econômico, quem possui recursos para estar constantemente consumindo se mantém “inserido” no meio social. Os sujeitos pauperizados, não só são despossuídos de bens materiais necessários à sua sobrevivência ou só os possuem nesta medida, como também são ressacados social e politicamente. Do ponto de vista cultural, todavia, estes preconceitos são ambíguos; a música, o teatro, as artes plásticas, a poesia, a literatura, todas as manifestações artísticas são tidas como ‘populares’ ou artesanato, ou ‘brega’ ou alternativo, ou ‘de rua’, ‘da periferia’, num esforço aparente de reconhecimento, que na verdade opera sua desqualificação, pela origem de classe, sobretudo.

Os artistas e trabalhadores das classes subalternas da mesma forma estão contidos à margem dessa sociedade capitalista, nas suas regiões fronteiriças, mas nem por isso porosas. A não ser como ‘marginais’, não ‘ditam a moda’, não recebem destaque da mídia, são invisíveis perante a classe dominante e seus aparelhos ideológicos.

[...] a questão social expressa a subversão do humano própria da sociedade capitalista contemporânea, que se materializa na naturalização das desigualdades sociais e da

submissão das necessidades humanas ao poder das coisas sociais – do capital dinheiro e de seu fetiche. Conduz à indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores – resultados de uma pobreza produzida historicamente (e, não, naturalmente produzidas) -, universalmente subjugados, abandonados e desprezados, porquanto sobranes para as necessidades médias do capital (IAMAMOTO, 2008, p. 125).

Evidencia-se aqui a expressão mais cruel da exclusão social, daqueles que “não são ninguém”, ou nas palavras de Sales (2007), da “(in) visibilidade perversa”.

Tais mecanismos sobre a juventude encontram solo ainda mais instável pelas próprias características da vida em transição em que se encontram. Isto aponta para uma maior e mais intensa corrosão ideopolítica na formação cultural e ética de cada sujeito jovem, desde que ainda submetidos a condições de ensino desestimulante, moradia precária e trabalho precoce e superexplorado.

É nesse quadro de exclusão e invisibilidade que estão inseridos os adolescentes de medidas socioeducativas²⁰. Esses jovens costumam ser alvos também de preconceito e discriminação, comumente rotulados como violentos, destemidos e, até mesmo, frios e indiferentes aos outros. O senso comum, alimentado em grande parte pelo sensacionalismo midiático, tende a estereotipar o adolescente em conflito com a lei como causador e responsável por grande parte da criminalidade e violência vivenciada nessas últimas décadas.

Em função destes e de outros elementos, vê-se que os *adolescentes pobres e/ou autores de ato infracional* estão no cerne do debate atual sobre a questão social, violência, sociabilidade, cultura, justiça e direitos humanos. Sua performance transgressora isolada ou coletiva é quase sempre geradora de reações, ações sociais, políticas, e há

²⁰ As medidas socioeducativas estão previstas nos incisos do art. 112 do ECA e são: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviço à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional. Além de caráter pedagógico, que visa à reintegração do adolescente em conflito com a lei na vida social, as medidas socioeducativas também possuem caráter sancionatório, em resposta à sociedade pela lesão decorrente da conduta praticada.

muito no Brasil vem sendo também incensada em termos de visibilidade pela *mídia* (SALES, 2007 p. 31).

Não é qualquer adolescente que aparece na mídia como “jovem infrator”, mas sim o jovem empobrecido normalmente morador de comunidades de periferia das grandes cidades. Esse jovem que aparece na mídia como sendo o grande “culpado” pela maioria dos problemas sociais relacionados à violência é também o que normalmente cumpre medidas socioeducativas e, mesmo não sendo o único a cometer atos infracionais, com frequência recebe medidas mais severas que os adolescentes de classe média, conforme pesquisa realizada por Batista (2003)²¹.

Trata-se, portanto de uma condição de visibilidade perversa, seletiva e reprodutora de discriminações históricas contra os setores mais pauperizados e insubmissos das classes trabalhadoras urbanas, promovida, dentre outros, pela ideologia jurídica hegemônica, com seu viés positivista de interpretação e prática do direito, fomentador do racismo nos encaminhamentos da justiça criminal (SALES, 2007 p. 27).

Um dos desafios propostos nesta pesquisa é justamente a desconstrução da associação juventude/violência. Conhecer as outras potencialidades desses jovens cuja voz e expressão se encontram, na maioria das vezes, escondidas e abafadas dentro das instituições socioeducativas.

²¹ Em seu livro “Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro”, a autora analisa as decisões de Juízes da Vara da Infância e Juventude, nos casos relacionados ao tráfico de drogas com adolescentes na década de 1980, e mostra que, em situações em que o adolescente pertence a uma classe social mais privilegiada, sua penalidade é mais branda do que em relação aos da classe trabalhadora. Conforme a autora: “É a estes jovens, e não aos jovens de classe média e das elites, que se dirigem as leis, os tribunais e as instituições menoris; é a esses jovens que se aplica a expressão ‘menor’” (BATISTA, 2003, p. 18).

3 ÉTICA E JUVENTUDE: UMA APROXIMAÇÃO AO DEBATE SOBRE VALORES

Esta seção tem o intuito de contribuir para uma discussão teórica sobre os valores éticos, no campo filosófico da razão e de valores universais.

O item 3.1 tem por finalidade trazer o debate conceitual do campo da ética e da moral, relacionando-o com o universo valorativo dos jovens. Já o item 3.2 relaciona o debate teórico dos valores universais de liberdade e solidariedade com a cotidianidade desses jovens, mostrando a interpretação deles em relação a esses temas.

3.1 REFLEXÕES SOBRE OS VALORES NUMA PERSPECTIVA ÉTICO-POLÍTICA

Debruçar-se sobre a apropriação preliminar das vontades, desejos e interpretações dos jovens em suas ações cotidianas nos exige um estudo profundo sobre conceitos como valores, moral e, também, ética. Para essa compreensão, usaremos como parâmetro autores como: Adolfo Sanches Vázquez, Maria Lúcia Silva Barroco, Agnes Heller, Jurandir Freire Costa, Beatriz Augusto Paiva, dentre outros.

É fundamental diferenciar o significado da moral e da ética, pois, submersas ao senso comum, perde-se a vitalidade histórica e o potencial político de construção de valores.

Podemos aferir que a moral²² se refere imediatamente ao ‘comportamento’ adquirido ou ‘modo de ser’ conquistado pelo homem. Segundo Vazquez (2004, p. 83), “o ato moral concreto faz parte de um contexto normativo (código moral) que vigora numa determinada comunidade, o qual lhe confere sentido”. Como são condutas normativas de uma comunidade específica, pode-se dizer que a moral varia historicamente, assim como seus princípios, ou seja, o que é determinado como uma norma em determinado período pode não ser em outro. O mesmo autor nos chama a atenção para uma questão importante, pois mesmo que a moral possua um caráter social, é exigida uma adesão interna do indivíduo, um consentimento das normas e deveres estabelecidos pela comunidade. Dessa forma, numa tentativa de se conceituar o significado de moral, Vazquez comenta:

²² Conforme Vazquez (2004), o termo moral vem do latim *mos* ou *mores*, “costume” ou “costumes”, no sentido de conjunto de normas ou regras adquiridas por hábito.

A moral é um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas livres e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal. (VAZQUEZ, 2004, p. 84).

Já o significado da ética²³ pertence a um campo teórico cuja finalidade é explicar, investigar e esclarecer fatos de uma determinada realidade. Segundo Vazquez, “A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano (VAZQUEZ, 2004, p. 23)”. Desta feita, a ética consiste em ser a referência de valores de uma determinada comunidade, conforme nos mostra Paiva (2006, p. 108):

A ética é a referência valorativa que estabelece os parâmetros das relações dos indivíduos com a sociedade. Ela se preocupa com as formas de resolver as contradições entre a necessidade e possibilidade, tempo e eternidade, individual e coletivo, interesses econômicos e valores morais, corporal e psíquico, natural e cultural, razão e desejo.

A ética e a moral estão intimamente ligadas, por isso, muitas vezes é difícil distingui-las. Mas ambas tem funções próprias, embora indissociáveis; enquanto a primeira pertence ao campo teórico, racional, a segunda pertence ao campo do cotidiano, da ação diária do indivíduo, da subjetividade. As escolhas morais são pautadas em conceitos éticos, onde o indivíduo se baseia para tomar determinada decisão. Ou, nas palavras da autora Beatriz Paiva (2006, p. 106), “[...] a moral seria a capacidade do indivíduo de formular suas próprias opiniões e pautas de comportamento (com base nos valores éticos estabelecidos) e optar por aquele que considerar correto e justo.”. Com o objetivo de esclarecer essa relação entre ética e moral, Paiva (2006, p. 112) explica:

Enquanto reflexão, a ética debruça-se sobre o real, que tem como pressuposto a materialidade da

²³ Segundo Vazquez, “Ética vem do grego *ethos*, que significa analogamente “modo de ser” ou “caráter” enquanto forma de vida também adquirida ou conquistada pelo homem (VAZQUEZ, 2004, p. 24)”.

existência social humana, no sentido de entendê-lo, porém sem se limitar a ele. Implica, pois, o desvendamento do presente, mas também o vislumbre de novas relações. A ética ultrapassa, desse modo, o imediato, o conjuntural e o passageiro; chega a oferecer pistas e apontar o leque de possibilidades que se coloca nas situações, todavia nunca oferece certezas, soluções práticas para cada situação. Isso porque a tomada de decisão, a escolha diante dos problemas e alternativas é, em última instância, sempre de ordem individual/moral, bem como a responsabilidade das conseqüências decorrentes das atitudes.

Assim, a ética tem o objetivo de orientar, mas de fato a decisão é sempre realizada pela moral, pelo homem concreto. Vazquez (2004) também oferece grandes contribuições nesse sentido, conceituando a ética como sendo a ciência da moral. Segundo o autor, as ciências são um conjunto de proposições ou juízos sobre aquilo que as coisas são: enunciam ou indicam aquilo que alguma coisa é, mas ela não possui caráter normativo, ou seja, não indica de que forma que as coisas devem ser.

Como ciência, a ética também é um conjunto de enunciados a respeito de um objetivo específico, ou do setor da realidade humana que chamamos *moral*. Deste objeto da ética, como já vimos, fazem parte as normas e os atos morais que se conformam com elas. A ética nos diz o que é a norma moral, mas não postula ou não estabelece normas; estuda um tipo de conduta normativa, mas não é o teórico da moral, e sim o homem real, que estabelece determinadas regras de comportamento (VAZQUEZ, 2004, p. 103).

A moral está presente em todas as ações humanas, ou seja, ela permeia as relações entre os indivíduos. Esse sistema de regras pode ser explícito (lei) como também implícito (valores morais). Pode-se dizer que o primeiro são princípios e normas que estão regulamentados na forma da lei em sentido estrito. Uma atitude contrária ao que estipula a lei será cobrada do indivíduo através de sanções (sentença condenatória/penas). Já o segundo, são normas que não estão escritas em lei alguma, mas estão socialmente implícitas através dos costumes,

da cultura, e das tradições de determinado grupo. Ou seja, o indivíduo sabe qual é a atitude que o restante da comunidade espera dele mesmo sem estar prescrito em lugar algum. Quando esse indivíduo não cumpre uma norma ou tem uma atitude oposta ao que se espera, ele é julgado moralmente, se sentindo constrangido ou envergonhado.

A moral representa o conjunto dos valores legitimados pela tradição e pelos costumes como corretos, justos, bons. O dever passa, então, a representar a própria garantia da liberdade, pois a “lei moral” que o dever realiza tem sua origem nos costumes criados pelas instituições consideradas como base da sociedade: a família patriarcal, a Igreja, as corporações-instituições intermediárias entre Estado e indivíduo. (BARROCO, 2006, p. 72).

Sejam essas normas explícitas ou implícitas, em ambos os casos o indivíduo é responsável e deve estar ciente de seus atos. Por essa sua perspectiva consciente, o indivíduo aceita intimamente os valores, suas escolhas passam a fazer parte do seu “caráter”, estando presente em todas as atividades humanas. Assim expõe Barroco (2005, p. 44):

A moral é parte fundamental da vida cotidiana, pois a reprodução das normas depende do espontaneísmo e da repetição para que elas se tornem hábitos e se transformem em costumes que respondam às necessidades de integração social. A legitimação das prescrições morais implica uma aceitação subjetiva, pois se não forem intimamente valorizadas elas não se reproduzem diante das situações cotidianas – em que a necessidade de escolha entre uma ou mais alternativas se faz presente.

Cada escolha do indivíduo é tomada com base em seus princípios morais, tanto individuais quanto impostos por sua comunidade. Desta feita, de acordo com a frequência que essas decisões são tomadas no cotidiano, se tornam praticamente intuitivas, respondendo coerentemente a determinados papéis sociais impostos. Como sustenta a autora, Maria Lúcia Silva Barroco, “elas nem sempre significam um exercício de liberdade”.

Nessas condições, as “escolhas” são direcionadas por determinantes ideológicos coercitivos,

voltados à dominação; nem sempre são propiciadoras da liberdade. Por isso, a autonomia do indivíduo e sua consciência, em face da moral socialmente dada, são sempre relativas a circunstâncias sociais e históricas. (BARROCO, 2005, p. 46).

Nas ações cotidianas, os sujeitos formulam juízos de valores, aprovando ou reprovando, julgando, avaliando, comparando as ações realizadas por si ou pelos outros. Jurandir Freire Costa nos alerta para o fato de que só podemos julgar moralmente uma conduta quando podemos reconhecê-la como portadora de um sentido ético. Ou seja: “Uma conduta passível de avaliação moral é a que se deixa exprimir por meio de proporções éticas” (COSTA, 1994, p. 19).

Esses valores morais são fruto das relações humanas, pois sofreram influência do contexto social (história, costumes e normas específicas de determinada comunidade). Segundo Vazquez (2004), os valores são imutáveis, não mudam com o tempo ou de uma sociedade para outra, mas os bens nos quais os valores se realizam são passíveis de mudanças, ou seja, são objetos reais, condicionados, variáveis e relativos. Com relação aos valores morais, Agnes Heller (1985, p. 5) comenta:

Quando se trata de valores especificamente morais, cujo caráter axiológico foi descoberto relativamente cedo, é muito fácil enxergar a intensidade com que se orientam no sentido da explicitação dos vários aspectos da essência humana. Não há atividade “moral” autônoma ou substantiva; a moral é uma relação entre as atividades humanas.

A significação do termo ‘valor’ é de grande importância para que seja possível compreender as escolhas e opiniões da juventude. Agnes Heller (1985, p. 5) explica que o valor é uma categoria ontológico-social, sendo independente das avaliações dos indivíduos, mas não da atividade dos homens, pois é expressão e resulta das relações e situações sociais. A mesma autora complementa aduzindo que ‘valor’ é tudo aquilo que, em relação a uma situação específica, contribui para o enriquecimento de componentes essenciais (HELLER, 1985, p. 5). Os valores não existem por si indiferentemente dos objetos reais, eles existem unicamente em um contexto social, conforme nos mostra Vazquez (2004, p. 149):

Tão-somente o que tem um significado humano pode ser avaliado moralmente, mas, por sua vez, tão-somente os atos ou produtos que os homens podem reconhecer como seus, isto é, os realizados conscientemente e livremente, e pelos quais se lhes pode atribuir uma responsabilidade moral.

Dessa forma, podemos dizer que esse universo de valores é criado e também aceito pelo próprio homem, dentro de suas relações sociais. Ou, nas palavras de Jurandir Freire Costa (1994), “Somos nós, indivíduos, que inventamos os universos de valores que nos permitem viver em comunidade, ou seja, assumindo compromissos”.

Importante reforçar que os valores morais existem somente pelos atos humanos, naqueles realizados de forma livre e voluntária. Para ser considerado um ato moral²⁴, o sujeito deve ter consciência de sua ação e a capacidade de compreender as normas estipuladas pelo grupo, conforme preceitua Vazquez (2004, p. 78):

O ato moral supõe um sujeito real dotado de consciência moral, isto é, da capacidade de interiorizar as normas e regras de ação estabelecidas pela comunidade e de atuar de acordo com elas. A consciência moral é, por um lado, consciência do fim desejado, dos meios adequados para realizá-lo e do resultado possível; mas é, ao mesmo tempo, decisão de realizar o fim escolhido, pois a sua execução se apresenta como uma exigência ou um dever.

Os valores da sociedade contemporânea estão pautados, em sua maioria, pela ideologia de cunho capitalista, ou seja, há na sociedade uma moral dominante que impõe a sua visão de mundo, a visão da classe que detém o poder econômico, político, social e até mesmo cultural. Essa ideologia, segundo SILVA (2006), é introjetada e legitimada tanto em termos sociais como também individual – subjetivo.

A moral burguesa trata de regular e justificar as relações de poder entre os homens, dividindo-os em classes, reproduzindo os

²⁴ Com relação ao ato moral, podemos dizer que “é sempre um ato sujeito à sanção dos demais; isto é, passível de aprovação ou de desaprovação, de acordo com as normas comumente aceitas” (VAZQUEZ, 2004, p. 75).

comportamentos individualistas e egocêntricos, naturalizando as formas de subalternidade²⁵. De acordo com Paiva, (2006, p. 107):

O mundo dos valores concentra-se na liberdade individual, na autonomia da razão calculadora, tendo como critério prioritário a utilidade. Na sociedade burguesa fundada no mercado, a realização mundana do indivíduo passa a ser o valor ético central. Esse individualismo – que estabelece a autonomia do sujeito, concebe o trabalho apenas como modo de realização pessoal, enaltece a propriedade privada, enaltece o saber como forma de domínio da natureza e dos outros homens – reduz a liberdade ao livre-arbítrio. O caráter coletivo ou transcendente do mundo ético cede lugar ao predomínio do interesse individual, centrado na competitividade, na realização privada, na felicidade estritamente pessoal.

A sociedade capitalista está dividida por classes sociais; os valores morais cumprem uma função ideológica específica, contribui para a alienação²⁶ e acomodação das situações de exploração das classes empobrecidas, assim como de seu distanciamento em projetos de vida coletivos e emancipadores. Conforme Barroco (2005), “a moral, por sua função social, busca integrar os indivíduos através de normas; implicando em uma forma coercitiva”.

Nessas condições, as “escolhas” são direcionadas por determinantes ideológicos coercitivos, voltados à dominação; nem sempre são propiciadoras da liberdade. Por isso, a autonomia do indivíduo e sua consciência, em face da moral

²⁵ Sobre o conceito de subalternidade, Simionato esclarece que, na obra Gramscianiana, o termo “subalterno” aparece nos escritos pré-carcerários, com o significado de submissão de uma pessoa a outra. Conforme a autora, “a categoria “subalterno” e o conceito de “subalternidade” têm sido utilizados, contemporaneamente, na análise de fenômenos sociopolíticos e culturais, normalmente para descrever as condições de vida de grupos e camadas de classe em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna. (SIMIONATO, 2009, p. 2).

²⁶ Segundo Agnes Heller (1985, p. 38), “existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção”.

socialmente dada, são sempre relativas a circunstâncias sociais e históricas (BARROCO, 2005, p. 45).

No campo da moral, umas das formas de alienação dos indivíduos se expressa pelo moralismo, ou seja, quando todas as ações são julgadas imediatamente baseadas na moral, sem uma análise mais aprofundada e crítica. O moralismo implicaria na negação da moral como uma forma de objetivação da consciência crítica, das escolhas livres, de construção da particularidade (BARROCO, 2005, p. 48).

O moralismo também é movido por preconceitos, que são falsos juízos de valor. Eles se expressam através de juízos provisórios²⁷ que não se alteram mesmo quando há argumentos racionais e científicos indicando outras possibilidades. Conforme Barroco (2006, p. 72), “a função moral, neste caso, é a da moralização da sociedade, isto é, de sua adequação a princípios e normas que não devem ser mudados”. A mesma autora explica que a moral assume muitas vezes um papel moralista, pois tem como base o não questionamento das normas e deveres tradicionalmente legitimados.

O preconceito é produto do pensamento e do comportamento cotidiano. Existem diversos tipos de preconceitos: morais, científicos, políticos, religiosos, raciais, etc., mas, indiferente do seu conteúdo, sua esfera será sempre a vida cotidiana. Pode-se dizer que ele é sempre moralmente negativo, pois impede a autonomia do sujeito. Ou seja, com o preconceito, ocorre uma diminuição das possibilidades de escolha realizadas pelo indivíduo, que fica limitado apenas pelo seu julgamento moral. Com relação a esse tema, Barroco (2005, p. 47) comenta:

[...] o preconceito é uma forma de reprodução do conformismo que impede os indivíduos sociais de assumirem uma atitude crítica diante dos conflitos, assim como uma forma de discriminação, tendo em vista a não-aceitação do que não se adequa aos padrões de comportamento estereotipados como “corretos”.

²⁷ Aqui referimo-nos aos falsos juízos provisórios que, de acordo com Heller (1985, p. 47), “é um juízo provisório que poderíamos corrigir mediante a experiência, o pensamento, o conhecimento e a decisão moral individual, mas que não corrigimos porque isso perturbaria o êxito, a “correção” evidente, ainda que não moral”.

Por ser produto das relações cotidianas, nenhum homem está totalmente livre de ter preconceitos, mas por mais que exista uma forte influência de movimentos conservadores para essa postura, é sempre responsabilidade do indivíduo se apropriar ou não desses juízos, como cita Heller (1985): “cada um é responsável pelos seus preconceitos”. Se essas escolhas são de responsabilidade individual, é plenamente possível cultivar valores como a tolerância e a alteridade, e evitar, através de uma auto-observação constante, qualquer tipo de preconceito.

3.2 VALORES UNIVERSAIS: LIBERDADE E SOLIDARIEDADE

Neste item, tratamos especificamente sobre dois valores universais, a liberdade e a solidariedade, como se construíram através da história, especulando como são compreendidas pelos jovens na atualidade, a partir das narrativas obtidas. Sabemos que a liberdade é um valor universal, ela existe em função da capacidade deliberadora do homem representado pela autonomia, iniciativa, criação e poder de escolhas. Esse valor só existe em um contexto social através da relação de socialização entre os indivíduos. A liberdade está inserida também no âmbito da ética, no propósito de emancipação humana. Sobre esse tema, Yamamoto (2008, p. 103) acrescenta:

Nesse processo os homens constroem não apenas as bases materiais da vida em sociedade, mas se constroem enquanto subjetividade atuante no processo social. É nesse veio que se coloca a liberdade “no coração da ética”. A liberdade, parceira da equidade e da justiça, daí decorrendo a defesa da autonomia e da plena expansão dos indivíduos sociais, o que conduz à defesa dos direitos humanos e à recusa dos arbítrios e todos os tipos de autoritarismos.

Mas é no âmbito da moral que a liberdade sofre suas limitações. Na sociedade capitalista, a liberdade aparece enquanto um problema a ser observado. O homem moderno se submete a constantes escolhas, o livre-arbítrio é a sua “bandeira”. Mas de que liberdade se trata? O homem é “livre” para escolher uma profissão, para escolher um trabalho, escolher seu/a parceiro/a, enfim, atualmente são diversas escolhas sendo feitas ao mesmo tempo, mas o que muitas vezes não está visível é de que forma essas opções são apresentadas a ele. Na ideologia capitalista, o homem tem direito à liberdade dentro de uma limitação pré-determinada.

O trabalhador tem a “opção” de vender ou não a sua força de trabalho, mas quando a consequência disso é a fome e a miséria, essa “escolha” se torna uma imposição do próprio sistema. Nas palavras de Santos (2002, p. 29), “assim, a liberdade se manifestava no direito de se deixar explorar em nome da própria sobrevivência”.

De acordo com Barroco (2005), para que o trabalho seja uma atividade livre, é preciso que se realize de forma consciente; sendo o sujeito capaz de criar suas próprias alternativas e, como tal, não dependendo exclusivamente do trabalho como um meio de sobrevivência, nem se sujeitando à exploração e dominação de outros homens.

Liberdade é, portanto, superação dos entraves históricos às objetivações essenciais do ser social, o que pressupõe fundamentalmente condições objetivas que possibilitem a realização do trabalho de forma livre e criativa. Desse modo, para Marx, não se trata tão-somente da consciência da liberdade, mas da ação prática superadora desses obstáculos. (BARROCO, 2005, p. 61).

A teoria liberal clássica, cujas principais ideias foram formuladas pelos pensadores Iluministas²⁸ dos séculos XVII e XVIII, via no trabalho a possibilidade de ascensão social e de ruptura com o sistema feudal. A proposta era a criação de uma sociedade de indivíduos livres e iguais fundados nos direitos naturais²⁹. Entre eles pode-se citar o direito à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade. Esses direitos foram de suma importância para a burguesia, pois rompiam com os privilégios da herança, existentes no feudalismo, onde a burguesia, por mais que tivesse prestígios nos negócios, não conseguia ascensão social.

Conforme nos mostra Barletta (2005), o modelo liberal é fruto de duas importantes revoluções: a francesa, realizada pelos burgueses, e a

²⁸ “O Iluminismo indica um movimento de ideias que tem suas origens no século XVII (ou até talvez nos séculos anteriores, nomeadamente no século XV, segundo interpretação de alguns historiadores), mas que se desenvolve especialmente no século XVIII, denominado por isso o “século das luzes”. Esse movimento visa estimular a luta da razão contra a autoridade, isto é, a luta da “luz” contra as “trevas.” (BOBBIO et. al, 2004, p. 605).

²⁹ Os direitos naturais, conhecidos também por jusnaturalismo, eram vistos como direitos divinos, os homens estariam assim submetidos conforme a vontade divina. São leis universais e imutáveis.

americana, pelos colonos, ambas no século XVIII. A concepção dos princípios - liberdade, igualdade e fraternidade – se tornam o lema desse modelo. Segundo a autora:

O germe da ideologia da liberdade lançada pelos franceses revolucionários deixa importante e inafastável legado para as civilizações contemporâneas. Aliás, os apótemas da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade são axiomas que contêm vários direitos do ser humano. Ressalte-se, entretanto, que o que tal revolução conseguiu, num primeiro momento, foi liberdade para o comércio e as trocas e igualdade para todos perante a Lei, algo infinitamente inferior ao que está contido na carga valorativa desses três axiomas. (BARLETTA, 2005, p. 38).

Posteriormente, com a Declaração dos Direitos do Homem em 1789 e a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, obtém-se a afirmação universal da garantia dos direitos humanos perante o Estado.

Porém, a liberdade enquanto ‘valor’ é interpretada de acordo com a ideologia dominante, estando distante de seu sentido universal. Para Marx (apud LESSA, 2007, p. 39), “a aplicação prática do direito da liberdade é o direito humano à propriedade privada”. Essa liberdade “[...] faz com que todo homem encontre noutros homens não a realização de sua liberdade, mas, pelo contrário, a limitação desta” (MARX apud LESSA, 2007, p. 39).

A liberdade é um valor extremamente importante para a dinâmica liberal, pois para essa ideologia, o êxito e as conquistas econômicas dependem do esforço individual, ou seja, todos têm as mesmas oportunidades e chances, mas uns aproveitam e outros não. Ou, nas palavras de Barroco (2008, p. 165):

A compreensão de que os indivíduos têm autonomia para agir de acordo com sua vontade e interesses vincula-se à ideia de que todos têm oportunidades iguais para ascender socialmente e competir no mercado para se tornar proprietários. Para que essa liberdade seja resguardada, é preciso haver uma sociedade política que – com suas leis – assegure a igualdade de direitos, ou seja, dê oportunidades para cada um decidir com autonomia.

Os valores burgueses estão pautados na liberdade individual, na preocupação com o “eu”, o outro se torna um concorrente ou até mesmo um inimigo. Valores como o altruísmo, a amizade e o pensar de forma coletiva são vistos como sinônimos de fraqueza, de fragilidade. Paiva (2006, p. 107) traz importantes considerações sobre esta questão:

Na sociedade burguesa, fundada no mercado, a realização mundana do indivíduo passa a ser o valor ético central. Esse individualismo – que estabelece a autonomia do sujeito, concebe o trabalho apenas como modo de realização pessoal, enaltece a propriedade privada, enaltece o saber como forma de domínio da natureza e dos outros homens – reduz a liberdade ao livre arbítrio. O caráter coletivo ou transcendente do mundo ético cede lugar ao predomínio do interesse individual, centrado na competitividade, na realização privada, na felicidade estritamente pessoal.

Já numa concepção ética, o ser humano é realmente livre quando suas ações são realizadas em um sentido comunitário, coletivo, ou, nos termos de Agnes Heller, humano-genérico, e não egocêntrico e individualista. Como comenta Mario Sérgio Cortella (2006, p. 19), “[...] a minha liberdade não acaba quando começa a do outro; acaba quando acaba a do outro”. É nesse sentido que a liberdade se aproxima do âmbito da ética, quando se torna um valor universal. Quando é vivenciada da mesma forma por todos os seres humanos, acompanhada pela justiça e equidade.

Atualmente, o indivíduo vive uma liberdade limitada e parcial, regulada pelo mercado e pelas leis do consumo. Tem escolhas que possui o poder de compra, pois as oportunidades não se apresentam de forma igual a todas as pessoas, conforme expressão usada por Jurandir Freire Costa (2001), vive-se no “mito da salvação individual”. Sobre essa triste realidade, Iamamoto (2008, p. 103) comenta:

Em outros termos, pensar que a realização daqueles valores na sociedade capitalista é presidida por um dilema: o reconhecimento da liberdade, da reciprocidade e da igualdade formal no plano jurídico, ao mesmo tempo em que são negadas na vida prático-social, onde as relações sociais não são fundadas na igualdade, onde os homens não são inteiramente livres. Uma sociedade que anuncia a igualdade e a liberdade,

mas que carrega em si a impossibilidade de sua realização radical para todos os indivíduos sociais.

Para os jovens entrevistados, essa liberdade (limitada) refere-se a concluir sua medida socioeducativa, ou seja, liberdade para eles é estar fora da instituição, residindo na sua própria casa. Quando questionados se a liberdade é um fator importante para eles, as respostas são as seguintes:

Com certeza é importante. Porque aqui, no lugar que você está preso, você vai ter regras pra cumprir, quando em casa não...até uma questão simples, a questão do cigarro...se quer fumar um cigarro tem que sair pra fumar, lá no PLIAT não podia nem fumar né cara, nem falar em cigarro porque não tem como né, não pode fumar, eu fiquei três meses lá. [...] Mas antes, eu fumava dentro de casa, eu saía ia fumar um “baseado”, voltava chapada, aqui não, “Deus o livre” chegar chapada (risos). Bah, é muita regra, muito...você não se sente à vontade, eu não me sinto à vontade. (J7).

Sim, sim. Porque a gente se sente livre, né? Tipo assim, não tem aquele peso “ai estou aqui ainda” entendeu, “queria estar lá fora”. Aqui a gente tem mais obrigação de estar, de andar, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo... lá fora não, mais livre e tal. (J3).

É importante. Estar aqui não é a mesma coisa que estar lá fora, aqui dentro muitas coisas a gente faz por obrigação... tipo, aqui eles mandam eu ir para o surf, mas eu não quero ir para o surf, mas eles dizem que vai prejudicar a minha saída daqui, se não participar das atividades não vou sair daqui tão cedo, e lá fora a gente não faz as coisas obrigada, aqui eu acho que eles pegam muito no pé, lá fora é bem diferente. Liberdade, meu Deus, quem não quer? (J8).

No caso dos jovens que estão cumprindo medida socioeducativa de semiliberdade, a privação de liberdade é uma grande penalidade, um castigo propriamente dito. Não é que também não o seja para os adultos internos nos presídios, mas, como vimos no primeiro capítulo, a juventude tem suas especificidades biopsicossociais, e esse período que

estão privados de liberdade - um, dois ou até mesmo três anos - se torna ainda maior e mais intenso do que para os adultos. Um ano para um adolescente é um período de muitas transformações, muitas experiências novas, muitas descobertas, e privar o jovem de vivê-las em sua casa, com seus amigos e familiares, sem dúvida é uma grande punição.

Apesar de cumprirem medida de semiliberdade saindo para atividades externas como escola, trabalho, cursos profissionalizantes ou até mesmo visita domiciliar quinzenal, ter sua liberdade restringida pela medida socioeducativa é, para os jovens, o mesmo que estar em uma prisão:

E: Na tua opinião, a liberdade é uma coisa importante?

No momento que a gente conquista ela começa a ser bem importante.

E: Por que ela é importante?

Ah, porque ninguém gosta de ficar preso né, então, nada como a liberdade, não tem preço, né? (J6).

Porque com a liberdade a gente se sente livre, se a gente fica trancada vai dando aquele desânimo e, em vez da gente pensar em fazer coisas boas, a gente só quer fazer coisa ruim. (J9).

A minha maior dificuldade tem sido... ficar longe da minha família, ser privada das coisas que eu gosto. Aqui até que não é tão difícil, só que a gente sente falta, né cara, não só das coisas boas, mas é da família mesmo, poder tá lá todos os dias, não só final de semana, essa é a barra mais difícil que eu tô enfrentando no momento. (J7).

Mas em determinadas situações, o excesso de liberdade é visto pelos jovens como algo perigoso, cujo cuidado é necessário. Alguns jovens comentam que, dependendo do caso, às vezes é mais seguro estar dentro da instituição do que “livre”:

Depende da liberdade que a pessoa quer. Tem gente que quer liberdade como aqui, mas sai e apronta, e tem gente que pega a liberdade, consegue e fica numa boa... sem aprontar, sem nada, numa boa. (J4).

Depende até aonde quer ir com a tua liberdade... porque nós determinamos a nossa própria liberdade....pra onde vamos....pra onde vemos...com quem falamos ou com quem deixamos de falar...mas, é importante sim por muitas coisas...e não é importante porque coisas que não queriam descobrir acabou descobrindo...como as doenças do corpo...eu nunca teria descoberto que existia.

E: Tu diz no sentido de ser livre demais?

Acaba fazendo coisa errada.

E: Acaba trazendo consequências?

Com certeza. (J1).

Esta é uma questão importante a ser tratada, a liberdade com responsabilidade. Para um indivíduo ser responsabilizado por seu ato, deve ter consciência de sua ação, assim como certa liberdade de escolha e decisão. Dessa forma, o sujeito que não possui compreensão de seus atos, que é ignorante no sentido de não conhecer determinadas regras e normas morais, ou que sofre qualquer tipo de coerção (não possuindo opção de escolhas), pode ser eximido da responsabilidade moral. Vazquez (2004, -.110) acrescenta, “Assim, portanto, tão-somente o conhecimento, de um lado, e a liberdade, de outro, permitem falar legitimamente de responsabilidade”. Por isso, antes de julgar determinado ato, é necessário observar as condições concretas, nas quais se realiza.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 segue os mesmos princípios prescritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em ambas, a liberdade aparece em diversos aspectos. A Constituição, em seu Título II, classifica Direitos e Garantias Fundamentais³⁰ em cinco espécies: direitos individuais, direitos coletivos, direitos sociais, direitos à nacionalidade e direitos políticos.

No capítulo I, dos direitos individuais e coletivos, art. 5º, a lei assegura que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no

³⁰ Segundo Lenza (2008, p. 589), existem diferenças entre direitos e garantias. Segundo o autor “Assim, os direitos são bens e vantagens prescritos na norma constitucional, enquanto as garantias são os instrumentos através dos quais se assegura o exercício dos aludidos direitos (preventivamente) ou prontamente os repara, caso violados”.

País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Mas, apesar da Constituição Federal de 1988 ser uma conquista histórica na garantia dos direitos, é importante reforçar que o Estado de direito e seu aparato jurídico-político baseia-se pela ótica burguesa e, por isso, não possui a finalidade de mudar o sistema vigente. As leis e decretos servem para amenizar as condições de injustiças sociais, de exploração da classe trabalhadora, mas nunca extingui-las, pois elas são o “combustível” do sistema capitalista. Nesse sentido, Barletta (2005, p. 40) comenta:

Trata-se de um enorme paradoxo comparar a Constituição brasileira, que tem como objetivos principais construir uma sociedade livre, justa e solidárias, com o deprimente palco de oprimidos pelas mazelas das grandes cidades e pela má distribuição de terras no campo. Nesse ambiente, não pode existir liberdade positiva e muito menos justiça social, pois os bens são tão mal distribuídos que o Brasil figura mundialmente como um dos países mais desiguais em qualidade de vida.

Marx, em seu livro “A questão judaica”, traz importantes contribuições a respeito do sentido de justiça social e emancipação humana. Neste livro, Marx vai além das questões entre judeus e cristãos, trata sobre temas como a liberdade, o Estado, o papel do homem na sociedade e a construção de uma emancipação humana que não tenha barreiras nas diversas religiões, mas que supere essas diferenças para a concepção de homem realmente livre. Para isso, é fundamental compreender a diferença da concepção de emancipação política e emancipação humana. Conforme Marx (2007), a primeira é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, e, do outro, a cidadão do Estado, a pessoa moral. A emancipação política não implica necessariamente em emancipação humana, por isso, de acordo com Marx, deve-se investigar a essência da emancipação política, isto é, o Estado desenvolvido, moderno, para identificar a possibilidade de uma emancipação no horizonte político liberal, portanto, próprio do mundo capitalista.

Dessa forma, a emancipação política, através dos direitos do homem, reconhece apenas o indivíduo burguês, individualista:

[...] os direitos humanos não emancipam o homem da religião, senão que lhe outorgam liberdade religiosa, que não o emancipam da propriedade, senão lhe conferem a liberdade de propriedade; que não o emancipam das redes de lucro, senão que lhe outorgam a liberdade industrial. (MARX, 2007, p. 79).

Já o conceito de emancipação humana, é muito mais abrangente. É quando o homem reconhece a sua própria força e a usa em prol do coletivo. Nas palavras de Marx (2007, p. 42):

Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais, somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas “*forces propres*”³¹ como forças sociais e quando, portanto já não se separa de si a força social sob a força política, somente então se processa a emancipação humana.

A emancipação humana supõe a erradicação da exploração, da dominação, da pobreza material e espiritual, das desigualdades sociais. Supõe também a superação do modelo de sociedade capitalista. A real liberdade está inserida neste conceito, ela é o pilar mais forte sobre o qual se ergue qualquer regime democrático.

Para os jovens entrevistados, o horizonte da liberdade não é ainda a emancipação política, ela restringe-se apenas ao direito de ir e vir. O jovem ainda não se vê como um sujeito político, o que ele quer é a possibilidade de andar na rua, de ter o espaço público para circulação:

Porque não precisa ficar pedindo... a gente vai aonde quer, à hora que quer, volta à hora que quer... Sem pedir autorização (J2).

É perfeitamente compreensível que esses jovens queiram liberdade para transitar, afinal estão privados dela pela medida socioeducativa que cumprem. Apesar dos significativos avanços e da regularização das medidas socioeducativas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e posteriormente pelo SINASE, o fato é que a natureza da medida socioeducativa continua sendo punitiva, principalmente com a privação da liberdade e do controle da instituição sobre os jovens.

³¹ Próprias forças

Com relação ao tema solidariedade, grande parte dos jovens entrevistados compreende como uma ação de bondade e de cuidado com o outro:

Uma pessoa solidária... aquela pessoa que ajuda sempre né? Sempre tem a pessoa que ajuda que é solidária.

E: E tu achas importante?

Sim, muito importante... mais importante é a solidária, você tá precisando sempre vem alguém ali, ou não, às vezes não tem, mas é bom quando alguém chega para te ajudar... tipo “alguém tá se importando comigo”, se importa comigo... se preocupando comigo, “eu não tô sozinho”. (J3).

A solidariedade como uma virtude³² humana, é um sentimento altruísta baseado no apoio a outros indivíduos, na adesão a uma causa coletiva, no compartilhamento do sofrimento alheio.

Sobre a categoria de solidariedade, Comte-Sponville (1999, p. 47) conceitua:

É um estado de fato antes de ser um dever; depois é um estado de alma (que sentimos ou não), antes de ser uma virtude ou um valor. O estado de fato é bem indicado pela etimologia: ser solidário é pertencer a um conjunto *in solido*, como se dizia em latim, isto é, “para o todo”. [...] Em suma, a solidariedade é antes de tudo o fato de uma coesão, de uma interdependência, de uma comunidade de interesses e ou de destino. Ser solidários, nesse sentido, é pertencer a um mesmo conjunto e partilhar, conseqüentemente – quer se queira, quer não, quer se saiba, quer não – uma mesma história.

³² “A virtude é uma maneira de ser, explicava Aristóteles, mas adquirida e duradoura, é o que somos (logo o que podemos fazer), porque assim nos tornamos. Mas como, sem os outros homens? A virtude ocorre, assim, no cruzamento da hominização (como fato biológico) e da humanização (como exigência cultural); é a nossa maneira de ser e de agir humanamente, isto é (já que a humanidade nesse sentido é um valor), nossa capacidade de agir bem”. (COMTE-SPONVILLE, 1999, p. 3).

E viver e conviver em sociedade exige do homem um sentimento de reciprocidade, de apoio mútuo, de compaixão³³. Pois, é através de sua condição humana que os homens se unem enquanto sujeitos coletivos. É a solidariedade que induz à alteridade e ao pluralismo, porque, apesar das diferenças individuais, os homens que convivem em uma comunidade (comum unidade) não conseguem sobreviver sozinhos, pelo contrário, necessitam um do outro para viver.

Assim, o sentido de pertencer a uma comunidade de iguais, ainda que na alteridade, fez com que percebêssemos que não somos sós e que nem podemos ficar sempre sós. [...] Nessa medida, é fundamental que cada ser e que cada agrupamento humano reconheça a necessidade peculiar do outro, para que a vida social possa harmonizar-se e, até mesmo, para que as pessoas se complementem (BARLETTA, 2005, p. 44).

Dessa forma, se não é possível viver sem conviver, torna-se imperiosa a solidariedade nas relações sociais.

Historicamente, a solidariedade foi incorporada a uma visão moral e religiosa, na sensibilização da sociedade para com a pobreza. Valoriza-se, o compromisso moral na ajuda aos pobres, que, apesar de serem vistos como responsáveis por sua situação de pobreza e miséria, merecem a piedade e a compaixão do restante da comunidade, feita principalmente através da filantropia. Esse valor foi reforçado e trazido como um princípio pela religião católica e seguido por diversas outras religiões, permanecendo com forte apelo social.

Ainda hoje, o conceito de solidariedade está fortemente relacionado com a caridade, a ajuda, com a filantropia, ela é vista como sinônimo de bondade. Para os jovens entrevistados, essa também é a interpretação majoritária:

Solidariedade é uma pessoa muito boa. (J4).

Aquela que ajuda sem pedir algo em troca ou então, tipo, ajudar as pessoas, ser mais solidário, companheiro... acho que é isso. (J6).

Solidária para mim é aquela pessoa disposta, que está sempre ajudando... sempre ta querendo pedir uma ajuda também, é claro... só que ta ajudando

³³ Compaixão, segundo Comte-Sponville (1999, p. 56), é a simpatia na dor ou na tristeza, em outras palavras, é participar do sentimento do outro.

quem precisa, como se fosse tipo... “ah, dá uma ajuda aí cara”. Uma pessoa solidária é também isso, está disposta a fazer o que o cara pede, sem cobrança, sem nada. Acho que isso é uma pessoa solidária.

E: Parte da pessoa, espontâneo. E tu achas isso importante?

Sim, com certeza... é o que melhoraria o mundo também. Melhoraria bastante... daí não teria gente passando fome...não teria gente nesses terminais pedindo dinheiro....não teria ninguém passando fome na rua....acho que isso ta faltando muito no mundo. (J1).

Não sei... que ajuda os outros assim.

E: E você acha que isso é importante, necessário?

Claro, né? É necessário, pô que nem ali uma velha ali, uma velhinha sabe, foi assaltada e eu não devia, mas eu ajudei ela pá, porque... pra arrombar a porta da casa dela porque o carinha tinha levado a chave cara e mais uns dois bagulhos ali, e aí ela não tinha como...ela recém tinha vindo do postinho de saúde toda furada, daí eu ajudei ela. Então é isso aí. Pô, no ônibus quando a pessoa mais velha ou gestante da vida assim, dou o lugar, claro. (J5).

A vinculação da solidariedade aos direitos é parte da construção política do século XX, em resposta à luta da classe trabalhadora. Todavia, sua efetivação não está imune às contradições da sociedade, por isso os direitos sociais permanecem mais no âmbito formal, pois sabemos que a população empobrecida não encontra no Estado o suprimento de suas necessidades básicas; o que deveria ser uma garantia para toda população se torna um serviço pontual, com alto grau de segmentação, disputado de forma desigual pelas classes sociais e no interior da classe trabalhadora, conforme ressalta Pereira (2004, p. 146):

Para os neoliberais, o bem-estar está associado ao mérito individual (e não aos direitos de cidadania social), à produtividade capitalista livre de controles (e não à redistribuição de bens e serviços coletivos) e à igualdade de oportunidades – *life chances*, na expressão liberal de Dahrendorf

(apud Romero, 1998) – e não à igualdade de resultados.

O conceito de solidariedade foi ressignificado dentro do projeto neoliberal, através de um discurso humanitário de filantropia, trazendo para a sociedade civil a responsabilidade pela execução dos serviços de atendimento à população, através de ações voluntárias, enfraquecendo o compromisso político do direito e da cidadania.

Seus fundamentos na solidariedade social e em componentes éticos e humanitários presentes na sociedade, capazes de mobilizar adesões e apoios generalizados, reforçaram o deslocamento de ações no âmbito da proteção social para a esfera privada, colocando em questão direitos constitucionalmente afiançados. (YASBEK, 2004, p. 105).

A solidariedade recebe uma conotação de dever moral, com responsabilização individual e social, mas também com desresponsabilização estatal. Independente da construção ideológica conservadora, nas comunidades mais empobrecidas é comum observar práticas de solidariedade entre os parentes e a vizinhança. Sarti (1996), através de um estudo realizado nas comunidades de periferia de São Paulo na década de 1990, mostrou que o papel da vizinhança nessas comunidades possuía um vínculo extremamente importante de solidariedade e união:

Os amigos tornam-se compadres e é nessa tradução da relação de amizade em termos de família, através do compadrio, que os laços entre amigos se consolidam. Em qualquer caso, o que importa é que as relações são traduzidas em termo de família, ou seja, em termos de obrigações morais. Ao responderem aos vínculos fundamentais de obrigações morais que caracterizam a sociabilidade dos pobres, na família e fora dela, os vizinhos tornam-se amigos. A amizade é então um vínculo moral do mesmo tipo que os da família, fazendo com que na cidade possa se tornar mais importante do que os elos de sangue (SARTI, 1996, p. 92).

Para os jovens entrevistados, a solidariedade aparece como um valor extremamente importante, sendo possível reconhecê-la nas suas

ações cotidianas. Nessa relação dos *manos*, *parceiros*, *irmãos*, existe um sentimento mútuo de confiança e respeito igual ou às vezes ainda maior que os laços de parentesco. Podemos citar, nesse caso, a postura do grupo de rap Racionais MC's, que além de escrever muito sobre esse tema nas letras de músicas³⁴, também tem uma postura de igualdade e até mesmo de irmandade com o seu público.

O discurso potente e inovador do Mano Brown e seus companheiros, o fato de se colocarem em relação aos fãs na posição de irmãos, *manos*, e não de ídolos distantes e superiores, a recusa – no caso específico dos Racionais – de reduzir seu trabalho e seu apelo à fascinação da imagem espetacular, fazem desse e de outros grupos de *rap* referências importantes para a identificação de milhares de adolescentes das periferias das grandes cidades brasileiras (KEHL, 2004, p. 114).

Dois jovens entrevistadas trazem experiências vivenciadas por elas para explicar o que é ser uma pessoa solidária. Em ambos os casos, mesmo as jovens não possuindo uma boa condição financeira, apoiam outras pessoas que estão em uma situação mais emergencial. Percebe-se que a solidariedade está relacionada ao caráter, a uma atitude moralmente positiva.

Nossa, não sei a palavra, mas a solidariedade é muito importante também, tipo assim, a minha mãe é uma pessoa bastante solidária sabe, que nem a “J6”, já aprontou em casa, mas a minha mãe vai estar sempre de portas abertas para ela, tipo, uma pessoa que “pisou” com ela... mas precisou de um prato de comida, ela vai chamar pra dentro de casa pra comer, se for preciso ela dá pouso, ela pega roupa dos meus irmãos, tipo, dos piás, ela deu roupa dos meus irmãos pro namorado da J6 para ele tomar banho, ela falou “ó, tomem um banho ali”... eles pousaram lá, comeram, e no outro dia... cadê o celular da minha mãe? E hoje a minha mãe queria que ela fosse lá com a gente, pediu para os educadores sabe, tipo “Ah não, queria que a J6 viesse”. (J7).

³⁴ Como é o caso do verso que está no cd *Sobrevivendo no Inferno*: “Eu sou apenas um rapaz latino-americano/apoiado por mais de 50 mil manos”, citado por KEHL (2004, p. 114).

É ajudar os outros quando... tipo, nós, quando eu morava na XXX... com meu ex-namorado, tinha um casa,l que ele era usuário de droga e a menina tinha duas crianças pequenas... eles moravam na rua... daí eles usavam droga, tudo, e daí levamos eles para nossa casa, para morar com a gente, por causa das crianças... com pena das crianças. Só por causa das crianças mesmo, porque os dois eram usuários de droga...e daí, depois de um tempo, eles começaram a usar droga na frente das crianças... e daí ficamos só com a mãe deles, das crianças, e daí mandamos ele embora. A gente sempre pensa em ajudar os outros assim... a gente faz as “coisas erradas” mas também faz coisas certas. (J2).

Esses jovens, que em sua grande maioria vivem nas comunidades de periferias, contam com as ações solidárias e a ajuda mútua para suprir inúmeras dificuldades enfrentadas na sua cotidianidade, sendo os amigos, vizinhos e familiares que formam uma rede de apoio, baseado em valores como a confiança, a reciprocidade e a união.

3.3 OS IDEAIS DE IGUALDADE E JUSTIÇA

Da mesma forma que a seção 3.2, este item também trata de questões universais como os valores de igualdade e justiça, desde uma breve contextualização histórica sobre a interpretação desses valores por essa nova geração.

O conceito de igualdade, como ícone da modernidade estava afeto à igualdade do homem perante a lei, com o objetivo de construir o sistema liberal que se fortalecia naquele momento, desconsiderando, dessa forma, outros tipos de desigualdades presentes na história, conforme acrescenta Andrade (1993, p. 96):

O discurso liberal da cidadania possui, portanto, desde sua gênese, uma ambigüidade endêmica: condensando um conteúdo libertário e igualitário no contexto histórico europeu de reação contra o absolutismo monárquico e a ordem feudal – onde se contém sua pretensão e dominação social e política no bojo do novo modo de produção (capitalista) e do novo tipo de Estado então instaurados.

Por esse motivo, é possível dizer que a igualdade, assim como a liberdade, possui caráter universal, mas que nas ações humanas cotidianas, encontram-se extremamente reduzidas e limitadas.

Para a ideologia liberal, o êxito e as conquistas econômicas dependem do esforço individual, ou seja, todos têm as mesmas oportunidades e chances, mas uns aproveitam e outros não. Ou, nas palavras de Barroco (2008, p. 165):

A compreensão de que os indivíduos têm autonomia para agir de acordo com sua vontade e interesses, vincula-se à idéia de que todos têm oportunidades iguais para ascender socialmente e competir no mercado para se tornar proprietários. Para que essa liberdade seja resguardada, é preciso haver uma sociedade política que – com suas leis – assegure a igualdade de direitos, ou seja, dê oportunidades para cada um decidir com autonomia.

A desigualdade social é justificada pelo esforço e capacidade de cada um, culpando, dessa forma, os mais empobrecidos; pois como possuem as “mesmas” oportunidade e a prosperidade é sinônimo de mérito pessoal, o pobre é visto por essa lente como “coitado”, “preguiçoso” ou até mesmo “vagabundo”, que não deseja mudar sua situação financeira. Conforme a autora, “[...] a ideologia liberal explica as desigualdades de forma a responsabilizar pessoalmente os indivíduos por suas condições sociais, donde sua reprodução como preconceito e moralismo.” (BARROCO, 2008, p. 169).

Para a concepção liberal, “todos são iguais perante a lei”, que deve ser a mesma para todos. Mas se na realidade os indivíduos são economicamente desiguais, uma única lei para todos se torna injusta, pois perpetua a desigualdade já existente. Conforme complementa Bobbio et. al. (2004, p. 602), “[...] uma desigualdade de tratamento justificável ou equitativa seria “verdadeiramente” igualitária.”

Para serem realmente iguais, é necessário que a riqueza também seja dividida igualmente entre todos. Ou, na expressão de Barletta (2005), “que lhes seja garantida igualdade substantiva em situações de desigualdade material”.

A desigualdade não está somente nas relações interpessoais, mas na própria estrutura, no processo de produção e reprodução da sociedade. Por esse motivo, os Direitos Humanos, em muitos momentos, se torna uma concepção abstrata dos ideais universais, não conseguindo se efetivar na prática.

A igualdade de direitos não é suficiente para tornar acessível para quem é economicamente explorado e socialmente dominado, nem as oportunidades da sociedade capitalista, nem a conscientização necessária à sua superação.

Essa noção da igualdade enquanto justiça social, também aparece em um dos relatos dos jovens internos em medida socioeducativa de semiliberdade:

Ter coisas iguais para todo mundo. Já que vivemos em um mundo que dizem que é de igualdade mas não é, é só no papel, tem que ser igual para todo mundo... ah, vamos supor o salário, recebe tanto mas trabalha de um jeito... daí o doutor recebe tanto mas trabalha de outro jeito, tinha que se ganhar tudo igual....uma coisa mais socialista.

E: Você acha que a igualdade é algo necessário?

Sim

E: Por quê?

Porque sempre daí os caras que tem mais poder sempre vão ter a mais né, e os que não têm, sempre vão ser os culpados. Tipo assim, as pessoas que têm dinheiro vão ter tudo, quase tudo... e as pessoas que não têm, conseguem um pouquinho. (J3).

Mas as desigualdades também aparecem nas relações pessoais, sob a mesma ótica capitalista do individualismo, do alheamento³⁵ e estranhamento do outro, da intolerância em relação às diferenças. O respeito ao outro enquanto diferente acaba não tendo o devido valor moral.

[...] observam-se as dificuldades socioculturais de aceitar as diferenças e os diferentes, assim como a tendência da sociedade de massa de estereotipar,

³⁵ Segundo Costa (2000, p. 81), o alheamento consiste “[...] numa atitude de distanciamento, em que a hostilidade ou o vivido persecutório são substituídos pela desqualificação do sujeito como ser moral. Desqualificar moralmente o outro significa não vê-lo como um agente autônomo e criador potencial de normas éticas ou como um parceiro na obediência a leis partilhadas e consentidas ou, por fim, como alguém que deve ser respeitado em sua integridade física e moral”.

rotular e dividir maniqueistamente o mundo entre bons e maus. Dessa forma, entre a letra da Declaração dos Direitos Humanos que reconhece a igualdade ontológica de todos e a realidade vivida e reproduzida nos mais variados aspectos da dinâmica social, há uma abissal distância a ser percorrida na conquista da cidadania (MINAYO et. al., 1999, p. 203).

As relações humanas têm se tornado cada vez mais uma relação entre estranhos, onde primeiramente se desconfia, sente-se medo, afasta-se. Percebe-se uma falta cada vez maior de um olhar altruísta, de ver o outro como outro e não como um estranho. Em uma reflexão feita por Mário Sergio Cortella (2006) em seu livro chamado *Os labirintos da moral*, o autor comenta que “Atualmente está disseminada a noção de que é preciso ter políticas de tolerância, quando, no meu entender, deveria se trabalhar com políticas de acolhimento, em que o ‘outro’ tem o mesmo status que ‘eu’” (CORTELLA; YVES, 2006, p. 29).

A intolerância e o preconceito³⁶ são categorias trazidas também pelos jovens entrevistados para explicar o que significa desigualdade na concepção deles:

Igualdade eu acho que é não diferenciar ninguém, tipo, pelo jeito de ser da pessoa ou então “aquela é mais pobre e eu sou mais rica então eu posso mais do que ela”, sabe. Igualdade aqui dentro é o que mais tem, tipo, “ah não come tanto porque tu não sabe se tem outras pessoas ainda para comer”.

E: Você quer dizer dividir de forma igual?

Aham.

E: E você acha que isso é necessário, é importante?

³⁶ “[...] os objetos e conteúdos de nossos preconceitos podem ser de natureza plenamente universal; podem referir-se à totalidade de nossa natureza ou de nossa classe, a proposições morais ou religiosas, etc. Em troca, as motivações e as necessidades que alimentam nossa fé e, com ela, nosso preconceito satisfazem sempre nossa própria particularidade individual. Na maioria dos casos, fazem-no de modo direto, sem mediação: crer em preconceitos é cômodo porque nos protege dos conflitos, porque confirma nossas ações anteriores. Mas, muitas vezes, o mecanismo é também indireto: nossa vida, que não pôde alcançar seu objetivo em sua verdadeira atividade humano-genérica, consegue então um “sentido” pleno no preconceito.” (HELLER, 1985, p. 48).

Eu acho que a pessoa não tem que ser muito egoísta sabe, não só consigo mesmo, mas com outras pessoas.

E: Para ti, quais são as piores formas de desigualdade?

Ah, tipo o preconceito, né, racial ou então homossexualismo, assim tipo a homofobia de algumas pessoas ou então “ah, aquela ali é feia, não vou falar com ela” ou tipo “aquele ali é veado então não quero nem chegar perto dele”, acho que isso. (J6).

Igualdade... ó, pra mim, acho que o contrário de igualdade é preconceito. Deixa eu ver, igualdade seria um mundo sem preconceito. Outro dia eu me admirei... a gente tava assistindo um filme, daí o homem no filme era gay, daí ouvi “não, porque Deus o livre, se fosse o meu pai não sei o que faria com ele”, e eu falei, “Meu Deus, que é isso cara? Que preconceito é esse?”, e ele “Não, porque eu não gosto, e sou assim”, e eu falei “Ó, a vida é do cara, o gay é ele ou é você? Você tá se ofendendo mais que o cara, véio”. E também tem a questão... olha, eu não sei, mas eu chego a pensar que os negros às vezes são mais preconceituosos que os brancos, ah, aquela coisa de pensar que todo branco é racista, tipo assim “é só porque sou preto né?”, ele mesmo já vai falando, “é só porque sou preto”.

E: Você acha que a igualdade é algo necessário?

Acho que sim. Até para “um mundo melhor”, (risos). Mas é verdade, né, cara, não tô querendo “ah, usar palavras bonitas”, mas pro mundo melhorar a gente tem que exercitar essas coisas de igualdade, respeito. (J7).

Observa-se através dos relatos, que temas que até alguns anos atrás eram vistos como tabus, hoje são discutidos e polemizados pela juventude. A relação da juventude com a diferença é algo extremamente contraditório; enquanto alguns mostram uma grande naturalidade ao respeito e à convivência com o diferente, outros usam dessa diferença para humilhar e estereotipar, ato que vem sendo denominado como “bullyng”, palavra que está na moda.

Apesar do tema da igualdade e, conseqüentemente, da desigualdade terem uma infinidade de questões que aqui não foram levantadas, conclui-se como uma frase de Boaventura de Souza Santos (2003, p. 458), “temos direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”.

Indagamos nesse âmbito também sobre a justiça, referência sob a qual recai a dramática condição dos sujeitos da pesquisa.

A justiça é uma virtude, um princípio ético. Ela está baseada em normas, tanto jurídica, em conformidade ao direito; quanto moral, enquanto igualdade ou proporção, quando comparado a algo do ponto de vista normativo.

Alguns autores, como Comte-Sponville e Bobbio et. al., explicam que a justiça está em conformidade com a lei, ou seja, um indivíduo justo é aquele que obedece à lei, e injusto o que a viola. Ou, nas palavras de Bobbio et. al. (2004, p. 662), “As ações legítimas são ações justas no sentido de que elas se adequam a um certo sistema preexistente de lei positiva”. Mas esse conceito de justiça também é válido para as relações entre os indivíduos, pois o justo, além de não violar a lei, também não viola o interesse legítimo de outros, como explica Comte-Sponville (1999), o justo não viola nem o direito (em geral) nem os direitos (dos particulares). Ele também respeita o sentido de igualdade, conforme ressalta o autor: “A justiça situa-se inteira nesse duplo respeito à *legalidade*, na Cidade, e à *igualdade* entre indivíduos”. (COMTE-SPONVILLE, 1999, p. 33).

A justiça equivale à equidade, ou seja, a igualdade de direitos. Mas os direitos são sempre parte de uma construção histórica, temporal, baseados em uma cultura específica, uma visão de mundo específica. Sobre esta questão, Bobbio (1992, p. 5) acrescenta:

[...] os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas.

Por ser reconhecido através de um processo histórico, o direito, representado pelas leis, é relativizado através do tempo, pois os valores

e princípios³⁷ que regem determinado direito são passíveis de mudança. Para Barroso (2009), os valores que norteiam a justiça são relativos, pois se esvaem no tempo, formando uma justiça “relativa”, subordinada aos interesses do poder. Os princípios que permitem arbitrar se uma atitude é legal ou ilegal, legítima ou ilegítima, são baseados em interpretações humanas, que buscam reforçar suas concepções, na garantia dos interesses de um determinado grupo ou classe social. Reforçando essa concepção, Costa (2001) critica a influência ideológica que as elites brasileiras possuem na formação de mentalidades. Segundo ele, “As elites brasileiras monopolizam a maior parte das riquezas materiais do país e os instrumentos que consagram normas de comportamentos e aspirações como recomendáveis e desejáveis” (COSTA, 2001, p. 80).

Dessa forma pode-se dizer que a justiça é relativa pelo fato de não atender aos interesses de todos, já que a lei é escrita por homens que possuem interesses privados de um determinado grupo. Comte-Sponville (1999), em seu livro “Pequeno tratado das grandes virtudes”, traz uma crítica interessante sobre esse tema:

Positivismo jurídico, diz-se hoje, tão insuperável com relação ao direito quanto insuficiente com relação ao valor. A justiça? O soberano decide, e é o que se chama *lei* propriamente. Mas o soberano – mesmo que seja o povo – nem sempre é justo. Pascal mais uma vez “A igualdade dos bens é justa, mas...” Mas o soberano decidiu de outro modo: a lei protege a propriedade privada, tanto em nossas democracias como na época de Pascal, e garante assim a desigualdade das riquezas. Quando a igualdade e a legalidade se opõem, onde está a justiça? (COMTE-SPONVILLE, 1999, p. 34).

Nas entrevistas, quando se perguntou o que era a justiça, se ela existia; a grande maioria dos jovens tendeu a relacionar a justiça

³⁷ Barroso (2009) explica que existem diferenças entre princípios e regras. Os princípios somente estabelecem fins normativos de alta importância, eles estabelecem normas de comportamento, mas não ligadas estritamente a uma situação específica. Já as regras, segundo o autor, nada mais são do que princípios revestidos de roupagem com menor abstração. “O que ocorre de semelhante entre um princípio e uma regra é que ambos fazem a subsunção frente à premissa menor (fatos), vendo qual princípio, ou qual regra, deverá ser aplicado no caso concreto, ou até podendo aplicar-se concomitantemente regras e princípios”. (BARROSO, 2009, p. 22).

justamente com a falta dela, com a impunidade, com a demora nos julgamentos. Como é o caso de uma adolescente que, após denunciar seu padrasto à polícia por abuso sexual, foi encaminhada para uma Casa de Acolhimento, enquanto o padrasto continua morando com sua mãe e familiares, não sendo responsabilizado ou punido pelos seus atos até hoje.

Justiça... justiça para mim é uma coisa que ainda não aconteceu. Naquele assunto todo do meu padrasto é um que não aconteceu. Passei a minha vida toda com essas coisas e nenhum deles foi pego. Para mim a justiça é lenta.

E: É lenta? Mas você acha que ela existe?

Pode até existir, mas tá demorando muito. No meu caso, tá demorando e muito! (J4).

Percebe-se uma profunda tristeza e decepção no relato dessa jovem, uma vez que na expectativa de que seu padrasto fosse punido pelo crime que cometeu com ela diversas vezes, a única pessoa realmente punida foi ela mesma, tendo sido retirada de sua casa e do contato com seus familiares, enquanto o responsável por crimes graves como estupro e pedofilia nada sofreu. Nesse caso, pergunta-se, que justiça é essa que pune a vítima e não o agressor?

Infelizmente esse é apenas um dos diversos casos de impunidade comentado entre os jovens. Num universo de somente 9 adolescentes entrevistados, essa realidade infelizmente aparece na maioria dos relatos, mostrando que a impunidade, a desigualdade e a injustiça são experiências concretas e constantes na vida desses jovens.

Para mim, não sei se alguém já te falou... mas para mim não é o que todo mundo pensa de coisas boas não. Eu tenho raiva do meu padrasto até hoje porque ele batia na minha mãe e até hoje eu guardo raiva dele, e para mim justiça é pegar ir lá e fazer com as próprias mãos, pegar e matar ele. Eu penso por esse lado, mas também penso pelo lado bom, se eu “fazer” isso, em vez de eu fazer a diferença, não fazer o que ele fez, quem vai se prejudicar vai ser eu (J9).

Ah, a justiça é só o nome, porque na verdade não existe. Existe para as pessoas ricas que pagam, e deixam o cara na boa, mas para as pessoas tipo que não tem que estar no local onde deveria tar...

tá sofrendo as consequências e poderia tar fazendo a mesma coisa. (J1).

Os relatos mostram a descrença na justiça, de que ela não é igual e tampouco para todos. Existe um grande pessimismo em relação à justiça, os jovens baseiam-se não somente em casos pessoais para explicarem essa descrença na lei, mas também em situações cotidianas ocorridas com outras pessoas:

A única justiça que eu acredito é a de Deus, sabe? Que ele tarda, mas não falha, tipo, não que aqui a justiça dos homens não aconteça, mas tem muitos que estão presos e estão pagando por uma coisa que não fizeram....nem sequer estão tendo audiência, julgamento, ou seja, vão ficar anos na cadeia até esperar que alguém faça alguma coisa. (J6).

Eu acho que às vezes, raramente a justiça existe. Tipo aquela mulher que estuprou a filha, que apareceu na TV. Apareceu na TV, que a mãe e o padrasto, eles estupravam a filha da mulher, desde os 12 anos, ela gravava ele fazendo... transando com a menina... gravava tudo... ela também transando com a menina. Apareceu na TV a menina chorando, dando entrevista. E ela pegou 20 anos de cadeia só. E paga só um terço, né? Eles deviam pegar... meu Deus... perpétua... fazer isso com uma criança! (J2).

Além da impunidade, a injustiça aparece de outras formas na cotidianidade desses jovens, através das grandes desigualdades sociais comentadas anteriormente. A injustiça é percebida em várias dimensões, entre elas a falta de oportunidades de trabalho e também as diversas formas de preconceito e discriminação, quer seja pela sua situação econômica limitada, quer seja pelo estereótipo de “infrator”.

Na entrevista realizada, os jovens comentam como seria viver em um mundo justo. A questão da segurança é bastante citada por eles:

Ah, o mundo perfeito seria sem droga, sem briga, sem violência... sem tudo que tem de errado aqui, sem a “matação”... tudo que é mal. (J2)

Acho que teria bastante coisa boa, as pessoas iam pro trabalho tranquilas, sem ficar naquela paranoia, “hoje eu vou receber, bah, eu posso ser

assaltado”, ou “podem me matar”, acho que isso ia ser a maior melhoria. (J7).

Outros temas trazidos quando se referem a um ideal de justiça, é o fim do preconceito, a igualdade de oportunidades e também de renda.

Eu acho que seria bem melhor, né? Daí as pessoas não iam ter aquela coisa de preconceito, né, tipo, não ia ter separação de cores, esse lance social... não ia ter separação entre ricos e pobres, essas coisas... ricos ficam soltos e pobres ficam presos porque não têm dinheiro então... seria melhor. (J6)

Das pessoas comuns... bons para todos, médico igual, segurança igual, não ter casas luxuosas e casas todas quebradas de lona, de papelão; tudo igual, não uma coisa tão rica nem tão pobre. Mas com certeza os burgueses não vão querer isso. Só em sonhos (risos). (J3)

Eu acho que seria todos no mesmo nível, né, todos compartilhando a mesma coisa, no mesmo local, sem um repudiar o outro...lugar de paz, um ajuda o outro, né, e não teria esse tipo de conseqüências que há no nosso mundo hoje em dia...que tem morte, que tem destruição, maremotos no mar, destruição do ser humano, acho que isso é bem errado nesse mundo, né. (J1).

E: Se você vivesse nesse mundo de igualdade, justiça, como é que seria a vida das pessoas?

Nossa, pergunta difícil. Ia ser bom para mim e para quem trabalha. Porque é difícil né....porque a gente trabalha e tem um lá que não trabalha, não quer saber e quer ganhar dinheiro fácil. Daí tudo que a gente trabalhou a gente perde se não tomar cuidado, né. (J4).

Para a juventude entrevistada, o mundo ideal está relacionado com a justiça social, pela distribuição igualitária de renda, ou seja, pelo fim de um sistema de classes desiguais. Bem como também a valorização da diversidade, do reconhecimento das identidades e das diferenças.

4 VALORES COTIDIANOS E TRANSFORMAÇÃO: O HORIZONTE DOS JOVENS

Nesta seção serão discutidas questões da vida cotidiana, quais os valores trazidos pela juventude, como interpretam os fatos ocorridos no seu dia a dia.

No item 4.1 será realizada uma breve introdução teórica sobre o cotidiano, e como ele é percebido na dinâmica da vida social; já no item 4.2 será apresentada, através das entrevistas realizadas, a opinião dos jovens em relação às instituições formadoras: família, escola e trabalho; quais seus valores, expectativas e planos futuros. Da mesma forma, no item 4.3 as entrevistas mostrarão o que pensam os jovens a respeito de temas como a cultura e a política enquanto espaços de transformação social, e como compreendem sua participação enquanto sujeitos políticos.

4.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA DE VALORES DA JUVENTUDE NA COTIDIANIDADE

A proposta desta seção é conhecer o cotidiano desses jovens, o que pensam em relação às questões vivenciadas no seu dia a dia. Toma-se como base para a compreensão sobre o cotidiano o estudo realizado pelas autoras Maria Lúcia Silva Barroco e Agnes Heller. Sobre a vida cotidiana, esta autora afirma:

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias (HELLER, 1985, p. 17).

O homem é um ser social e já nasce inserido em sua cotidianidade; assim, nos primeiros anos de vida aprende a falar, andar, comportar-se através do que observa em relação às pessoas ao seu redor, assimilando de forma natural a rotina, hábitos e costumes dos grupos nos quais convive, como a família, a escola, entre outros. O homem aprende, no próprio grupo, os elementos da cotidianidade; é na vida cotidiana que o indivíduo se socializa.

De acordo com Heller (1985), a vida cotidiana é a vida do indivíduo, pois as necessidades humanas tornam-se conscientes para o indivíduo sempre sob a forma da necessidade do Eu.

O “Eu” tem fome, sente dores (físicas e psíquicas); no “Eu” nascem os afetos e paixões. A dinâmica básica da particularidade individual humana é a satisfação dessas necessidades do “Eu”. Sob esse aspecto, não há diferença no fato de que um determinado “Eu” identifique-se em si ou conscientemente com a representação dada do genericamente humano, além de serem também indiferentes os conteúdos das necessidades do “Eu” (HELLER, 1985, p. 20).

Também, enquanto indivíduo, o homem é um ser genérico, pois suas relações sociais e ações possuem sempre esse caráter. Sobre essa relação do humano-genérico, Heller (1985) cita o trabalho como um exemplo, pois, por mais que possua motivos particulares, o trabalho efetivo é sempre atividade do gênero humano.

O humano-genérico é representado pela comunidade à qual o indivíduo pertence. Para a autora, “todo homem sempre teve uma relação consciente com essa comunidade; nela se formou sua “consciência de nós”, além de configurar-se também sua própria “consciência do Eu”” (HELLER, 1985, p. 21). Pode-se dizer, então, que a consciência do “Eu” se manifesta nas relações sociais, através do convívio comunitário, ou seja, através do “nós”. Essa relação entre o indivíduo e a sociedade se dá de forma espontânea. Barroco (2005, p. 40) traz grandes contribuições a esse respeito:

Apesar das características que fazem da vida cotidiana o espaço de reprodução da vida voltada prioritariamente à singularidade, ao “eu”, a cotidianidade é um elemento ontológico do ser social, ou seja, insuprimível, desempenhando uma função necessária à vida em sociedade, pois é nessa dimensão da vida social que o indivíduo assimila as formas mais elementares de responder às necessidades de autoconservação: aprende a manipular os objetos de acordo com os costumes de sua época e com suas necessidades práticas imediatas: assimila as formas de comunicação e os costumes, ou seja, inicia seu processo de socialização.

È importante esclarecer que o indivíduo enquanto humano-genérico não anula a sua unidade individual-particular. Ele é um ser singular, que concentra em si ambos os elementos. Nenhum indivíduo consegue identificar-se somente com sua atividade humano-genérica e desligar-se completamente da cotidianidade. Mas o contrário também não ocorre, pois não é possível para o homem apenas viver na cotidianidade e não estar, de alguma forma, envolvido nas relações humano-genéricas.

As ações cotidianas costumam ser realizadas de formas automáticas, existindo um vínculo imediato entre pensamento e ação. Pode-se dizer então que uma das características da ação cotidiana é justamente a espontaneidade. Segundo Agnes Heller (1985, p. 30), a espontaneidade “[...] é a tendência de toda e qualquer forma de atividade cotidiana. A espontaneidade caracteriza tanto as motivações particulares (e as formas particulares de atividade) quanto as atividades humano-genéricas que nela tem lugar”.

A vida cotidiana é, por si só, espontânea, heterogênea³⁸ e pragmática³⁹, não propiciando uma reflexão crítica de suas ações, ou seja, movem-se em função do critério de praticidade e não da compreensão do seu significado; por esse motivo, a atividade teórica não faz parte da vida cotidiana:

Na medida em que, na vida cotidiana, o indivíduo expressa motivações heterogêneas, efêmeras, carregadas de espontaneísmo e repetição acrítica, não faz parte do cotidiano a profundidade, a amplitude e a intensidade necessárias as atividades em que o homem entra em contato com suas capacidades essenciais, ou seja, com sua capacidade de criar, transformar, escolher, valorizar de forma consciente. Por isso, a atividade cotidiana não é uma práxis (BARROCO, 2005, p. 40).

³⁸ “A vida cotidiana é, em grande parte heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade” (HELLER, 2005, p. 18).

³⁹ “A unidade imediata de pensamento e ação implica na inexistência de diferença entre “correto” e “verdadeiro” na cotidianidade; o “correto” é também “verdadeiro”. Por conseguinte, a atitude da vida cotidiana é absolutamente pragmática” (HELLER, 1985, p. 32).

Devido ao ritmo espontâneo e acelerado com que as ações cotidianas são realizadas, estão certamente muito mais propensas ao âmbito da alienação⁴⁰. Essa alienação se dá quando o indivíduo na sua cotidianidade fragmenta-se cada vez mais no cumprimento dos papéis sociais que assume, conformando-se e adaptando-se à sua realidade. Mas isso não significa que a vida cotidiana seja, em todos os momentos, uma forma de alienação. Conforme nos mostra Heller (1985, p. 39), a vida cotidiana não é alienada, necessariamente, em consequência de sua estrutura, mas apenas em determinadas circunstâncias sociais.

Apesar da forte tendência à alienação na vida cotidiana, o homem atua através de escolhas que lhe são próprias e nem todos os indivíduos se identificam ou adequam-se às formas alienadas de comportamento social. De acordo com Barroco (2005), uma forma de sair da alienação é através da práxis⁴¹, mas para isso o indivíduo necessita sair do cotidiano e se elevar em uma relação humano-genérica consciente.

Dessa forma, a elevação ao humano-genérico não implica a supressão da vida cotidiana e sim, a ampliação das possibilidades de objetivação do humano-genérico, ou seja, a criação de condições favorecedoras da elevação acima da cotidianidade, para o conjunto dos indivíduos sociais, supõe a supressão da alienação, não da vida cotidiana (BARROCO, 2005, p. 41).

É através da práxis e da superação do âmbito particular para o humano-genérico que ocorrem as mudanças e transformações em todos os níveis. A primeira etapa é a sensação de incômodo, do não contentamento com o que está posto pela lógica dominante. A aproximação com o gênero humano desenvolve no indivíduo outras potencialidades, dentre as quais cita Barroco (2005, p. 42): criatividade, escolha consciente, deliberação em face de conflitos entre motivações singulares e humano-genéricas, vinculação consciente com projetos que remetem ao humano-genérico, superação de preconceitos, participação cívica e política. Conforme a autora, todas elas estão vinculadas com valores; a maior parte exemplifica a capacidade ética do ser social.

⁴⁰ “Deve-se afirmar, antes de mais nada, que alienação é sempre alienação em face de alguma coisa e, mais precisamente, em face das possibilidades concretas de desenvolvimento genérico da humanidade” (HELLER, 2005, p. 37).

⁴¹ Segundo Vazquez (2004), ‘práxis’ é toda ação do homem sobre a matéria e criação – através dela – de nova realidade humanizada. É a ação de forma consciente, a relação entre teoria e prática.

Conhecer os valores cotidianos da juventude é identificar também seu contexto social; a história, os hábitos e os costumes desse perfil específico, pois os valores possuem um significado e sentido próprios, conforme nos mostra Vazquez (2004, p. 146):

É o homem – como ser histórico-social e com sua atividade prática – que cria os valores e os bens nos quais se encarnam, independentemente dos quais só existem como projetos ou objetos ideais. Os valores são, pois, criações humanas, e só existem e se realizam no homem e pelo homem.

Esse é um período da vida onde todas as experiências são muito significativas e intensas. A juventude é uma etapa de grandes transformações no cotidiano do jovem, tanto em sua forma biológica como emocional e social. O tempo tem outro sentido para ele, pois tudo ocorre de maneira imediata; o gosto, as escolhas, os ideais estão em constante mudança, tudo é muito instável.

Com relação aos valores cotidianos dos jovens, essa pesquisa baseou-se nos espaços de convívio social dos mesmos, em particular a família, a escola, o ambiente de trabalho e a instituição em que cumprem medida socioeducativa.

É dentro desta cotidianidade que nos interessa saber como pensam esses jovens em relações às suas ações diárias, como enxergam o seu mundo, o que aprovam ou desaprovam e, o mais importante, como se veem enquanto sujeitos, quais as compreensões em relação ao seu poder de transformação, enquanto pertencentes à parcela juvenil da população brasileira.

4.2 AS RELAÇÕES COTIDIANAS: FAMÍLIA, ESCOLA E TRABALHO

Neste item, a finalidade é conhecer com mais propriedade as instituições que estão diretamente relacionadas com o cotidiano desses jovens e qual a importância delas na formação do sistema de valores dos jovens entrevistados.

A categoria “Família” é extremamente ampla e complexa, sendo um espaço de relações sociais que atua em dois âmbitos, no privado (e suas relações entre seus membros) e no público (e sua relação com a sociedade), A família permeia então esses dois espaços, como nos mostra Bilac(1995, p. 43): “Ou seja, ao mesmo tempo em que busca estabelecer quais as relações entre seus membros, em termos de divisão

de papéis, poder e autoridade, busca-se também precisar que relações são estabelecidas com as outras dimensões da vida social”.

O conceito de família não é unânime, persistindo algumas divergências dessa compreensão. Sendo assim, neste trabalho optou-se por entender a família como:

Um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido (MIOTO, 1997, p. 120).

Como instituição social, a família passou, historicamente, por diversas mudanças, nas quais se modificam a composição e a relação dos papéis de seus membros. Por isso, é necessário compreender a família nos seus diversos arranjos, onde não existe uma fórmula ou um padrão a ser seguido, sendo que cada família tem sua dinâmica interna e se relaciona de forma diferente, conforme Sarti (2004, p. 117):

Concebida como uma realidade que se constitui, portanto, pela linguagem, socialmente elaborada e internalizada pelos indivíduos por um mecanismo necessariamente relacional, a família torna-se um campo privilegiado para se pensar a relação entre o indivíduo e a sociedade, o subjetivo e o objetivo, o biológico e o social.

As famílias, indiferente de sua história ou classe social, possuem sempre relações complexas entre seus membros, alternando situações de cuidado e afeto com controle e conflitos.

A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (PNAS, 2004, p. 33).

Mas um fator singular entre elas é o fato de servirem como um espaço das relações, tanto afetivas como de poder. De acordo com Esping-Andersen (2000, p. 69):

La familia es una institución social, el fundamento de la sociedad, pero es también un actor, un lugar de adopción de decisiones. Como institución, modela sistemáticamente el comportamiento, las expectativas y los incentivos de los pueblos. Paralelamente al estado y al mercado, forma parte de una infraestructura reguladora integrada que define lo que es racional y deseable, que facilita la conformidad normativa y la integración social.

A família, que historicamente tem sido a principal responsável pelo cuidado de seus membros, tem na Constituição Federal de 1988 o reconhecimento enquanto instituição que também necessita de atenção e cuidados.

Constituiu-se como um espaço privilegiado das relações de proteção e socialização primária dos cidadãos, sendo responsável por prover o sustento, a educação e o cuidado com seus membros, principalmente os que dependem diretamente da família, como crianças, portadores de necessidades especiais e idosos. Da mesma forma que a família é diretamente responsável por seus membros, também necessita de atenção e proteção por parte do Estado, conforme o art. 226º: A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. Dessa forma, a área da assistência social assume, através da lei, esse compromisso com as famílias, conforme explícito no artigo 203º: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice”.

Assim como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente também reforça essa relação de parceria entre Estado, Família e Sociedade Civil, conforme ressalta o artigo 4º do ECA (também discriminado no art. 227º da Constituição Federal):

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao

respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2002, p. 01).

A família tem um papel primordial na socialização e educação das crianças e adolescentes, além de ser também a referência afetiva para eles.

Podemos observar esse compromisso com o cuidado de seus membros na Constituição Federal de 1988: “Art. 229º - Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores tem o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”. E também, posteriormente, no Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990: “Art. 22º - Aos pais incumbe o dever do sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais”.

Esse reconhecimento da família como formadora de valores e responsável pelo bem-estar de seus membros, encobre as diversas contradições do sistema capitalista, que tem transferido para ela a responsabilidade pela proteção dos mesmos.

Dessa relação estabelecida, porém pouco tematizada, instaurou-se uma cultura prevalentemente assistencialista no âmbito das políticas e dos serviços destinados a dar sustentabilidade à família como unidade. De acordo com Sgritta (1995), tais políticas estão fundadas prioritariamente na premissa de que existem dois canais “naturais” para satisfação das necessidades dos cidadãos: o mercado (via trabalho) e a família. Somente quando falham esses canais é que o Estado intervém, e de forma temporária. Assim, no pensamento do autor, instauram-se as repúblicas fundadas na família, tendo questões como a maternidade e a infância privatizadas cada vez mais. Privatizadas no sentido de que problemas dessa natureza pertencem apenas na esfera do privado. (MIOTO, 2010, p. 47).

Com as mudanças econômicas ocorridas a partir da década de 1990, sobre a forte influência da ideologia neoliberal, o Estado tem reduzido ao máximo qualquer tipo de investimento na área de saúde, educação e assistência social, passando a responsabilidade da

manutenção e cuidado dos indivíduos para as famílias. As dificuldades encontradas pelos seus dependentes devem ser resolvidas em sua maioria pela própria família, no âmbito privado. Segundo Mioto (2009, p. 51):

Além disso, também dissemos que a construção histórica dessa relação foi permeada pela ideologia de que as famílias, independentemente de suas condições objetivas de vida e das próprias vicissitudes da convivência familiar, devem ser capazes de proteger e cuidar de seus membros. Essa crença pode ser considerada, justamente, um dos pilares da construção dos processos de assistência às famílias. Ela permitiu se estabelecer uma distinção básica para os processos de assistência às famílias. A distinção entre famílias capazes e famílias incapazes.

A pobreza faz com que muitas famílias não consigam suprir todas as suas necessidades, o que, aos olhos do Estado e da sociedade civil, tornam-nas “incapazes⁴²,” e, somente chegando a esta condição, são “merecedoras” da interferência estatal. Ou seja, “são merecedoras da ajuda pública as famílias que falharam na responsabilidade do cuidado e proteção de seus membros”. (CAMPOS; MIOTO, 2003).

Essa concepção de incapaz foi permeada por uma ideologia conservadora, onde a família independentemente de suas condições econômicas, como nas próprias relações de convivência familiar, deve ser capaz de proteger, educar e cuidar de seus membros, sendo estigmatizada quando isso não acontece.

[...] as famílias vivem pressionadas entre a exigência de cumprimento dos deveres prescritos, que é o cuidado e proteção de seus membros, e a ausência de condições para tal; entre o fortalecimento da importância dos projetos individuais dos pais e a manutenção do projeto familiar de cuidado com os outros; entre um modelo familiar ideal que persiste no imaginário social e a realidade da diversidade dos arranjos familiares (MIOTO, 2001, p. 111).

⁴² De acordo com Mioto (2009, p. 51), “na categoria de incapazes estariam aquelas que, não conseguindo atender às expectativas sociais relacionadas ao desempenho das funções atribuídas, requerem a interferência externa, a princípio do Estado, para a proteção de seus membros”.

São essas famílias que ainda recebem o título pejorativo de “desestruturadas”⁴³, sendo as mais expostas à perda de sua privacidade e alvo de preconceito e descaso.

Diante disso, pode-se afirmar que não é apenas por uma questão semântica que o termo “famílias desestruturadas” continua sendo de uso corrente. Cada vez mais ele é utilizado para nomear as famílias que falharam no desempenho das funções de cuidado e proteção dos seus membros e trazem dentro de si as expressões de seus fracassos, como alcoolismo, violências e abandonos. Assim, se ratifica a tendência de soluções residuais aos problemas familiares. (MIOTO, 2009, p.54).

A questão econômica atual trouxe consequências sérias para a maioria da população, com um número cada vez maior de desempregos ou de empregos precários⁴⁴, aumentando as desigualdades sociais e a pobreza de grande parte da população e, por conseguinte, a precarização dos serviços assistenciais. Conforme acentua Goldani (2002, p. 30), “as garantias dos níveis mínimos de emprego e salário dos trabalhadores, a saúde e a educação gratuita como direitos universais, estão ameaçados pelos novos modelos econômicos e políticos”.

Diante destas questões, é exigida da família uma grande capacidade de flexibilidade e adaptação às mudanças, além da necessidade de gerar sozinha novas alternativas para as dificuldades enfrentadas.

Embora haja o reconhecimento explícito sobre a importância da família na vida social e, portanto, merecedora da proteção do Estado, tal proteção tem sido cada vez mais discutida, na medida em que a realidade tem dado sinais cada vez mais evidentes de processos de penalização e

⁴³ Conforme Mioto (2009), o termo “família desestruturada” surgiu originalmente para rotular as famílias que fugiam do modelo-padrão descrito pela escola estrutural-funcionalista. Infelizmente, esse termo ainda é frequentemente usado, tanto na literatura como nos relatórios de serviços, o que mostra que ainda são poucos os técnicos que trabalham com a ideia de diversidade de famílias.

⁴⁴ Compreendem-se aqui como empregos precários ou subempregos, atividades com baixa remuneração além de uma instabilidade empregatícia, onde o trabalhador é pouco valorizado pelo serviço prestado.

desproteção das famílias brasileiras. (BRASIL, 2004, p. 35).

Mesmo sendo a família reconhecida enquanto espaço de formação primária, de cuidado e proteção dos indivíduos que a constitui, esse preceito merece algumas ressalvas:

[...] na medida em que sua valorização encobre as contradições do capitalismo e os consequentes processos de desigualdade social que têm transferido às famílias a responsabilidade pela proteção de seus membros. Portanto, partir desse princípio não significa transferir para a família a responsabilidade pela proteção individual de seus membros, mas reconhecer a sua importância como esfera privada de relações sociais. (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2009, p. 88)

Com relação à juventude pesquisada, a família ocupa uma função fundamental, sendo ela a mediadora desse jovem e seus vínculos afetivos, tanto no meio familiar como comunitário. Explicando melhor sobre essa questão, Miotto (2001, p. 114) diz:

Ao mesmo tempo em que conecta gêneros e gerações, a família media continuamente os deslocamentos dos limites entre o público e o privado no cotidiano de seus sujeitos e media as relações entre sujeitos e coletividade. Assim, a família encerra um projeto de vida baseado na solidariedade entre as gerações e, simultaneamente, é geradora de formas comunitárias de vida.

A família aparece frequentemente na fala dos jovens entrevistados. O sentido de pertencimento a uma família é um valor extremamente importante para eles. Quando se perguntou a um dos adolescentes entrevistados quais as três coisas mais importantes em sua vida, ele respondeu:

As três coisas mais importantes... seria... recuperar a minha irmã... arrumar um “trampo” e um colégio para ela legal, que ela esteja formada e trabalhando. (J1).

Quando realizada a mesma pergunta para outra adolescente da instituição, a família também surge como sendo a coisa mais importante na vida:

Minha mãe, minha sobrinha e minha irmã. (J2).

Minha família agora é só a minha irmã, né... daí tipo assim, eu vivo com ela e tal... bem dizer nós somos amigos, bem amigos. (J3).

E: Quais seriam as 3 coisas mais importantes na tua vida?

Só tenho uma, a família. (J4).

Além do pertencimento, nota-se através dos depoimentos dos jovens a preocupação com o cuidado, com a proteção de seus familiares.

Porque a minha irmã é uma adolescente, tá descobrindo a vida, né... ela tá começando a ter uma experiência diferente do que era antes... e tem muita gente ruim que pode machucar ela, pode magoar ela... e pô, não quero ver a minha irmã triste, né? Quero ver ela em cima, trabalhando... que ninguém possa machucar ela, para ela não passar o que a minha mãe passou, né? (J1).

A família aparece também como uma segurança, principalmente no caso desses jovens que vivem por um período como internos nas instituições socioeducativas, a família é vista como o suporte, pessoas nas quais podem confiar, como bem relata uma das jovens internas:

Em casa você tem pessoas que, nossa, dão a vida por você, aqui você nem conhece direito as pessoas, tipo você não sabe se elas podem estar sendo de uma maneira com você e pelas costas falando mal, né?" (J7).

"[...] o meu pai porque é a única pessoa que eu tenho e que eu amo muito, é essencial na minha vida, se eu to aqui hoje é porque ele me ajudou. Eu tinha fugido daqui daí voltei porque ele pediu muito para mim voltar." (J8).

Dessa forma, percebe-se que a família aparece como uma referência afetiva, sendo a base de seus valores morais e também comportamentais, um espaço para o aprendizado e também de

imposição dos limites como forma de cuidado e proteção. Conforme o relato anterior, a família é associada a pessoas nas quais se pode confiar. Sarti (1996), ao estudar as famílias de um bairro de periferia de São Paulo, também constata a importância que ela exerce no cotidiano de seus membros; segundo ela, são da família aqueles com os quais se pode contar, aqueles, portanto, que se retribuem ao que se dá, para com quem se tem obrigações:

[...] na qual as obrigações morais são a base fundamental. A família como ordem moral, fundada num dar, receber e retribuir contínuos, torna-se uma referência simbólica fundamental, uma linguagem através da qual os pobres traduzem o mundo social, orientando e atribuindo significado a suas relações dentro e fora da casa. (SARTI, 1996, p. 63).

Segundo Sarti (1996), são essas relações e obrigações que delimitam os vínculos familiares, ou seja, dispor-se às obrigações morais é o que define a pertinência ao grupo familiar. Suas relações fundam-se num código de lealdades e obrigações mútuas e recíprocas, formando um valor extremamente importante, conforme exposto nas entrevistas.

Percebe-se também em alguns relatos que, mesmo havendo afeto e cuidado entre os familiares, existe pouco diálogo entre pais e filhos. Uma das jovens entrevistadas comenta como foi a atitude da mãe quando a mesma contou que estava traficando e da necessidade que sentiu de dialogar mais sobre o assunto. Apesar da mãe, mesmo contrariada, ter “aceitado” essa situação, a jovem admite que gostaria de ter conversado mais sobre o tema, conforme expõe:

[...] ia bem pouco visitar ela, sabe? Tipo, eu ia de duas em duas semanas visitar ela, às vezes mais, daí a gente conversava pouco... ela aceitou, mas não me falou muito. Eu até gostaria que ela tivesse conversado sobre isso... é complicado (J7).

A importância da figura materna também aparece em diversos relatos. Muitos dos jovens veem a mãe como sendo a pessoa mais importante na vida deles. Ela representa o afeto, o carinho e a confiança, como aparece em uma das respostas:

E a minha mãe, porque ela sempre teve do meu lado (J2).

Ah porque... como agora eu já tenho 18 eu quero mais pra frente ajudar a minha mãe e tal, e é isso, fazer a minha vida assim, quem sabe em outro lugar, em outra cidade talvez. (J6).

A minha mãe é importante para mim porque desde pequena ela é que me ajudou, e eu nasci dela, querendo ou não, por mais de tudo que ela tem feito para mim, eu não largo mão da minha mãe, e o meu irmãozinho é como um filho para mim... ele me chamava de mãe e tudo...por isso, e a minha vida é importante porque para mim chegar aonde eu quero tem que lutar bastante...e sem a minha vida não posso fazer nada.(J9).

Refletindo sobre a questão materna, compreende-se como sendo também um reflexo da contemporaneidade, pelo fato de atualmente existirem muitas famílias chefiadas pelas mulheres. Esse é um fato que se tornou evidente nas últimas décadas.

[...] em estreita relação com o processo de liberação dos povos e das próprias exigências da produção – se verifica um processo de emancipação social e material, cada vez maior, da mulher. Esta emancipação da mulher é acompanhada, às vezes, pelas queixas daqueles que têm saudades dos tempos passados, nos quais o homem a considerava sobretudo como objeto de exploração e, em casos privilegiados, de enfeite. Mas à medida que na nossa época a mulher participa cada vez mais ativamente na vida econômica, social e cultural, enfraquece-se a dependência social e material à qual estava sujeita e as suas relações com os homens adquirem um caráter mais puro e livre, isto é, mais humano. (VÁZQUEZ, 2004, p. 226).

As transformações ocorridas nesses últimos anos foram fundamentais para a compreensão da dinâmica familiar. O aumento do número de mulheres no mercado de trabalho (em todas as classes sociais), os novos arranjos sexuais, os divórcios, as novas configurações familiares e do papel da mulher são, conforme Goldani (2002), ao mesmo tempo causas e efeitos, interagindo com a economia e a política, tendo um profundo impacto sobre o bem-estar das famílias e de seus membros. Para Mioto (2009, p. 54):

Nessa perspectiva, os serviços continuam se movimentando a partir das expectativas relacionadas aos papéis típicos de uma concepção funcional da família, em que a mulher-mãe é responsável pelo cuidado e educação dos filhos e o homem-pai, pelo provimento e exercício da autoridade familiar. Assim, o desempenho dessas funções está fortemente vinculado a julgamentos morais, principalmente em relação à figura materna. Sobre esta recai toda sobrecarga da função de provimento quando a figura paterna é ausente.

Outra discussão essencial na cotidianidade dos jovens é a escola, onde se forma e deforma-se tanto quanto a família. Esta é uma preocupante hipótese obtida na análise das narrativas.

A escola se tornou uma instituição obrigatória e universal a partir do século XIX. Antes disso, a forma de aprendizagem das crianças e jovens era feita junto aos adultos, observando e ajudando nas atividades laborais. Já na idade moderna, com as mudanças ocorridas no período industrial, a escolarização era um espaço onde crianças e jovens passavam uma grande parte do dia incorporando valores e saberes, preparando-se para a vida adulta. A educação nas escolas historicamente segue um perfil disciplinador e moral referenciado pela cultura dominante. Conforme nos mostram Janice Souza e Olga Durand (2002, p. 163), “a intervenção moderna sobre a vida dos jovens e crianças teve como objetivos conter, controlar, vigiar suas energias desordenadas, disciplinando-as”.

A escolarização se torna um divisor entre a infância e o mundo do trabalho, sendo um período de preparação e capacitação para tal, retardando a entrada do jovem à idade adulta. A criança recebe atenção individualizada, através de um projeto educativo que, conforme Peralva (1997, p. 16), de certo modo qualifica o lugar que ela virá posteriormente a ocupar na sociedade adulta.

A história evidencia que a escola nunca foi a mesma para todos, o sistema educacional configurou-se de forma elitista e desigual. O domínio do conhecimento científico e dos termos cultos se mostrou como diferencial em relação às oportunidades profissionais e também de maiores salários, como salienta Batista (2008, p. 100):

Sua evolução, até 1930, é marcada pelo caráter fragmentário e disperso das iniciativas e experiências que caracterizam o papel e a função

social desta instituição em relação à estrutura econômica, política e social emergente. Além disso, há que assinalar a visão cultural dominante da época, que parte da idéia de que a educação profissional é própria de certos grupos sociais.

Já a escola para a classe trabalhadora, conforme ressalta Frigotto (2004), sempre foi outra, voltada para a disciplina do trabalho precoce e precário. Os homens da classe trabalhadora têm necessidade do trabalho de seus filhos, não podendo investir tanto tempo em estudo e profissionalização dos mesmos. Sobre essa diferenciação, Baptista (2008, p. 96) critica: “Aos mais abastados, educação de qualidade, humanística e propedêutica, aos pobres, a formação aligeirada, voltada para formação de nível técnico, atrelada aos interesses do mercado”. O século XX é conhecido por ser a geração do conhecimento. Hoje, as informações chegam de forma muito acelerada e estão acessíveis a um número cada vez maior de pessoas. No entanto, o mercado de trabalho se afunila nessa mesma velocidade, reduzindo constantemente o número de ofertas de trabalho. As funções laborais estão cada vez mais específicas, exigindo do trabalhador constante especialização. Além disso, com a grande quantidade de mão de obra à disposição no mercado, os requisitos para contratação são ainda maiores, a começar pelo nível de escolaridade.

No entanto, espera-se da escola, dos jovens, dos trabalhadores, um nível de atualização de conhecimentos reais que os capacite a atender às exigências das novas tecnologias aplicadas aos processos produtivos. Em um país como o nosso, onde cerca de 50% dos trabalhadores têm menos de oito anos de escolaridade, dentro das condições precárias de funcionamento das escolas e do exercício das atividades docentes, a idéia de século do conhecimento e da formação, se não é um acidente aos setores desfavorecidos da população, é uma ilusão vendida nos balcões televisivos. (CIAVATTA, 2008, p. 85).

Indagados a este respeito, grande parte dos jovens entrevistados consideram de extrema importância a escolaridade, entendendo-a como um meio para se alcançar melhores ofertas profissionais, conforme alguns depoimentos:

E educação já entra escola, já entra tudo, então até a educação já dá para perceber. Para arrumar um

emprego tem que tá estudando, senão não consegue. Se eu não estivesse estudando eu não ia conseguir o emprego. (J4)

Se eu gosto? Acho legal.

E: O que você considera de bom e de ruim também?

A escola é a melhor coisa para mim.

E: Você gosta?

Porra, pô eu leio um monte cara... eu leio um monte de livro ali.

E: Ah é?

Tô até cansado de ler.

E: Ah que bom.

A Ivone traz pra mim livros, ou manda.

E: Que legal.

Então oh, a escola é a melhor coisa cara, pro cara poder ser alguém na vida né, melhor coisa. Eu não tenha nada que reclamar da escola.

E: Não? E como você é nas matérias?

Pô, todas que eu to até agora, tá fácil.

E: Ah, que bom, nossa, isso é raro ouvir da gurizada! (risos).

Não tá fácil pô, quando eu entrei lá pro negócio eu não deixei de estudar. Não deixei de acompanhar a escola mesmo que fosse em casa, sempre estudei. (J5).

A educação hoje em dia é fundamental. Até no emprego, você vai no emprego, você precisa... pra ser gari, você precisa do segundo grau completo, que nem se você quiser fugir desse mundo... Ah, tá louco, cara, uma pessoa com educação, ela consegue subir na vida. (J7).

A maioria dos jovens se visualiza concluindo os estudos, inclusive uma faculdade. Muitos deles têm o sonho de se formar nos cursos de maior status, aqueles cuja seleção é mais concorrida, como

medicina, psicologia e direito, mostrando que acreditam na possibilidade de uma ascensão social através da educação. Esses dados também são reforçados por Baptista, em uma pesquisa realizada com jovens da periferia do Rio de Janeiro, onde, segundo ela:

Os jovens acreditam que a educação escolarizada é uma alternativa à sua condição de pobreza, e, ainda, que retoricamente, depositam esperanças de um futuro melhor na idéia de realização dos estudos. Sonham, no entanto, com um tipo de inserção, na divisão do trabalho, que dificilmente alcançariam (medicina, administração, direito, engenharia) revelando uma aceitação pouco crítica das determinações culturais advindas da concepção do mundo das elites. (BAPTISTA, 2008, p. 100).

Essa é, na verdade, a construção da ideologia dominante, através da ideia de que todos possuem a mesma condição de conquistar um trabalho bem remunerado, o que falta é simplesmente uma maior qualificação individual. De acordo com Baptista (2008, p. 102), “[...] segundo tal teoria seria possível equacionar os problemas da desigualdade social por meio de investimentos em instrução, treinamento e educação”. Ou seja, a resolução do problema do desemprego é simples: qualificação através do estudo. Desta forma, o trabalhador é o único responsável por sua inclusão ou exclusão no mercado de trabalho. Há então uma transferência da responsabilidade, deixando de ser consequência da dinâmica econômica capitalista para ser individual.

A educação se torna um produto de grande valor para o mercado capitalista. Nessas últimas décadas, o setor privado tem investido maciçamente na área da educação, desde escolas de ensino fundamental e médio, cursos técnicos profissionalizantes, cursos preparatórios para concursos, até mesmo faculdades.

Na última década, existiu um envolvimento intenso para o aumento do nível de escolaridade da população, o que de fato ocorreu. Mas o questionável é a qualidade dessa escolarização. Hoje existe um número muito grande de jovens que concluem o ensino fundamental - e até mesmo o médio - mas permanecem analfabetos funcionais, ou seja, conseguem ler e escrever mas não compreendem o sentido das frases, não conseguem interpretá-las. Para esses jovens, a possibilidade de ingressar em uma universidade pública se torna praticamente

impossível, pois o grau de complexidade das provas de seleção são mais severas e excludentes a cada ano.

A possibilidade de uma cobertura escolar completa indica, por assim dizer, as potencialidades de educação existentes, e proporciona uma demonstração concreta do que se poderia fazer numa sociedade racionalmente ordenada. Tal como está a situação, porém, essas estatísticas tendem a dar uma impressão muito enganosa. Sugerem que a realização educacional pode ser medida em termos quantitativos; que o número de alunos matriculados, o número de anos de estudo e o número de horas de instrução por semana proporcionam índices significativos da magnitude das relações do esforço educacional. (BARAN e SWEZZY, 1966, p. 318).

É visível a preocupação do Estado com a aceleração do grau de escolaridade da população, tendo em vista a quantidade de novos estabelecimentos como EJA⁴⁵ e CEJA⁴⁶ nesses últimos anos. Essa é uma metodologia usada para acelerar a escolaridade dos alunos que estão em defasagem com relação aos jovens de sua idade, aqueles que reprovaram muitas vezes ou que por algum motivo não puderam efetuar os estudos na idade regular⁴⁷. Conforme comenta Baptista (2008, p. 96):

Dos vários governos, desde 1930, vimos um discurso carregado de preocupações para com a elevação dos níveis educacionais do país, a formação de um cidadão crítico e pleno dos seus direitos. No entanto, os projetos educacionais que atravessam essa nova história recente são marcados por violência institucional, desprestígio frente à opinião pública e pouco investimento.

Mas, conforme dito anteriormente, a preocupação só abrange a aceleração da escolaridade e não a qualidade do ensino. Quando questionados sobre sua escola, muitos jovens reclamam do descaso com a estrutura física, o abandono, a falta de manutenção e investimentos:

⁴⁵ EJA - Educação de Jovens e Adultos (ensino fundamental).

⁴⁶ CEJA - Centro de Educação de Jovens e Adultos (ensino médio).

⁴⁷ Segundo o art. 38º da Lei nº 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação, a idade mínima para a inserção no EJA é de 15 anos e para o CEJA de 18 anos.

Deveriam organizar a escola, arrumar... a estrutura da escola, porque a nossa escola, pelo que eles falaram, foi gasto R\$26.000,00 e colocaram só ar condicionado, a única coisa da escola que tem lá novo... R\$26.000,00 e os quadros tudo estragados, não dá nem para escrever direito. (J4).

Acho que na escola mesmo, tipo, mandaram 140.000,00 para a reforma da escola... é raro ter água na escola... tipo assim, a quadra é uma selva, é... a quadra é mato, mato, mato, cara, daí as paredes tudo descascando... aquela escola tá caindo aos pedaços. Daí a mulher disse bem assim “mandaram 2.000,00 só para comida e a gente tem que gastar o dinheiro de algum jeito, então vamos comprar coisas boas para a escola”, chega no outro dia, é uma couve-flor que nem cozinham direito, um macarrãozinho. Antes tu precisava ver, eles começaram a fazer comida porque a gente pegava no pé, sabe, a gente falava “Ah, vou para casa... se é para a gente passar fome na escola, então não venho”, daí começaram a fazer comida, antes não tinha. (J7).

É possível observar, através dos relatos, o interesse e a preocupação dos jovens com a sua escola, visto que os mesmos se interessam inclusive sobre as questões financeiras da escola. Pelo que se pode constatar, os alunos reclamam da má administração financeira realizada pela escola.

Outro tema levantado pelos jovens, ainda sobre a escola, é a relação deles com os professores. Nos relatos, nota-se uma grande preocupação com o cumprimento de normas morais, derivadas de uma queixa do comportamento dos jovens em sala de aula. Percebe-se, em alguns casos, uma relação conflituosa entre ambas as partes.

[...] alguns professores, às vezes, aqueles professores que pegam no pé ou querem ser tipo daquela época que podia bater nos alunos, sabe? No meu colégio tem um assim. (J3).

É, também tem uns professores chatos... na verdade é porque eles escrevem muito no quadro, fazem a gente escrever muito e dão muito “esporro” na gente. (J2).

[...] tá louco, não explicam direito, não sei, acho que não sabem explicar, aí fica por aquilo ali mesmo, e daí... a professora de química mesmo, é Franciele, o nome dela, ela fica explicando e todo mundo fazendo barulho, ninguém respeita, cara. Alguns professores que exigem respeito, os alunos também dificultam, né, cara. Como o professor de geografia, é dose tu ir para escola ensinar, nem precisa fazer as 40 horas, era para ele fazer 32 horas, ele ainda está fazendo 40 horas para ainda escutar... (porque ele é gay, né?)... daí tem um guri na sala que fica brincando, fazendo brincadeira... idiota, cara, otário mesmo. Daí eu falei “eu não seria professora nunca, cara, pra quê?, tá louco... ter que vir aturar essas crianças... não quer estudar volta para casa, vai assistir a novela”. (J7).

Na educação....

E: Tu estás em que ano?

1º do 2º, rodei. Em matemática e química.

E: Tu estás no mesmo colégio?

Tô. Daí o colégio tem uma educação muito boa, mas a qualificação dos professores são muito péssimas.

E: Com relação aos professores tu achas ruim?

Claro, são péssimas.

E: No que? Dá um exemplo.

Na estrutura como explica, no convívio também há bastante.... porque antigamente, além do professor ser o melhor da área, daquela época, ele também tinha igualdade salarial, hoje tá brigando por causa dos salários deles, que tá muito baixo e qualificação ruim também.

E: E tu gostas de estudar?

Ah eu gosto... gosto de português, mais de português e inglês, agora de matemática e química não é meu ponto forte, mas tem que estudar, né? (J1).

Existe dentro da escola a preocupação com questões comportamentais e de condutas, mas também a ausência de uma reflexão mais profunda nas questões éticas, de valores de convívio coletivo. Esse tema é discutido no livro “Nos labirintos da moral”, de Cortella e La Taille. Segundo os autores, há um problema de convivência dentro da escola, que na verdade se expande também para o conjunto da sociedade. Cortella alerta para uma crise da capacidade de vida coletiva, onde a intolerância e o medo distanciam as pessoas. Segundo o autor, “Eu não tenho dúvida que a educação e a escola cada vez mais precisarão tratar da crise ética para não cair na armadilha de apenas responder à mera queixa moral em relação à conduta”. (CORTELLA; LA TAILLE, 2006, p. 11).

Apesar da importância da escolaridade na vida desses jovens, também é visível que a relação professor/aluno tem sido insatisfatória. Esse é um reflexo da desqualificação das escolas públicas nessas últimas décadas, tanto a nível estrutural, administrativo como também na valorização dos profissionais. No processo educativo, existe um distanciamento entre a sala de aula e a experiência vivenciada pelos jovens fora da escola. Em muitos casos, o ensino ainda está baseado num método tradicional através da repetição e da disciplina. De acordo com Souza e Durand (2002, p. 165):

A escola hoje está sob suspeita na medida que o ensino está referenciado num modelo em crise, ou seja, naquele que resulta de uma cronologia social cujo ciclo está sob as injunções de um mundo fundamentalmente novo, um ordenamento cultural co-figurativo no qual o aprendizado comum é realizado pelos diferentes grupos etários e não apenas pela escola e família.

A impressão deixada pelo relato dos jovens é primeiramente do abandono da escola pública, com atitudes isoladas entre os professores, onde se diferenciam os que atuam compromissados com o ensino e professores desmotivados, desvalorizados e frustrados com a falta de incentivo por parte do Estado. Não cabem julgamentos em relação à postura de cada professor, pois é compreensível o desânimo de qualquer indivíduo, indiferente da área profissional, quando existe pouco incentivo e valorização pelo seu trabalho. Mas também é necessário reconhecer o trabalho individual que alguns profissionais vêm fazendo. Sobre a postura dos professores na escola, Yves de La Traille comenta:

Quero dizer, a identidade do professor está mais ligada à sua tarefa como um técnico que transmite alguma coisa, mas que não sente que isso lhe pertence. [...] Acho que muitos professores que conseguem bons resultados, que conseguem estimular seus alunos, são aqueles que mostram, de uma forma ou de outra, que eles dão muito valor aquilo que vão estudar. O professor completo, ideal, é alguém que adora matemática, adora português, adora geografia, adora aquilo que ele for ensinar e também, evidentemente, respeita e se preocupa com a transmissão (CORTELA; LA TRAILLE, 2006, p. 77).

Sobre a educação que recebem na escola, algumas jovens comentam:

O que eu vejo de bom... alguns professores, porque sabem explicar a matéria, sabem levar a turma, agora outros não... outras já... tá louco, não explicam direito! (J7).

A educação eu acho boa. Os professores explicam bem, eles têm muita paciência. (J8).

Educação assim na juventude é necessária, porque pelo menos já cresce assim com uma cabeça, já sabe... não precisa saber “ah, quero ser tal coisa”, mas pelo menos já tem uma ideia, “pô quando eu crescer talvez eu faça faculdade disso”, “quando terminar meus estudos daí eu arrumo um trabalho melhor e tal”. Para mim a importância dos estudos é necessária, tipo todos tem que ter. O lado bom é que sei lá, eles ensinam bastante coisas, porque ali o supletivo tipo é legal... para mim tá sendo bom, não sei para as outras pessoas mas todo dia eu aprendo uma coisa nova, ou uma palavra que eu não sabia, sabe, para mim tá sendo bem bom.

E: E tem um lado ruim também, alguma coisa que você não goste, ou não?

O lado ruim.... acho que não. (J6).

Eu acho que os professores... é bem legal. O que tem de ruim são um pouco dos alunos, que são irritantes, grossos, a gente não pode falar uma coisa que eles já querem xingar. Por exemplo, tem

uma menina ali no colégio que ela me detesta, eu não sei porque, daí ela pega esbarra em mim, daí ontem eu falei para ela “tu não sabe pedir licença?”, e ela ficou quieta, não falou nada.

E: Você acha que tem alguma coisa que precisava mudar/melhorar na educação?

Na escola... eu acho que os alunos é que deveriam ser mais educados com os outros. Bem ou mal eles estão estudando o ano todo ali, não dá de ficar arrumando “treta” com todo mundo da escola, por exemplo... entra uma pessoa nova na escola, a gente mal conhece e já começa a xingar, a gente não vai se dar bem com todo mundo... isso deveria mudar. (J9).

O fato é que a escola deveria cumprir um papel importantíssimo na vida dos jovens, pois esse é o espaço da aprendizagem, do conhecimento, do despertar do senso crítico, da capacitação para o mundo do trabalho e também da socialização, do fortalecimento dos valores morais e das questões éticas.

Ao pensar sobre a escola, os jovens já são desafiados a objetivar o que desejam para sua vida profissional. Tendo em vista a erradicação do trabalho infantil, existem normas específicas para o trabalho realizado por crianças e adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em consonância com a Constituição Federal e a Consolidação das Leis Trabalhista detalha algumas orientações sobre o direito à profissionalização e a proteção no trabalho:

Art. 60 – É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo em condição de aprendiz a partir dos quatorze anos;

Art. 62 – Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional metódica, compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico de adolescentes e jovens, ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor, por entidade devidamente qualificada e inscrita junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Um dos critérios para os trabalhadores menores de 18 anos é a garantia da continuidade dos estudos. Para isso, precisam ser levados em

consideração o tempo de trabalho e as atividades por ele executadas, conforme está exposto no Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 63 – A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

I – Garantia do acesso e frequência obrigatória ao ensino regular, salvo nas localidades que não houver oferta de ensino médio, desde que já tenha concluído o ensino fundamental;

II – Atividade compatível e organizada em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho, de acordo com o desenvolvimento do adolescente;

III – Horário especial para o exercício das atividades, não excedendo a seis horas diárias, limite esse que poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

Outra garantia prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, além da continuidade dos estudos, é o cuidado com a saúde e bem estar do adolescente, sendo o artigo 67 específico na atenção às condições de salubridade, periculosidade e também de um ambiente apropriado para a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento:

Art. 67 – Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vedado trabalho:

I – noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;

II – perigoso, insalubre ou penoso, conforme definido na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, constante do Anexo ao Dec. 6.481/2008, bem como de outros documentos;

III – realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV – realizado em horários e locais que não permitem a frequência à escola.

O trabalho educativo é uma tentativa de conciliar e regularizar a situação de jovens que necessitam trabalhar para ajudar na renda familiar e também no seu processo de autonomia financeira. Porém, novamente a responsabilidade pela situação de pobreza da família cai sobre o indivíduo, nesse caso, o jovem da classe trabalhadora, que tem que dividir o seu tempo entre trabalho e estudo, diminuindo o período de preparação para a possibilidade de uma profissão melhor remunerada.

O trabalho é o diferencial humano, atividade que exige o refinamento de suas faculdades psíquicas e motoras, de criar e recriar seus meios de vida. É através do trabalho que o homem se expande em conhecimento, aperfeiçoa-se, humaniza-se. Segundo Barroco (2005, p. 27):

Essa condição ontológico-social ineliminável do trabalho, na (re)produção do ser social, dá a ele um caráter universal e sócio-histórico. O trabalho não é obra de um indivíduo mas da cooperação entre os homens; responde a necessidades sócio-históricas, produz formas de interação humana como a linguagem, as representações e os costumes que compõem a cultura.

Através do trabalho, o homem constitui sua essência humana desde a interação com a natureza, estabelece mediações entre ele e o objeto. Barroco (2005, p. 30) explica que, “Quando o homem cria uma obra de arte, se auto-reconhece no produto de sua ação como um sujeito criador. O objeto criado é valioso para ele porque expressa sua capacidade teleológica e prática”.

No contexto da sociedade capitalista, com a apropriação dos meios de produção, o trabalho deixa de ser um exercício livre e consciente para se tornar um objeto de troca daqueles que possuem unicamente a sua força de trabalho como meio de subsistência. Nesse sentido, Yasbek (1993, p. 100) reforça:

O trabalho como atividade transformadora da natureza e do próprio homem é aqui ação que não emancipa, é condenação à reserva com poucas possibilidades de entrar na ativa. Temos hoje na sociedade brasileira um contingente crescente de subempregados, desempregados, explorados, homens divididos entre o reconhecimento do peso e da exploração de sua força como trabalhador e a busca da sobrevivência e da ascensão pelo trabalho.

O trabalhador, para se manter, obriga-se a vender sua força de trabalho, sua energia e seu tempo, a serviço dos proprietários dos bens de produção. Troca seu trabalho por salário, ou seja, seu tempo de trabalho passa a ser remunerado. Iamamoto (2008, p. 58) acrescenta:

O próprio trabalhador aparece como um mero vendedor de mercadorias: trabalhador “livre” que vende a sua força de trabalho – ou uma medida determinada de seu tempo de vida – e seu trabalho assume a determinação social de trabalho assalariado, com caráter geral. Assim, os agentes principais dessa sociedade – o capitalista e o trabalhador assalariado – aparecem como “personificações do capital e do trabalho” [...].

Essa relação da venda da força de trabalho faz com que o trabalhador perca a noção do todo, pois não acompanha o processo de produção por inteiro, apenas uma parte específica. Essa forma de produção propicia que o trabalhador não se reconheça como sujeito criador do produto final. Marx chama esse estranhamento, esse distanciamento entre o trabalhador e o seu produto final, de alienação. Barroco (2005, p. 34) também contribui para explicar esse processo: “Ao ser alienado, em todo o processo, da atividade que lhe confere identidade humana, o trabalhador se aliena do objeto que ele mesmo criou; com isso se aliena da atividade, da relação – consigo mesmo e com os outros”.

A dinâmica de produção segue a mesma lógica desde a Revolução Industrial no século XIX, baseia-se na superexploração da mão de obra humana, o que Marx denominou de mais-valia. A intenção é sempre conseguir o máximo de lucro de um produto, através da redução dos gastos com a força de trabalho, como nos mostra Iamamoto (2008, p. 157):

Reproduz-se o tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias, ou seja, o seu valor, ampliando simultaneamente o tempo do trabalho excedente ou mais-valia. Em termos da composição de valor, reduz-se relativamente o capital variável empregado na compra da força de trabalho, e aumenta-se o capital constante, empregado nos meios de materiais de produção.

A lógica de acumulação capitalista baseia-se na apropriação privada por parte de uma classe social de todas as formas de riquezas.

Ela também é operada por sobre todo um país, tal como no mundo colonial, desde os recursos naturais até a força de trabalho, com os povos originários tornados escravos. Este foi o caso dos países da América Latina, que desde sua colonização foram saqueados e explorados, tornando-se historicamente empobrecidos, submetidos a uma relação de tipo dependente⁴⁸, subordinados política e economicamente aos países capitalistas centrais, resultando num sistema cujas estruturas, econômica e social, sobrepõem mecanismos de exploração capitalistas ainda mais agudos e violentos, cujas consequências se reproduzem pouco alteradas até os dias atuais.

[...] na medida em que, através de uma maior exploração do trabalhador, a forte e contraditória relação de subordinação com o mercado externo ajusta as relações de produção internas para a acumulação do capital em escala global, o capitalismo dependente institui - de modo sempre crescente - o pauperismo das massas, produzindo e reproduzindo, desta forma, uma intensa e crescente exploração do trabalhador, determinando, peculiarmente, os traços da chamada *questão social* no continente latino-americano (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 157).

Os países periféricos são caracterizados como “subdesenvolvidos” ou “atrasados”, como se aqui o desenvolvimento se desse de forma incompleta por escolha ou debilidade das próprias sociedades. O que se encobre, é que o tipo de acumulação das burguesias dos países centrais exige uma articulação subalterna das economias do sul também necessária à dinâmica do desenvolvimento capitalista em nível global. A mesma análise nos mostra que esse processo deve ser entendido “como expressão de uma dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, que no momento de sua expansão subsume todos os elementos da nova sociedade aos ditames do capital” (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 150).

Nessa lógica, os países periféricos são inseridos no mercado capitalista mundial como produtores de bens de exportação, na sua

⁴⁸ De acordo com Marini (2000, p. 109), a dependência aqui é entendida como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujos âmbitos as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.”

maioria produtos primários, como matéria-prima mineral e agrícola, enquanto que os países centrais desenvolvem novas tecnologias, mantendo assim a separação entre os “mais e menos desenvolvidos”.

Sendo assim, resta aos países latino-americanos exportarem produtos primários, essencialmente gêneros agrícolas e matérias-primas - cujos preços tendem a cair em relação aos produtos industrializados - e importarem tecnologias, equipamentos e maquinarias - de custo indiscutivelmente maior, considerando também o monopólio dos países centrais na produção destes produtos, o que lhes permite vendê-los por um preço mais elevado (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 155).

A questão social brasileira, semelhante a outros países latinos, é marcada pela desigualdade na distribuição de renda, desemprego estrutural e subemprego e, claro, também pela pobreza extrema, próprias do sistema capitalista periférico dependente:

A economia exportadora é então, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional (MARINI, 2000, p. 134).

Com relação à atual dinâmica mundializada do capitalismo, Yamamoto (2008, p. 111) comenta: “[...] produz a concentração da riqueza, em um pólo social (que é, também, espacial) e, noutro, a polarização da pobreza e da miséria, potenciando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista, em que se sustenta a questão social”.

Contudo, o que se vê na história do capitalismo é a concentração do poder e da riqueza nas mãos das classes dominantes e, conseqüentemente, a miséria e pobreza para a maioria da população. Sob a lógica do capitalismo não há outra forma de manter o sistema se não for através da exploração da mão de obra assalariada. Sobre a relação entre o capital e trabalho, Yasbek (1993, p. 92) comenta:

Porque contém o desemprego em massa, auxiliam no processo de rebaixamento dos salários e permitem a circulação de bens produzidos por empresas capitalistas, são fundamentais tanto para o capital como para os trabalhadores que, através deles, sobrevivem ao descarte de mão-de-obra já barata. Lidamos aqui com outras modalidades de relacionamento da força de trabalho com o capital, mas que, em sua essência, representam na mesma ordenação da vida social que se caracteriza pela profunda desigualdade na apropriação da riqueza socialmente construída.

Com a oferta de trabalhadores mais ampla do que a demanda do mercado, exige-se um nível cada vez maior de competências dos indivíduos, onde o grau de escolaridade é o primeiro diferencial. Sob a lógica neoliberal, é possível quantificar se o trabalhador está mais ou menos apto a ser selecionado pelo mercado, dando-se a isso o nome de empregabilidade⁴⁹. “Trata-se de adquirir o ‘pacote’ de competências que o mercado reconhece como adequadas ao ‘novo cidadão produtivo’. Por isso o credo ideológico reitera que ‘a empregabilidade é como a segurança agora se chama’” (FRIGOTTO, 2004, p. 197).

A condição de trabalho e melhores remunerações permanecem diretamente relacionadas com a educação. As estatísticas mostram que quanto maior a escolaridade, maior a remuneração e menor o número de horas trabalhadas.

Com relação à escolaridade e renda, fica evidente a reprodução das desigualdades: quanto o menor nível de ambas, mais precárias as condições de trabalho. A informalidade nas relações de trabalho, que é de 33% entre os jovens trabalhadores com nível superior de ensino, sobe para 87% entre aqueles que têm escolaridade até a 4ª série do ensino fundamental; atinge 85% dos

⁴⁹ De acordo com Baptista, “A empregabilidade como conceito que reúne uma série de capacidades e competências que tornam o trabalhador apto a inserir-se ou manter-se num emprego, aponta para uma nova teoria do capital humano. Nos discursos oficiais – com pouca alteração, dos mesmos organismos nacionais e internacionais – se apresenta uma perspectiva de modernização através da reconversão da formação profissional, no sentido de proporcionar à economia nacional um grau de competitividade satisfatório em relação às exigências do mercado internacional (BAPTISTA, 2008, p. 103).

jovens trabalhadores que pertencem a famílias com renda de até um salário mínimo, enquanto é de 50% entre os de renda mais alta. A diferença na remuneração alcançada com o trabalho apresenta o mesmo quadro: enquanto 83% dos jovens trabalhadores com menor nível de ensino e 78% dos jovens de famílias mais pobres ganham um salário mínimo ou menos por mês, essa proporção cai para 13% entre os jovens com ensino superior e 16% entre os que pertencem às famílias com maior renda. A carga horária também dá uma indicação de como o tipo de trabalho pode ser diferenciado para os jovens: enquanto 41% daqueles que tem somente até a 4ª série do ensino fundamental trabalham mais de oito horas por dia, esta sobrecarga atinge 13% dos jovens trabalhadores com nível superior. (ABRAMO, 2008, p. 53).

Infelizmente, o perfil dos jovens que cumprem medida socioeducativa é, na sua grande maioria, de baixa escolaridade, e muitos sequer concluíram o ensino fundamental, sendo considerados como “analfabetos funcionais”, ou seja, sabem ler e escrever, mas não conseguem compreender e interpretar um texto.

Fuchs (2009), em sua tese de doutorado, através de uma pesquisa realizada com jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação e semiliberdade no Brasil, observa que, dos 1.397 jovens que começaram a cumprir medidas socioeducativas em 2008, 1.201 pertenciam à faixa de escolarização entre o analfabetismo até o ensino fundamental completo.

Na prática cotidiana dessas instituições, sabe-se que para conquistar a progressão da medida⁵⁰, o jovem necessita de um trabalho fixo, preferencialmente de carteira assinada, indiferente de qual função exercerá. A lógica jurídica é que se o jovem está trabalhando, diminui a chance de voltar a cometer algum ato infracional.

Entretanto, essa não é a realidade apenas dos jovens que cumprem medida socioeducativa, mas sim de todos os jovens da classe trabalhadora, principalmente os mais pobres, que necessitam trabalhar

⁵⁰ Progressão de medida é a transferência de uma medida com maior grau de privação de liberdade para uma de menor grau. Normalmente é pedida pela própria instituição ao Juizado da Infância e Juventude, responsável por conceder ou não a medida.

para ajudar na renda da família. Baptista (2008, p. 99), em um estudo realizado com jovens do Rio de Janeiro, revela uma triste realidade:

Observamos que quanto maior o nível de escolaridade mais importante fica a questão da qualificação. Ao mesmo tempo, quanto menor a escolaridade mais importante fica a possibilidade de ter algum tipo de remuneração e poder ajudar a família. Essa informação parece revelar que as diferenciações que permeiam a lógica da propriedade e a divisão técnica do trabalho impõem evidentes mecanismos da exclusão que são reforçados sistematicamente pelas próprias condições inerentes ao cotidiano desses jovens.

Os jovens de baixa escolaridade se submetem a subempregos de baixa remuneração e péssimas condições de salubridade. Exigem esforço físico e repetitivo, em sua grande maioria, perpetuando assim a alienação e a condição de pobreza em que já se encontram. Muitos fazem um sobre-esforço na tentativa de conciliar trabalho e estudos, mas o fato de terem uma base escolar fraca desestimula a continuidade do estudo depois de um dia exaustivo de trabalho. Segundo Baptista (2008, p. 99):

Observamos aqui o que se pode chamar de “circulo vicioso”, pois, quanto mais baixa a escolaridade mais pressa ele tem de se inserir no mercado de trabalho, quanto mais precocemente ele se insere no mercado de trabalho, mais difícil ficam as suas chances de conclusão da vida escolar.

As entrevistas mostram uma questão importante a ser discutida: o trabalho infantil que, pela perversa necessidade, leva alguns jovens a começarem a trabalhar cedo, de maneira informal:

[...] a única coisa que eu não gostei que eu trabalhava para ajudar a minha mãe era de vender bala, eu tinha que vender bala para ajudar a sustentar meus irmãos, porque às vezes a gente ia oferecer para uma pessoa assim e a pessoa chegava e falava “ah, eu não vou comprar, porque não sei o quê, porque vocês não arrumam um trabalho?”, sabendo que a gente já tava fazendo aquilo... pegava e dava com sete pés na cara da gente sem a gente fazer nada, a gente só tava

oferecendo...não quer comprar é só falar “ah, não quero” ou “não tenho dinheiro”, mas eles já vinham com sete patas na mão assim... por isso, nessa parte eu não gostei. (J9).

O trabalho precoce normalmente é realizado por crianças e adolescentes da classe trabalhadora pela necessidade de ajudar financeiramente a família. Esse trabalho não costuma ser uma opção, mas uma medida imediata de sobrevivência e ajuda na renda familiar. Segundo Frigotto, são aproximadamente 6 milhões de crianças e jovens que tem inserção precoce no mundo do emprego ou subemprego. Numa pesquisa realizada com jovens no Brasil, o autor contribui com importantes reflexões sobre essa triste realidade:

No aspecto específico do trabalho e da educação dos jovens da classe trabalhadora, a contradição se radicaliza, tendo em vista que a maior produtividade do trabalho não só não liberou mais tempo livre mas, pelo contrário, no capitalismo central e periférico a pobreza e a “exclusão” ou inclusão precarizada *jovializaram-se*. (FRIGOTTO, 2004, p. 197).

Nas entrevistas realizadas com as meninas, a grande maioria comenta já ter tido experiência como babá, ou de seus próprios irmãos e familiares ou de filhos de vizinhos e amigos, mas essas atividades não são reconhecidas por elas como trabalho:

Para mim foi bom. Quando eu cuidava de bebê era bem legal, as crianças eram tudo educadinhas... (J9).

E: Mas você já trabalhou alguma vez?

J7: Não. Só de babá.

E: E isso não é trabalho?

J7: Sabe aquelas barraquinhas de praia, então eu vendia lá.

E: E isso também não é trabalho?

J7: É, (risos). (J7).

O trabalho, muitas vezes única possibilidade de uma melhor condição de vida, é idealizado e ansiosamente desejado pela maioria dos

jovens. O salário recebido é sinônimo de autonomia, de liberdade para adquirir produtos que a família não possui condições de comprar. De acordo com os autores Paul A. Baran e Paul M. Sweezy (1966, p. 342), “o pagamento é a chave das satisfações que porventura são permitidas aos trabalhadores em nossa sociedade: o auto-respeito, o status, o reconhecimento pelos companheiros, dependem principalmente da posse de objetos materiais”.

A importância do salário como meio para o consumo é também ressaltada pelos entrevistados:

Eu já trabalhei como auxiliar administrativo na XXX.

E: Ah já?

No Aprendiz, né?

E: Ah sim claro, você que era do Aprendiz. E como é que foi, o que você acha que era bom e o que era ruim?

Na real não era nada ruim, cara. Trabalhar é a melhor coisa, pô, ganhar seu dinheiro é a melhor coisa. (J5).

O trabalho é bom porque é... a gente é “dessa vida”, nosso dinheiro vem fácil e vai fácil, agora o dinheiro suado assim é mais difícil de gastar, a gente é mais... mão fechada assim... e é bom, porque no final do mês assim... eu no meu primeiro salário do meu serviço eu fiquei bem feliz porque eu já fui na loja... comecei a comprar e fui me arrumando mais para trabalhar, daí eu gostei de trabalhar. (J2).

A ansiedade dos jovens em possuir um salário é consequência de inúmeras limitações financeiras, ter um salário significa também ser aceito socialmente, ser também consumidor.

No fim, a população acha-se, quer queira quer não, na situação de incapacidade de fazer qualquer coisa que facilmente não possa ser feito mediante salário no mercado, por um dos múltiplos ramos novos do trabalho social. E enquanto do ponto de vista do consumo isso signifique total dependência quanto ao mercado, do ponto de vista do trabalho significa que todo trabalho é efetuado

sob a égide do capital e é suscetível de seu tributo de lucro para expandir o capital ainda mais. (BRAVERMAN, 1987, p. 239).

O tráfico de drogas é reconhecido também enquanto trabalho, à medida em que possui uma relação de prestação de serviço com horário e salário estipulado, mas com forte julgamento de cunho moral pelas próprias entrevistadas, pois é visto como um trabalho ilegal, indigno, errado:

E: Mas por exemplo, o que você “fazia antes”... Como é que era?

É, tinha horário... era que nem serviço assim, mas... mas... o dinheiro não era a mesma coisa, né? Vinha fácil... vinha bem mais dinheiro, vinha dinheiro rápido, mas ia bem rápido.

E: Mas, por exemplo, era ilegal e tudo mais...mas tu considerava que aquilo era um trabalho também ou não?

É, eu acho que para mim é um trabalho... cumpre horário...para mim é a mesma coisa, só que é errado. (J2).

Olha, trabalho, uma vez a mãe de uma amiga minha me disse assim “você tá ganhando dinheiro? É um trabalho”, tipo assim, tem trabalho digno e trabalho não-digno, né, mas se você tá ganhando dinheiro por aquilo que você tá fazendo, é um trabalho. Eu adotei essa ideia né, eu acho que nem todo trabalho é digno mas todo trabalho é um trabalho né cara, você tá sendo paga por aquilo. Porque ela falou isso porque a gente tava traficando, né, aí eu achei bem legal ela falar isso... aí ela falou para a minha amiga “não, agora toda sexta-feira eu quero 150 na minha mão”, deu uns conselhos pra filha dela, mas aceitou o trabalho dela. (J7).

O trabalho, enquanto meio de sobrevivência, possui grande valor para os jovens entrevistados. Para eles o trabalho está associado a uma atividade que dignifica a pessoa, representado pela liberdade em ter sua própria renda. Além disso, também significa uma ocupação, uma atividade realizada fora da instituição.

E: Você está trabalhando agora?

Tô, lá no XXXX.

E: No supermercado? De caixa?

É, operadora de caixa. Para mim lá não tem nada de ruim. O que tinha de ruim era o horário, mas eu consegui mudar para mais tarde. Para mim lá tá bem bom assim, não tem nada que seja ruim. (J4).

E: Você está trabalhando, já trabalhou?

Eu já trabalhei, tive algumas experiências e agora eu acabei de fazer meu título e meu CPF e vou fazer minha carteira. Daí eu vou conseguir um trabalho para mim.

E: Mas para ti, quando você fala de trabalho, o que acha no geral?

Ah eu acho bom, tipo, também que aqui a gente tem que ter um trabalho, tipo ficar nessa rotina sem fazer nada o dia todo... eu para mim acho bom estar estudando, trabalhando... pelo menos saio um pouco daqui sabe, sei lá, vou ficar num espaço sem estar junto com pessoas que eu vejo todo dia, sabe. (J6).

Essa valoração do trabalho também é visível em uma grande parcela da classe trabalhadora, conforme pesquisa realizada por Yasbek (1993, p. 97) com usuários dos programas de assistência social:

Nas experiências relatadas delimitam-se dois significados para o trabalho: meio de “ganhar a vida” e ascender socialmente, num quadro de restrições e carências, e atividade cujo valor ético lhes confere a dignidade pessoal de trabalhadores. Embora encontrem dificuldades objetivas para obter trabalho e tenham em comum uma inserção social caracterizada pela exclusão, todos se referenciam ao trabalho como lógica e como ética organizadora de suas vidas.

O trabalho, mesmo na maioria das vezes mal-remunerado, significa uma virtude moral, uma afirmação pessoal e social. Ele é visto como um valor positivo, a partir de uma concepção moral que requalifica as relações de trabalho sobre o capital. De acordo com Sartre (1996, p. 67), “O valor moral atribuído ao trabalho compensa as

desigualdades socialmente dadas, na medida em que é construído dentro de outro referencial simbólico, diferente daquele que o “desqualifica” socialmente”.

O valor do trabalho se define dentro de uma lógica em que conta não apenas o rendimento, mas o benefício moral da própria atividade e das relações construídas no espaço de trabalho, conforme relata um jovem da instituição:

Sobre “trampá” eu acho bom o trabalho... fora o dinheiro, a gente tem que gostar de trabalhar.

E: O dinheiro para ti é bom?

É bom! Mas não é só por causa do dinheiro. Acho que a chefe ajuda bastante, no meu caso... e também amigos, é porque eu tenho amigos lá... nossa, faltou alguns dias assim daí tem que ir lá ver eles, trabalhar e tal. (J3).

Trabalho é bom porque ele define a pessoa assim, numa base de igualdade na sociedade, tipo fica classe média geralmente quem está trabalhando já a bastante tempo...e desigual também porque é muita pouca vaga de trabalho, tem muito poucos cursos... a maioria que ta nas ruas aí é tudo pessoal que não tem como ter uma situação escolar boa. (J1).

Para os jovens, o trabalho é também a expectativa de novos projetos, de planos para uma ascensão tanto econômica como social. Através do trabalho o jovem constrói a ideia de uma autonomia financeira, mas também a imagem de jovem trabalhador, esforçado e bem visto pela sociedade.

4.3 AS PERSPECTIVAS: CULTURA, POLÍTICA E TRANSFORMAÇÃO.

Este item tem como finalidade apresentar a compreensão dos jovens enquanto sujeitos políticos, quais suas expectativas em relação à sua responsabilidade e participação social, como interpretam o tema da cultura e da política no seu cotidiano.

O significado de cultura, por ser muito amplo, não possui uma definição única. Mas pode-se dizer, de uma forma geral, que a cultura está relacionada com a vida em sociedade, ela é resultado do meio social. “O estudo da cultura assim compreendida volta-se para as

maneiras pelas quais a realidade que se conhece é codificada por uma sociedade, através de palavras, idéias, doutrinas, teorias, práticas costumeiras e rituais” (SANTOS, 1994, p. 41). Dessa forma, o conceito de cultura abrange conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto inserido na sociedade.

As preocupações com a cultura surgiram tanto em relação ao progresso da sociedade quanto para legitimar a dominação colonial. Tinha-se o interesse de entender os povos e nações dominadas, pois eram esses os novos mercados consumidores da Europa do século XIX.

Assim a moderna preocupação com cultura nasceu associada tanto à necessidade do conhecimento quanto às realidades da dominação política. Ela faz parte tanto da história do desenvolvimento científico, quanto da história das relações internacionais de poder (SANTOS, 1994, p. 31).

A ideia de uma linha de evolução única para as comunidades humanas é uma concepção falsa, ligada a interesses individuais, sendo também fonte de preconceito e discriminação raciais. Cada cultura possui características específicas, sendo impossível compará-las e hierarquizá-las. “Não há superioridade ou inferioridade de culturas ou traços culturais de modo absoluto, não há nenhuma lei natural que diga que as características de uma cultura a façam superior às outras” (SANTOS, 1994, p. 17).

Mas o próprio autor comenta que existe, no entanto, processos históricos que as relacionam:

As culturas e sociedades humanas se relacionam de modo desigual. As relações internacionais registram desigualdades de poder em todos os sentidos, os quais hierarquizam de fato os povos e nações. Este é um fato evidente da história contemporânea e não há como refletir sobre cultura ignorando essas desigualdades. É necessário reconhecê-las e buscar sua superação. (SANTOS, 1994, p. 18).

A cultura é uma construção histórica, ou seja, não é algo natural, decorrente das leis biológicas ou físicas, mas pelo contrário, é produto coletivo da vida humana. E por esse motivo ela está em constante movimento, constante mudança. Conforme Santos (1994, p. 50), “É uma dimensão dinâmica, criadora, ela mesma em processo, uma dimensão fundamental das sociedades contemporâneas”. Pode-se dizer que a

cultura é essa diversidade que se desenvolve em processos históricos múltiplos, que identifica e também diferencia os grupos humanos entre si. Conforme explica Arantes (1990, p. 26), “Pertencer, a um grupo social implica, basicamente, em compartilhar um modo específico de comportar-se em relação aos outros homens e à natureza”.

A cultura não é um fato isolado na vida do ser humano, pelo contrário, ela está nas ações cotidianas, em todas as formas de relações, seja no âmbito privado como público. A sociedade é constituída de códigos e convenções simbólicas, conforme comenta Sarti (2004, p. 118): “Sabemos que não há realidade humana exterior à cultura, uma vez que os seres humanos se constituem em cultura, portanto simbolicamente”.

A interpretação desses códigos e símbolos das ações cotidianas varia de um grupo para outro, pois cada grupo interpreta diferentemente as suas múltiplas linguagens e concepções de mundo. A comunicação e as diversas formas de expressão também fazem parte desse processo cultural, sendo a própria linguagem produto desse processo. “O homem tem despendido grande parte de sua história na Terra, separado em pequenos grupos, cada um com sua própria linguagem, sua própria visão de mundo, seus costumes e expectativas” (LARAIA, 2004, p. 72).

O campo da cultura formula uma maneira de traduzir o mundo, de dar um significado próprio a ele. Assim, os valores de ordem moral, as crenças, os diferentes comportamentos sociais são resultados dessa herança cultural. Mas para compreender esses valores é necessário analisar também o contexto econômico e social em que estão inseridos:

[...] para se entender o significado mais amplo dos fenômenos que expressam os valores, normas e ideias que estruturam e dão sentido às experiências vividas pelos homens, nas sociedades chamadas complexas, é necessário vê-los em sua relação com as estruturas mais amplas de dominação que constituem esta sociedade, buscando nuances, os matizes e as especificidades que dão significado a esta relação, sem reduzi-la à mera reprodução ou transformação da dominação (SARTI, 1996, p. 25).

A atenção à cultura e o domínio do conhecimento, estão associados às relações de poder de uma sociedade. Quem possui o conhecimento, o homem “culto” tem um grande poder em relação aos demais. Esse é um privilégio de uma pequena porcentagem da

população, principalmente em relação a países dependentes como o Brasil.

Isso é particularmente importante quando se considera as mazelas culturais de um povo como o nosso, como por exemplo, o analfabetismo, o controle do conhecimento e seus benefícios por uma pequena elite, a pobreza do serviço público de educação e de formação intelectual das novas gerações. (SANTOS, 1994, p. 82).

A cultura é um forte instrumento de poder, da influência e até da manipulação através da ideologia. Quando se trata de uma relação de poder, sempre existe um grupo dominante que mantém uma hegemonia⁵¹ ideológica e um grupo dominado que recebe e absorve essa ideologia. Santos(1994, p. 86) traz importantes esclarecimentos sobre esta questão:

A cultura, como temos visto, é uma produção coletiva, mas nas sociedades de classe seu controle e benefícios não pertencem a todos. Isso se deve ao fato de que as relações entre os membros dessas sociedades são marcadas por desigualdades profundas de tal modo que a apropriação dessa produção comum se faz em benefício dos interesses que dominam o processo social. E como consequência disso, a própria cultura acaba por apresentar poderosas marcas de desigualdade.

⁵¹ Em um estudo realizado por Acanda (2006, p. 179) sobre o pensamento de Gramsci, o autor traz uma importante compreensão sobre a hegemonia: Uma classe ou grupo pode exercer seu domínio sobre o conjunto social porque não apenas é capaz de impor esse domínio, mas também de fazer os demais grupos sociais aceitarem-no como legítimo. Seu poder se fundamenta em sua capacidade de dirigir toda produção espiritual para a consecução de seus interesses. O conceito de hegemonia em Gramsci ressalta a capacidade da classe dominante de obter e manter seu poder sobre a sociedade pelo controle que mantém sobre os meios de produção econômicos e sobre os instrumentos de repressão, mas principalmente, por sua capacidade de produzir e organizar o consenso e a direção política, intelectual e moral dessa sociedade. A hegemonia é, ao mesmo tempo, direção ideológico-política da sociedade civil e combinação de força e consenso para obter o controle social.

Com a influência neoliberal, muitas características peculiares de cada povo estão rapidamente se homogeneizando, perdendo justamente o que há de mais valioso, a sua singularidade. A era da internet, ao mesmo tempo em que aproximou diferentes povos e nações, também tem contribuído, através do consumo de massa, para a padronização de gostos, de estilos, de comportamentos.

Essa influência é visível, entre uma grande parcela de jovens influenciados pela cultura “teen” norte-americana, na alimentação “fast food”, nas músicas, nas vestimentas e até mesmo nos filmes e programas de TV.

Para os jovens entrevistados, a cultura se mescla com o lazer e o esporte. A visão de cultura está voltada para uma atividade lúdica, prazerosa, mas também sem comprometimento ou envolvimento que ultrapasse suas horas livres. Para eles cultura significa assistir a um filme, ouvir música, assistir ao jogo de futebol ou até mesmo ficar em casa sem fazer atividade alguma.

Eu gosto de sair, de dormir, comer...

E: E o que você gosta de fazer quando sai?

Gosto de ir no cinema.

E: Que tipo de filme?

Terror, comédia e romance. (J8).

Pô, surfar, jogar bola, só.

E: Acabou?

Acabou, não gosto de fazer mais nada. Ficar no “PCzinho” às vezes pá. (J5).

Eu até pouco tempo tava surfando, mas começou a ficar muito frio... tô quase desistindo, mas...(risos).

E: (risos) mas não tem as roupas?

Tem a “longue” mas não gosto de usar. Não entendi muito bem a pergunta.

E: O que você gosta de fazer? Filme, música, atividades, dança, etc..

Ah, quanto à música eu sou eclética.

E: O que você gosta de fazer quando tem um tempo livre?

Ah, eu gosto de escrever ou então ficar lendo...

E: Um diário assim?

Aham. Às vezes eu escrevo música, essas coisas assim.(J6).

Para esses jovens, a cultura também está relacionada a um horizonte imediatista, voltado para o consumo, e não como uma forma de desconstrução da alienação e visão mais crítica de mundo. Mas, até mesmo enquanto consumidores, esses jovens não alcançam uma plena satisfação, devido à baixa renda (quando possuem alguma renda). Dessa forma, o horizonte deles se torna extremamente limitado, reduzido ao descanso e atividades de fácil acesso como, por exemplo, assistir à TV.

Mas essa não é uma realidade apenas dos jovens entrevistados, também aparece na análise realizada por Baran e Sweezy (1966, p. 343) sobre a sociedade norte-americana:

Essa propensão a não fazer nada teve um papel decisivo na determinação dos tipos de entretenimento proporcionados para preencher as horas de lazer – durante as noites, nos fins de semana e feriados, durante as férias. O princípio básico é que qualquer coisa apresentada – leituras, cinema, programas de rádio e TV – não deve fazer exigências indevidas aos recursos intelectuais e emocionais do público: a finalidade é proporcionar “distração”, “relaxamento”, “bons momentos” – em suma, uma diversão absorvida passivamente.

O lazer é atividade social e historicamente condicionada pela vida material, é uma necessidade formada pela dinâmica capitalista, período em que o trabalhador tem para descanso, repondo suas forças para o trabalho. Além disso, é o momento de consumir os produtos produzidos pelo mercado.

O lazer está submetido à lógica do projeto neoliberal. Através do fetiche do consumo, o trabalhador tem a ideia da divisão entre o momento do trabalho e o da diversão, alegria e prazer; relacionando diretamente com a compra de produtos que são oferecidos com essa finalidade. Costa (2004) explica o motivo que leva os indivíduos a se deixarem seduzir pelo consumo. Para ele, isso não se dá apenas por influência da propaganda e do marketing, mas acontece porque esse hábito atende às reais necessidades psicossociais. “Os indivíduos não

são fantoches manipulados pela propaganda, como se costuma pensar. Se grande parte deles se deixa persuadir pela propaganda é porque, em certa medida, encontra na posse dos objetos industriais um meio de realização pessoal” (COSTA, 2004, p. 79).

Na atualidade, o consumo é justificado pela moral do prazer, baseada na satisfação corporal e das sensações. Costa (2004) irá explicar que a forma do indivíduo se sentir “satisfeito” é variada, mas um dos propósitos fundamentais e constantes da existência humana é obter prazer e evitar a dor. Isso não significa que antigamente não havia satisfação com o prazer físico, mas o que mudou é o valor que se atribui a essas sensações na constituição das subjetividades. Segundo o autor, “Esse valor foi enormemente inflacionado e veio a se tornar um ponto de apoio privilegiado na constituição das identidades pessoais” (COSTA, 2004, p. 81).

Na busca pelo prazer sensorial, que possui uma duração mais curta do que o sentimental, o indivíduo satisfaz sua necessidade através da constante compra de objetos que, por terem uma vida útil curta, tornam-se semelhantes aos objetos consumíveis, pela rapidez com que os adquire e também os descarta. Jurandir Freire Costa (2004, p. 84) explica que:

[...] o impulso para comprar objetos, de fato, se fortaleceu à medida que nos tornamos mais dependentes deles para ter prazer. A insaciabilidade por compras se acentuou porque o ideal de prazer hegemônico fez do objeto a via real da satisfação pessoal.

Dessa forma, pode-se dizer que o indivíduo cria desejos artificiais, baseados nos produtos oferecidos pelo mercado, no intuito de satisfazer de forma imediata suas necessidades físicas, mas também psicológicas. O lazer torna-se então um tipo de mercadoria.

Importante esclarecer que tempo livre não é sinônimo de lazer. O tempo livre do trabalho é muitas vezes direcionado a uma capacitação profissional ou um segundo emprego; no caso do desemprego, ele não é uma escolha, mas a falta dela.

O lazer é o tempo para a interação, para a socialização, para o coletivo, mas também para a individualidade (e não individualismo).

Para a juventude, o lazer tem uma especial conotação, pois é esse o momento das relações, principalmente entre os próprios jovens, da formação de grupos, das tribos, da construção de uma identidade.

É principalmente nos tempos livres e nos lazeres que os jovens constroem suas próprias normas e expressões culturais, ritos, simbologias e modos de ser que os diferenciam do denominado mundo adulto. No contexto de menor controle de gerações adultas, os jovens elaboram subjetividades coletivas em torno de culturas juvenis. (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008, p. 176).

O momento do lazer, se bem aproveitado, pode ser um espaço para o jovem desenvolver suas habilidades naturais, sua criatividade, de forma lúdica e prazerosa, direcionando esse tempo para atividades que despertem as suas diversas potencialidades e, também, através da relação com outros jovens, desenvolva e fortaleça os valores de sociabilidade e altruísmo.

[...] é preciso considerar o lazer como tempo sociológico no qual a liberdade de escolha é elemento preponderante e que se constitui, na fase da juventude, como campo potencial de construção de identidades, descoberta de potencialidades humanas e exercício de inserção efetiva nas relações sociais. Assim considerado, o lazer pode ser espaço de aprendizagem das relações sociais em contexto de liberdade de experimentação. (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008, p. 176).

Com relação à lei, o direito ao lazer ainda é visto pelo Estado como algo supérfluo, já que o primordial é a preparação e inserção ao mercado de trabalho, tanto para jovens como para adultos. A Constituição Federal cita de forma extremamente simplificada e superficial, no Art. 217º, SS 3º - “O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social”.

Da mesma forma, em se tratando de crianças e adolescentes, a atenção dada ao lazer também é generalizada, sem um comprometimento mais específico por parte do Estado. No Estatuto da Criança e do Adolescente, apesar do capítulo IV ser direcionado ao Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, os três últimos termos só são citados em um único artigo: “Art. 59º – Os Municípios com apoio dos estados e da União estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude”.

Grande parte dos jovens entrevistados não conhece nenhum espaço público de lazer e nem de esporte voltados para a juventude. Em alguns casos, comentam sobre atividades na própria escola (somente para alunos) ou em centros comunitários, mas que costumam ser direcionadas para crianças ou para a comunidade em geral.

Segundo os autores Brenner, Dayrell e Carrano (2008), os espaços públicos voltados à juventude são de extrema importância para a sociabilidade dos mesmos, significando uma alternativa público-democrática capaz de promover o reconhecimento da alteridade.

Nos espaços de lazer, os jovens podem encontrar as possibilidades de experimentação de sua individualidade e das múltiplas identidades necessárias ao convívio cidadão nas suas várias esferas de inserção social. As diferentes práticas de experiência coletiva em espaços sociais públicos de cultura e lazer podem ser consideradas como verdadeiros laboratórios onde se processam experiências e se produzem subjetividades (BRENNER; DAYRELL, 2008, p. 177).

Apesar da dificuldade encontrada pelos jovens em possuir em espaço coletivo de lazer, está explícita a vontade de fazer atividades voltadas para as artes ou para o esporte:

Gosto de limpar meu quarto, pintar e dançar. É que às vezes eu peço para a Juliana imprimir uns desenhos, daí eu pego, pinto... tem um monte de desenho colado na minha parede. Quando eu pinto me sinto num mundo novo, as cores me libertam. Também gosto de dançar Funk, eu gosto de dançar um pouco de tudo. Na escola nós estamos fazendo aula de dança. (J9).

Eu sempre fui focada no teatro, né? Alguma coisa que eu poderia fazer quando estivesse de folga, uma vez por semana seria um cursinho de teatro. Nem que eu tenha que ficar dois anos fazendo, um dia da semana. Uma vez eu queria fazer, daí em vez de eu ficar de folga aqui sem fazer nada tinha uma coisa para fazer lá fora. (J4).

Jogar bola, jogar videogame... ir na igreja, é cultural, né? Que mais... sair com os amigos às vezes, ir para shows. Eu tô indo mais em show de

rock agora. Eu fui só uma vez na vida em balada...mas rock eu tô indo bastante agora. [...] Xadrez, agora não tô pegando no xadrez mais... ping pong, que eu jogava quando eu era pequeno e lembro assim sabe... eu e meu amigo estávamos pensando em comprar umas “bulicas” e brincar de “bulica”, muito antiga assim. (J3).

Bah, não sei...mas eu gosto de dançar. Não sei dançar, mas eu gosto. Eu também gosto de ler, eu amo ler.

E: Que tipo de leitura você gosta de ler?

Romance. Só que não é só romance, eu gosto de ler também ficção, só que eu não gosto de ler aquelas coisinhas chatas tipo livro espírita, gosto de ler coisas com emoção mesmo.

E: Tem alguma atividade cultural que você gostaria de fazer e por alguma situação não está fazendo?

A eu queria fazer judô, karatê. Eu até ia conversar com a Carol para ver se ela nos dá umas aulas. Porque eu gosto queria fazer essas coisas, só que não sei se eles deixam fazer aqui. Eu falei para a Sabrina, a gente podia fazer uma aula de dança, e ela disse “nós já estamos vendo isso”, e nunca mais tocou no assunto.

E: E que tipo de dança você iria gostar de fazer?

Não sei... qualquer uma.

E: Você conhece algum espaço ou uma atividade cultural voltada para jovens na comunidade?

Não to sabendo, quase nem conheço, to a seis anos aqui e nem conheço direito.

E: Você veio de outra cidade.

Sim, de XXXX.

E: E você lembra de ter alguma atividade por lá.

Aquilo lá, Meu Deus, é bem pior.

E: Agora você está surfando?

Oh, tô surfando... só que não tô muito bem e tô faltando um monte. (J7).

Percebe-se, através das entrevistas, a falta de incentivo pelo poder público tanto na área do lazer como dos esportes. Esse fato aparece também nas pesquisas realizadas por Abramovay e Brenner et.al, que mostram ainda que, quanto mais pobre o bairro, menos opção de lazer oferece.

A vida na periferia impõe uma existência marcada pela rotina, com graves limitações às atividades de lazer, seja pelas precárias condições de infraestrutura das cidades, seja em virtude da falta de dinheiro. De fato, esses jovens contam com poucas possibilidades de diversão, de praticar esportes e de utilizar, de maneira geral, a sua criatividade. (ABRAMOVAY, 1999, p. 49).

Existe, na sociedade em geral, uma preocupação com a ociosidade dos jovens, e o período de lazer é visto de certa forma com algo perigoso, pois pelo senso comum, jovens que têm tempo livre acabam se envolvendo em problemas, brigas, uso de drogas, etc.. Nesse sentido, há um interesse grande em atividades no horário oposto ao da escola, realizado principalmente por ONGs:

A busca do controle dos lazes juvenis faz parte da história de Estados e organizações sociais preocupados com o que comumente foi e ainda é considerado como tempo social potencialmente negativo e, em geral, pensado em oposição ao trabalho, este entendido como tempo de positividade no que se refere à formação humana. (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008, p. 176).

O tempo livre não deve ser o tempo ocioso, principalmente para jovens que estão fisicamente e psiquicamente repletos de energia e vitalidade. Essa preocupação com o tempo livre não pode se restringir apenas à prevenção da violência, mas se tornar um momento de construção de novos saberes, novas relações, descoberta de aptidões, de incentivo à arte, à cultura e ao esporte como direitos plenos de cidadania.

Retomando o tema inicial da cultura, esta possui um significado muito mais amplo do que apenas o momento de lazer. A cultura é apontada por Gramsci como um dos elementos fundamentais na

organização das classes subalternas; segundo ele, ela é capaz de formar uma vontade coletiva, contrapondo-se às concepções de mundo oficiais.

A cultura pode ser uma forma de oposição ao senso comum, conforme Simionatto (2009, p. 6). Ela se apresenta como elemento central na construção da hegemonia, na conquista do consenso e da direção político-ideológica por parte das classes subalternas.

Os espaços públicos para as atividades culturais tornam-se fundamentais no processo de sociabilidade dos jovens, na troca de experiências e conhecimentos, na diversidade cultural. A universalização da cultura e do domínio do conhecimento são instrumentos de suma importância para a desalienação e conscientização da juventude contra as diversas relações de discriminação e também dominação.

Os espaços de cultura e lazer, em todas as suas potencialidades, se colocam na perspectiva do direito. Falar em direito cultural implica criar condições de produção cultural, esta compreendida como acesso a produtos, informações, meios de produção, difusão e valorização da memória cultural coletiva. Espera-se que uma política pública democrática neste âmbito seja capaz de promover cidadania cultural que amplie a capacidade crítica dos jovens ante a tendência de indústrias culturais de homogeneizar e reforçar guetos de identidade. (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008, p. 177).

Da mesma forma, a política também é de extrema importância na vida social. O termo política⁵² tradicionalmente significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que faz parte da sociedade, o que é social, público, urbano e coletivo. A política abrange então as relações entre grupos humanos desde classes específicas, povos e até mesmo nações.

A atividade política implica na participação de amplos setores da sociedade, de forma consciente e organizada. “Atuando politicamente, os indivíduos defendem os interesses comuns do grupo social respectivo nas suas relações com o Estado, com outras classes ou com outros povos” (VAZQUEZ, 2004, p. 93).

⁵² Segundo Bobbio et. al (2004), o termo política tem seu significado na palavra grega pólis (politikós).

Na política, o indivíduo atua perante uma função coletiva e sua ação diz respeito a um interesse em comum. “A política inclui também a atividade das classes ou dos grupos sociais através das suas organizações específicas – partidos políticos – orientadas para consolidar, desenvolver, derrubar ou transformar o regime político-social existente”. (VAZQUEZ, 2004, p. 92),

O homem, enquanto ser social, atua ao mesmo tempo moral e politicamente, pois se relaciona constantemente, tanto na esfera da vida privada como na pública. De acordo com Vazquez (2004, p. 96), “o homem não pode renunciar à moral, porque esta corresponde a uma necessidade social; assim também – pelo menos num futuro previsível – não pode renunciar à política, porque esta responde igualmente a uma necessidade social”. Segundo o autor, deve existir uma concordância entre moral e política, sem renúncia de uma em relação à outra.

Apesar da moral e da política serem fundamentais na vida dos indivíduos, isso não significa que estejam sempre em conformidade uma com a outra. Existem situações em que elas se distanciam entre si, ou seja, pode haver ações morais que são apolíticas ou ações políticas que são amorais. Isso significa dizer que o critério pelo qual se julga como boa ou má uma ação política é diferente do critério utilizado para julgar uma ação moral⁵³.

Enquanto o critério segundo o qual se julga uma ação moralmente boa ou má é a do respeito e uma norma cuja preceituação é tida por categórica, independentemente do resultado da ação (“faz o que deves, aconteça o que acontecer”), o critério segundo o qual se julga uma ação politicamente boa ou má é pura e simplesmente o do resultado (“faz o que deves, a fim de que aconteça o que desejas”). (BOBBIO et. al., 2004, p. 961).

A política, entendida como práxis humana está estreitamente ligada ao conceito de poder⁵⁴, como meio de domínio sobre outros

⁵³ Essa visão da política foi trazida por Maquiavel em sua obra “o Príncipe”.

⁵⁴ Segundo Bobbio et. al. (2004, p. 955), podem-se distinguir três grandes classes no âmbito do conceito de poder. Estas classes são: o poder econômico – quando um sujeito econômico se vale da posse de certos bens, para induzir aqueles em piores situações econômicas (que não possuem bens) a ter uma determinada conduta; o poder ideológico – se baseia na influência de ideias formuladas de um determinado modo, expressas em certas circunstâncias, por pessoa com certa autoridade e difundidas por determinados meios, influenciam

homens⁵⁵. Segundo Sousa (2005), a sociedade moderna legitimou o conceito de política como uma atribuição profissional que ocorre no espaço institucional, com uma administração própria, que representa a cidadania nas sociedades democráticas. “Desenvolvida na lógica da divisão social do trabalho, a política foi consagrada ao longo dos tempos como uma conquista pelo seu campo de conhecimento da sociedade e pelos seus efeitos práticos de proteção” (SOUSA, 2005, p. 300).

O poder da política, representado pelo poder do Estado, é a coletividade em seu mais alto grau de expressão e de potência. Contudo, o que muitas vezes acontece é o sujeito político usar de sua autonomia para conseguir vantagens individuais, favorecendo pequenos grupos, ao invés de atuar para o bem coletivo.

Com relação aos jovens, quando se indagou a opinião deles sobre esse tema, a primeira reação foi um olhar de reprovação à pergunta realizada.

A grande maioria dos entrevistados disse detestar política e a relacionam apenas com partidos políticos e atos de corrupção:

Odeio política. De bom na política... acho que não. De ruim é corrupção, é falcatura, ah, tá louco... eles roubam o povo. Acho que eles pensam que a gente é bicho. (J7).

Eu não gosto de política. Eles são muito mentirosos. Eles falam uma coisa daí todo mundo vai lá e vota neles, os moradores de rua que podem votar, as pessoas creem que vai acontecer aquilo, vão lá e votam, depois se indignam, porque eles só mentem, porque em vez de investir o dinheiro na população eles pegam o dinheiro só para eles, por isso que eu não gosto. (J9).

na conduta de outras pessoas; e o poder político – se baseia na posse dos instrumentos mediante os quais se exerce a força física, institui e mantém a sociedade desigual dividida entre ricos e pobres, sábios e ignorantes, fortes e fracos, superiores e inferiores.

⁵⁵ [...] a definição do poder como tipo de relação entre os sujeitos tem de ser completada com a definição de poder como posse dos meios (entre os quais se contam como principais o domínio sobre os outros e sobre a natureza) que permitem alcançar justamente uma “vantagem qualquer” ou os “efeitos desejados”. (BOBBIO et. al, 2004, p. 954).

Política eu não sei se existe coisa de bom não...tá, tem pessoas boas assim....eles fazem algumas coisas boas mas é muito poucos assim. Acho que é muito pouco do tanto de coisas que eles ganham. Coisa ruim é corrupção, corrupção das pessoas erradas lá no poder, acho que é isso assim. (J3).

Para os jovens, a política tem um significado extremamente pejorativo, é sinônimo de mentira, de atos ilícitos. Ela é vista apenas como politicagem, ou seja, a não preocupação com as questões da comunidade, apenas de interesses pessoais.

Essa é uma visão não só dos jovens entrevistados, mas constatada entre grande parte da juventude brasileira e também mundial, como demonstra Minayo (1999) no estudo realizado com jovens de escolas públicas e particulares no Rio de Janeiro. O descontentamento dos jovens cariocas em relação à política é o mesmo relatado na entrevista com os jovens em conflito com a lei. Expressões como “eu odeio política”, “político é tudo ladrão”, “é só safadeza” se tornam corriqueiras em suas falas.

Essa política rejeitada como uma totalidade é definida numa relação unívoca com os políticos e com as formas de exercê-la. É bem verdade que tal fenômeno não se constitui numa anomalia da juventude local, porque o mesmo processo de despolitização vem sendo constatado no mundo inteiro (MINAYO et. al., 1999, p. 205).

O voto, que é resultado de uma conquista política em processos históricos diferenciados, como é o caso das mulheres, dos negros e até mesmo dos jovens acima de 16 anos (onde o voto é facultativo), é visto pelos jovens com descaso e desinteresse. Nenhum demonstrou entusiasmo pelo fato de ter a oportunidade de votar. “No entanto, o que foi uma conquista, inclusive liderada pelo movimento estudantil secundarista “se liga 16”, para a maioria dos jovens entrevistados, é considerado um compromisso indesejado” (MINAYO et. al., 1999, p. 206). Esse desinteresse pela política está no fato de generalizar tudo que envolve política com a politicagem comentada anteriormente (corrupção, mentira, político mau-caráter) ao invés de relacionar o voto enquanto um direito democrático.

De bom nada, de ruim tudo. Eu se pudesse, nem votaria porque metade que vão lá para se escrever para ser...como é que é...ah, agora esqueci o

nome. A metade são corruptos aqueles políticos lá, eu, se eu pudesse não votava (J4).

Essa revolta com a política não é desprovida de razão, são sabidos e amplamente divulgados pela mídia, os diversos casos de corrupção realizados nos “bastidores” por políticos que sujaram a imagem de toda sua categoria. Mas a política é muito mais do que partidos políticos e políticos corruptos. O ato político, os movimentos e ações políticas são ferramentas de transformação social e não podem ser generalizados como “politicagem”. Viver em sociedade exige de cada indivíduo atitudes políticas constantes. As escolhas feitas em relação a um determinado fenômeno são sempre escolhas políticas, indiferente se essa ação será de adesão, repulsa ou indiferença, até mesmo o não agir ou o não opinar são também escolhas políticas.

A atividade política ultrapassa este plano pessoal, e, embora, na última instância, sejam os indivíduos reais os que tomam parte conscientemente na política, seus atos individuais somente adquirem sentido político na medida em que se integram na ação comum ou coletiva do grupo. (VAZQUEZ, 2004, p. 93).

A juventude historicamente tem um papel importante na política, tanto no Brasil como em toda América Latina. Em se tratando dos jovens do século XXI, em um primeiro olhar superficial, dir-se-ia que a juventude está despolitizada, acrítica, sem interesse pela política e lutas sociais. Mas esse é um olhar precipitado, sem dúvida a realidade política hoje é muito diferente das décadas de 1970 e 1980, e o envolvimento nos partidos políticos pela juventude já não é mais tão expressivo como nas décadas anteriores. O discurso e as lutas sociais são outras, mas isso não significa que a nova geração não tenha um olhar crítico sobre as questões atuais. Como bem salienta Sousa (2005, p. 317):

Valores de organizações hierarquizadas e centralizadas não fazem mais a “cabeça” de muitos jovens, mais o modo de vida e, ainda, suas dificuldades classistas, matizadas pelas inúmeras demandas que colocam em questão a vida urbana, a forma do trabalho, a degradação ambiental, etc, preponderando como as mais relevantes. Os jovens, na última década, perceberam para onde aponta o pêndulo da participação. Mudou o tempo, mudaram as utopias e são as diferentes

situações sociais que conduzem a participação dos jovens junto a diversos tipos de movimentos.

Os relatos mostram a triste realidade social em que vivem os brasileiros, desilusão com seus representantes políticos, desarticulação social, o não reconhecimento enquanto sujeitos de direitos. Que tipo de motivação teria esses jovens, privados de liberdade, cumprindo medida socioeducativa? Algumas falas demonstram uma visão crítica do atual momento brasileiro, onde o individualismo e o distanciamento entre as pessoas desarticulam e enfraquecem qualquer movimento em busca de mudanças sociais.

E: E você acredita que os jovens podem mudar o mundo, que podem fazer uma mudança no Brasil ou na nossa cidade? Você acha que os jovens têm poder de mudar as coisas, ou não?

Como cara? Não, eu acho que não. Porque os “chefão” tão tudo lá na política, né? (J5).

E: E você já ouviu falar em ato político? “Jovens que fizeram um ato político?”, Tiveram uma “atitude política”?

Não.

E: Já ouviu falar em manifestações, protestos?

Já.

E: E você acha que os jovens devem participar?

Acho que não porque... eu não sei dizer.

E: Você acha que a juventude teria condições de mudar a realidade do Brasil, do mundo?

Não sei... acho que não. (J9)

E você já ouviu falar em ato político? “Jovens que fizeram um ato político?”, Tiveram uma “atitude política”?

Não.

E: E já ouviu falar em “teve uma mobilização”, “uma paralisação sobre determinado assunto”, “teve um evento para discutir tal tema”

Já ouvi na televisão, mas nunca participei de nada. (J8).

Apesar do pouco envolvimento coletivo, é possível perceber nas suas falas e ações cotidianas uma visão crítica de mundo, um sentido de justiça social, a preocupação com o outro, conforme relatos anteriores. Sousa (2005) comenta a importância de identificarmos no cotidiano da juventude esse envolvimento político, hoje diferente dos conceitos de política das décadas anteriores:

A configuração que vem adquirindo a participação política juvenil obriga a colocação de uma lente sobre os elementos que constituem o agir político na modernidade, para qualificarmos o debate sobre o que os jovens querem, o que pretendem e de que modo agem para mudar o mundo. (SOUSA, 2005, p. 300).

A juventude contemporânea tem sua forma específica de envolvimento político, demonstra não querer mais para a sua realidade a política na esfera institucional, mas não menos comprometida com o coletivo. O que aparentemente pode parecer uma apatia social é, pois, uma forma passiva de fazer política. Hoje o foco está voltado mais às questões cotidianas onde esses jovens são diretamente envolvidos, como a greve na escola ou o trabalho de consciência ecológica no seu bairro ou comunidade, conforme mostra o relato de dois adolescentes:

E: E você já ouviu falar em participar de um ato político, ter uma atitude política?

Não, só partido político.

E: Você já ouviu falar em manifestação na escola, movimento estudantil, essas coisas assim?

Sim, eles até convidaram para ir numa manifestação sobre a greve, mas era só para maiores de idade. Eu não podia porque era de menor, mas também acho que eu não iria.

E: Você acha que os jovens devem participar desses atos políticos?

Eu não gosto desse nome, cara.

E: Digamos, esses movimentos, essas manifestações, você acha que o jovem deve participar?

Olha, eu acho que sim, um movimento que eu apoio mesmo é “salve o verde” ou coisa assim,

esse é um que eu participaria. Tá louco, a gente tá só destruindo o planeta, a gente tem que se ajudar.

E: Você acha que os jovens podem mudar a realidade do país ou do mundo?

Se todo mundo se unir e cada um fizer a sua parte, pra ajudar, agora não, tipo às vezes até eu penso assim... jogo um papel e penso “joguei no chão, eu devia ter guardado para jogar no lixo”, mas daí eu penso assim “ah, o que adianta, só eu vou jogar no lixo e olha o tanto de papel que tem aí no chão”, daí já não faço a minha parte. Mas é assim, se todo mundo “fazer” a sua parte, a gente vai longe. (J7).

E: Na tua opinião, você acha que os jovens deveriam participar dessas manifestações?

Sim, deveriam. Deviam mais. Porque daí tipo assim, porque só os professores vão lá daí parece, ah os alunos interessados, a população em geral.... que o filho vai ter o pai, é claro, vai ter a mãe também né, se eles mais cooperassem assim, acho que a coisa seria mais rápida...o governo “nossa, muita gente” e tal.... eles vão pensar nos seus eleitores, né?

E: Você acredita que a juventude pode mudar o mundo? Que ela tem o poder de mudança?

Sim. Não só a juventude né, todos, mas a juventude sim sim. Jovem pensam coisas novas...não que os velhos não pensem, hehehe....mas é eles que tem umas ideias boas. Sim, mudariam sim. Só que tem alguns não sabe, tem um percentual que não daria certo. É que tem uns que tão voltados com a cabeça, tipo não querem fazer nada daquilo porque não é interesse deles. Tem bastante gente que quer fazer mas não tem oportunidades as vezes. As vezes lá no colégio eu escuto “ah vai ter não sei o que lá” daí falam, daí vai e não tem sabe, daí já perde a vontade de ir e tal. (J3).

A juventude tem demonstrado que a política não precisa ocorrer apenas em espaços institucionais, parlamentares ou aparelhos políticos, mas também nas ações diárias, nos espaços de trabalho, estudo, lazer e

culturais, cuja postura política seja orientada pelo exercício de valores éticos e de práticas de convivência coletiva.

O caráter político-educativo valoriza a raça negra, incentiva o aspecto reivindicatório por melhores condições de vida, numa movimentação visível do retorno do jovem como ator político – cria um território crítico de ação simbólica e cultural, descobrindo-se socialmente por meio da arte, produzindo uma identificação própria como sujeitos políticos. (SOUSA, 2005, p. 305).

Dessa forma, na concepção de Gramsci, pode-se afirmar que cultura e a política relacionam-se entre si, na perspectiva de transformação social, tanto na forma de aceitação como de contestação das relações de poder existentes na sociedade.

O envolvimento da juventude, tanto na cultura como na política, torna-se uma oportunidade desses jovens serem protagonistas de suas próprias histórias e não meros espectadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrer o trajeto da pesquisa que elegeu como propósito conhecer os valores éticos e as referências morais da juventude em conflito com a lei, possibilita-nos tecer algumas considerações. Objetivou-se com esse estudo contribuir para uma maior reflexão a respeito do tema, no intuito de desmistificar preconceitos.

Importante salientar a dificuldade encontrada em conciliar as exigências acadêmicas com o propósito de conferir protagonismo à fala dos jovens. Reconhece-se que este objetivo não foi totalmente atingido pelos limites dos instrumentais de pesquisa utilizados e também pela delicada construção teórica e ética que uma pesquisa dessa natureza enseja. Mas, acredita-se que essa pesquisa, até aonde ela foi capaz de chegar, possibilitou uma aproximação com a realidade desses jovens, de maneira a não vitimizá-los muito menos “demonizá-los”, apenas trazer suas interpretações objetivas, mostrando alguns de seus valores e compreensões.

Esses jovens estão inseridos em um sistema que determina como devem se comportar, que atitudes devem ter e, enquanto autores de ato infracional, maior cobrança e controle de suas ações para que possam reconquistar a tão esperada “liberdade”. Demonstram em seus relatos o quanto o cerceamento do direito a transitar livremente pela cidade é uma pesada punição, ainda mais em uma fase da vida onde tudo é vivenciado de forma muito intensa.

Ainda são poucos os trabalhos acadêmicos que se preocupam em dar centralidade à fala desses jovens; por isso, a proposta desse estudo foi ouvi-los, compreender o significado que dão aos assuntos cotidianos, a importância para eles dos vínculos familiares, dos amigos, da formação escolar e também quais são as expectativas e planos profissionais. É nítido o valor dado para essas questões, está muito presente nos relatos a esperança de serem bem-sucedidos profissionalmente, muitos inclusive depositando suas esperanças em um curso superior. O sonho de construir uma família e o valor dado para a atual, indiferente das contradições existentes, é algo que chama a atenção. A importância da família, do respeito pelos seus integrantes, mas sobretudo a admiração e carinho pela mãe são mais fortes do que qualquer problema que possa existir no âmbito privado.

O destaque ao consumo enquanto elemento que vai além das necessidades biológicas, mas sim sociais e emocionais é um fato marcante em grande parte da sociedade, principalmente nas gerações mais recentes. A idéia de uma pessoa vencedora, bem-sucedida,

realizada, está fortemente relacionada com a possibilidade de possuir bens, de comprar, de ter a posse de fetiches da moda. Sabe-se que essa necessidade de consumir foi construída historicamente, associada à imagem de realização pessoal e reconhecimento social. Para a juventude em geral, o “ter” passa a ser uma necessidade, uma identidade em relação ao seu meio.

Percebe-se uma juventude pouco envolvida nas questões político-partidárias, ao invés disso uma rejeição muito forte a qualquer ato político institucionalizado. Não poderia ser diferente, com tantos escândalos envolvendo políticos corruptos. A política perde seu sentido mais amplo, o modo pelo qual os indivíduos regulam e ordenam interesses conflitantes, seus direitos e obrigações enquanto seres sociais; e torna-se sinônimo de mentira, corrupção, injustiça. Na política atual os direitos privados estão acima dos sociais, a política é usada apenas para a satisfação de um grupo exclusivo e não para o interesse coletivo.

O desinteresse da juventude em geral pela política não deve ser vista como alienação, mas sim um sinal de que essa geração não está interessada em manter um sistema que vem demonstrando seu fracasso, essa superficial “apatia” é também uma expressão política.

É explícito nos relatos a indignação com os problemas sociais enfrentados por eles, mostrando o quanto esses jovens sentem na pele o preconceito, o descaso e as injustiças, principalmente pela sua condição de pobreza. Quando o tema discutido é a justiça, fica evidente que ela não é a mesma para todos.

Os problemas sociais enfrentados em seus cotidianos são o impulso para uma ação política, seja na manifestação de greve na escola, seja nas reclamações e protestos por serem muitas vezes injustiçados, nas letras das músicas que escutam e também nas expressões artísticas.

Existe na juventude uma inquietude típica dessa fase da vida, uma insatisfação por tudo que há de conservador, de tradicional que, se alimentada e incentivada, facilmente se transforma em novas estratégias de mudança, de ação. Mas sem apoio nem uma referência, todo esse fogo interno disposto a transformar a realidade se apaga, tornando a juventude acomodada e também moldada pela ideologia capitalista. O jovem tem como característica o envolvimento, a motivação, a criatividade, a energia para provocar mudanças, mas para isso precisa apenas ser incentivado, apoiado.

O profissional de serviço social é também requisitado a oferecer resposta diante das distintas expressões da questão social que afeta a população juvenil, neste caso, mais especificamente, a que cumpre medida socioeducativa. É um profissional que possui ferramentas para o

desenvolvimento coletivo da classe trabalhadora, que tem como princípio a luta pela desconstrução de subalternidades e pela formação de consciência crítica.

Importante alertar que esse profissional deve estar atento para não repetir padrões de cunho funcionalista, com perspectivas de “ressocialização” da juventude em conflito com a lei, atitude ainda comum em diversas instituições de cumprimento de medida socioeducativa no Brasil e no mundo. Conforme expressa Abreu (2002 p. 21), referindo-se à postura do serviço social americano no período pós-guerra:

A assistência social nesses processos de organização da cultura vincula-se à necessidade inerente à reprodução do capital de reatualizar as práticas assistenciais imprimindo às mesmas um cunho “educativo ressocializador”, como mecanismos de controle social, acionados para obter a adesão e o consentimento das classes subalternas ao padrão de acumulação instaurado a partir de então.

É necessário primeiramente aprender a escutar o jovem, identificando quais seus verdadeiros sonhos e projetos para o futuro, conhecendo seus valores, o que realmente tem significado para eles, sem a pretensão de decidir por eles o que desejam para seus futuros, como se não possuíssem vontade própria. Acima de tudo, é respeitá-los enquanto sujeitos em formação, que possuem uma bagagem de conhecimentos familiar e comunitária, que não deve ser desqualificada nem dispensada.

Durante esse trajeto, através da observação desses jovens, percebem-se valores quase extintos na sociedade capitalista, como a compaixão e solidariedade, o respeito às diferenças, o companheirismo e um sentido forte de irmandade, de cuidado e proteção do outro. A amizade, identificada entre eles como os “brothers”, é um valor muito significativo, muitas vezes até mais forte que os laços familiares. Sentimentos esses pouco valorizados na sociedade atual.

Pode-se dizer que o profissional de serviço social possui uma função pedagógica enquanto fomentador e articulador das classes subalternas em prol da destruição da ideologia dominante que discrimina e explora um grupo em benefício de outro, e da construção de uma nova cultura que, segundo Abreu (2002, p. 28):

[...] a formação de uma nova cultura pelas classes subalternas só pode ser entendida no marco dos

processos revolucionários da sociedade capitalista, ou seja, do conjunto das transformações estruturais e superestruturais em que a ação política direta constitui o primeiro passo no sentido da auto-realização auto-transcendente das referidas classes.

Essa luta certamente não é restrita apenas a uma profissão, mas várias, que devem estar em constante interação, através da troca de conhecimento e saberes. Onde está o real envolvimento de profissionais enquanto mobilizadores e fomentadores dessa nova cultura? Qual a responsabilidade dos assistentes sociais, pedagogos, antropólogos, psicólogos, cientistas sociais e outras áreas afins, no incentivo e instrumentalização de uma consciência crítica, através de uma nova concepção de mundo e de vida?

Essas são algumas questões a serem pensadas enquanto profissionais, bem como trabalhar com essa juventude um protagonismo mais efetivo, que os envolva na transformação da sociedade em que vivem.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: **Retratos da Juventude Brasileira**: Análise de uma pesquisa nacional. ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ABROMOVAY, Miriam (et.al.). **Gangues, galeras, chegados e rappers**: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade Civil e Hegemonia**. Tradução de Lisa Stuart. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Cidadania**: do Direito aos Direitos Humanos. São Paulo: Acadêmica, 1993.

ARANTES, Antônio Augusto. **O que é cultura popular**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. (Coleção Primeiros Passos).

ARAÚJO, Mariana; COUTINHO, Eduardo Granja. Hip hop: uma batida contra-hegemônica na periferia da sociedade global. In: BORELLI, Silvia H. S.; FILHO, João Freire (Org). **Culturas Juvenis no século XXI**. São Paulo: EDUC, 2008.

ATHAYDE, Celso; MV Bill; SOARES, Luiz Eduardo. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva 2005.

BAPTISTA, Tatiane Alves. Juventude, Educação e Trabalho: discursos e práticas sobre o mosaico da juventude no Rio de Janeiro. In: BEHRING, Elaine Rosseti; ALMEIDA, Maria Helena T. de. **Trabalho e Seguridade Social**: percursos e dilemas. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista**: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

BARLETTA, Fabiana. Liberdade, igualdade e solidariedade como direitos fundamentais na democracia. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.9, n. 27, p. 33-55, jul./dez. 2005.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Bases Filosóficas para uma reflexão sobre ética e Serviço Social. In: BONETTI, Dilséa Adeodata [et. al.]. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica do serviço social, v.4).

BARROSO, Daniel Viegas S. **Criminologia: Do Estado de Polícia ao Estado de Direito**. Florianópolis: Conceito, 2009.

BATISTA, Vera Malaguti. **Dífceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan – Instituto Carioca de Criminologia, 2003 (Coleção Pensamento Criminológico, v. 2).

BILAC, E. D. Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil: notas muito preliminares. In: RIBEIRO, A, C. **Família e Processos Contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995.

BIRMAN, Joel. **Cadernos sobre o Mal: agressividade, violência e crueldade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Trad. Carmem C. Varriale [et. al.]; Coord. Trad.: João Ferreira. 12. ed. Brasília: UnB, 2004. v. 2.

BORON, Atílio A. **La Revolución Nacional Boliviana: 60 años después**. Disponível em:
<<http://www.patriagrande.org.bo/archivos/revista2numero49abril2012/1arevolucion60.pdf>> Acesso em: 05 jun. 2012.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069, de 13 de Julho de 1990. Brasília: Secretaria do Estado de Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente, 2002.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, Nov. 2004.

_____. **Política Nacional de Assistência Social PNAS**; Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, 2004. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/cnas>>. Acesso em: 01 ago. 2012.

BRASIL, Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Brasília: CONANDA, 2006.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

CAMPOS, M.; MIOTO, R. C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. **Ser Social**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social. Brasília: UnB, n. 12, jan./ jun. 2003.

CIAVATTA, Maria. Dilemas do cidadão produtivo no trabalho e na educação. In: BEHRING, Elaine Rosseti; ALMEIDA, Maria Helena T. de. **Trabalho e Seguridade Social**: percursos e dilemas. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno Tratado das Grandes Virtudes**. Tradução de Eduardo Brandão, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CORTELLA, Mário Sergio; LA TRAILLE, Yves de. **Nos labirintos da moral**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2006.

COSTA, Jurandir Freire. **A ética e o espelho da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. A Ética Democrática e seus Inimigos: o lado privado da violência pública. In: ROITMAN, Ari (Org.). **O Desafio Ético**. Rio de Janeiro, Garamond, 2001.

_____. Perspectiva da juventude na sociedade de mercado. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

DASSI, Tatiana. “**É, Vida Loka irmão**”: moralidades entre jovens cumprindo medidas socioeducativas. 2010. 174f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2010.

ESPING-ANDERSEN, G. Variedades del Capitalismo del Bienestar. In: _____. **Fundamentos Sociales de las economias postindustriales**. Barcelona: Ariel, 2000. p. 69-100.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI. **Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

FUCHS, Andréa Márcia Santiago Lohmeyer. **Telhado de vidro: As intermitências do atendimento socioeducativo de adolescentes em semiliberdade**. 2009. 274 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

GOLDANI, A. M. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, jan./jun. 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, n. 13, p. 13-109, 2000.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HERSCHAMANN, Michel; GALVÃO, Tatiana. Algumas considerações sobre a cultura hip hop no Brasil hoje. In: **Culturas Juvenis no século XXI**. BORELLI, Silvia H. S.; Filho, João Freire (orgs.). São Paulo: EDUC, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche**: Capital financeiro, trabalho e questão social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Otávio. O Jovem Radical. In: BRITTO, Sulamita de. (Org). **Sociologia da Juventude I**: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 17. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LESSA, Sérgio. **A Emancipação política dos direitos**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XXVII, n. 90, jun. 2007.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. **A questão judaica**. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. 6. ed. São Paulo: Centauro, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza [et. al.]. **Fala Galera**: juventude, violência e cidadania. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MIOTO, Regina Célia T. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n 55, p. 114-130, abr. 1997.

_____. Família e adolescentes autores de atos infracionais: subsídios para uma discussão. In: VERONESE, Josiane R. P., SOUZA, Marli P., MIOTO, Regina Célia T. (Org.). **Infância e Adolescência, o conflito com a lei**: algumas discussões. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

_____. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, Mione A.; MATOS, Maurílio Castro de.; LEAL, Maria Cristina (Org.). **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETO, Ana Maria Q. Fausto; QUIROGA, Consuelo. Juventude urbana pobre: manifestações públicas e leituras sociais. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder [et al.]. **Linguagens da Violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

PAIVA, Beatriz Augusto. A ética profissional nos anos 90: contribuições ao 7º CBAS. In: BONETTI, Dilséa Adeodata [et. al.]. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PAIVA, Beatriz Augusto; ROCHA, Mirela; CARRARO, Dilceane. **Família e Participação Popular: Antinomias dos modelos de proteção social na América Latina**. Relatório de pesquisa período 2007 – 2009. Florianópolis, 2009.

_____. Política social na América Latina: ensaio na interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. **Ser Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan./jun. 2010.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5-6 maio/jul. 1997-set./dez. 1997.

PEREIRA, P. A. P. Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o neoliberalismo. In: BOSCHETTI, Ivanete [et. al.]. **Política Social: alternativas ao neoliberalismo**. Brasília: UnB, 2004.
RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina: Estruturas de poder e forças insurgentes**. Petrópolis: Vozes, 1978. (Estudos de Antropologia da Civilização).

RIBEIRO, Renato Janine. Política e Juventude: o que fica da energia. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e**

sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

ROSSATO, Luciano Alves; LÈPORE, Paulo Eduardo. **Direitos trabalhistas das crianças, adolescentes e jovens.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SALES, Mione Apolinário. **(In)visibilidade perversa:** adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Um arlequim jamais terminado. Teatro, juventude e direito à cultura na periferia francesa. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n.2, p. 191-200, jul/dez. 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. Por uma concepção multicultural dos direitos humanos. In: _____. **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura.** 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

SANTOS, Silvana Mara de Moraes. Há necessidade dos direitos humanos para a formação de uma cultura política emancipatória? **Revista Temporalis**, Brasília, jan./jul. 2002.

SARTI, Cynthia A. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. O jovem na família: o outro necessário. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). **Juventude e sociedade:** trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Marlise Vinagre. Ética Profissional: por uma ampliação conceitual e política. In: BONETTI, Dilséa Adeodata [et. al.]. **Serviço Social e Ética:** convite a uma nova práxis. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.12, n.1, jun. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2012.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. **Reivencões da Utopia: a militância de jovens nos anos 90**. São Paulo: Hakers, 1999.

_____. As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o instituído. **Revista de Estudos sobre Juventude**, [s. l.], p. 298-331, jan-jul. 2005.

SOUZA, Janice Tirelli de; DURAND, Olga Celestina. Experiências educativas da juventude: entre a escola e os grupos culturais. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v.20, n. Especial, p. 163-181, jul./dez. 2002.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. **Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

TRASSI, Maria de Lourdes; MALVASI, Paulo Artur. **Violentamente Pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência**. São Paulo: Cortez, 2010.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Tradução de João Dell`Anna. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

VIANA, Ana Luiza D`Ávila. & LEVCOITZ, Eduardo. Proteção Social: Introduzindo o Debate. In: Ana Luiza D`Ávila Viana, Paulo Eduardo M. Elias e Nelson Ibañez (Org.). **Proteção Social: dilemas e desafios**. São Paulo, 2005.

YASBEK, Maria Carmelita. O programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, p. 104-112, 2004.

_____. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa para a Tese de Mestrado em Serviço Social pela UFSC da aluna Lizandra Vaz Salvadori, que aborda o tema: “*O que pensam os jovens: seu sistema de valores em perspectiva*”.

Essa pesquisa será realizada com um grupo de jovens da Casa de Semiliberdade Frutos do Aroeira, e você poderá escolher se quer ou não fazer parte do grupo entrevistado.

Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar da entrevista, sendo que isso não trará nenhum prejuízo para você; nem com relação à pesquisadora, nem com a Casa Semiliberdade Frutos do Aroeira.

Sua entrevista será individual, e você responderá, com as suas palavras, qual a sua opinião sobre algumas questões perguntadas pela pesquisadora Lizandra, sendo que você é livre para opinar como quiser sobre o tema, e até mesmo se negar a responder alguma questão.

Sua identidade não será revelada na pesquisa, nem o nome da Casa de Semiliberdade, para que haja total sigilo sobre você.

A sua participação nessa entrevista será muito importante para que a gente possa conhecer, através dos seus relatos, o que pensam os jovens em relação a valores universais como solidariedade, justiça, igualdade, quais seus sonhos, quais seus planos para o futuro, como vêm a juventude enquanto protagonistas de mudanças sociais.

O objetivo dessa pesquisa é priorizar os conhecimentos e experiências dos entrevistados; conhecer o potencial dos jovens para além do conflito com a lei; resgatar o debate sobre ética e moral relacionando-o com o tema da juventude e seu lugar na sociedade; contribuir para a superação de preconceitos que cercam a juventude em

medida socioeducativa e problematizar a reflexão sobre o tema juventude em conflito com a lei.

A entrevista será gravada para facilitar a utilização das suas informações. Essas informações serão guardadas com a pesquisadora e utilizadas com única finalidade de instrumentalizar esta pesquisa.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone da pesquisadora e da professora orientadora, podendo esclarecer suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Obrigada por sua colaboração e por merecer a sua confiança.

Professora Orientadora da UFSC
Estudante Pesquisadora
Prof^a : Beatriz Augusto Paiva
Lizandra Vaz Salvadori
Depart. de Serviço Social/CSE/UFSC
Fone: (67) 81321021 Fone: (48) 99624707

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar

Responsável pelo Sujeito da Pesquisa

Entrevistado (a)

Data: ____ / ____ / ____.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS

- 1- Quais seriam as 3 coisas mais importantes na sua vida?
- 2- Fale um pouco mais sobre o motivo que leva elas serem importantes na sua vida.
- 3- Cite 3 coisas que, para você, são as mais erradas e que ninguém deveria fazer.
- 4- Explique por que para você essas coisas são erradas.
- 5- Em sua opinião, a liberdade é uma coisa importante? Por quê?
- 6- E a solidariedade? Como é para você uma pessoa solidária?
- 7- Para você o que é igualdade?
- 8- Você acha que a igualdade é algo necessário? Por quê?
- 9- Para você, quais são as piores formas de desigualdade?
- 10- E a justiça, ela ocorre?
- 11- Com relação ao trabalho, o que você considera que existe de bom e de ruim?
- 12- Num mundo justo, como seria a vida dos trabalhadores, das pessoas comuns?
- 13- Qual a importância da educação para um jovem?
- 14- Sobre a escola, o que você considera que exista de bom e de ruim?
- 15- O que você acha que deveria ser feito para melhorar a educação?
- 16- Com relação à cultura/lazer, o que você gosta de fazer?
- 17- Teria alguma coisa nessa área que você gostaria de fazer? E porque não está fazendo?
- 18- E na política? O que existe de bom e de ruim?
- 19- Para você, o que significa participar de um ato político?
- 20- Em sua opinião, o jovem deve participar de atos políticos/manifestações?
- 21- Você acredita que a juventude pode mudar o mundo?
- 22- O que você considera que seriam as lutas e desafios mais difíceis e mais importantes para a juventude nos dias de hoje?
- 23- E para você enquanto jovem? Quais as maiores dificuldades?
- 24- O que você espera para a sua vida no futuro? Daqui a uns 10 anos?